

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

JUSSARA VALÉRIA DE MIRANDA

**“Recuso-me”!
Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura**

Uberlândia
2006

JUSSARA VALÉRIA DE MIRANDA

**“Recuso-me”!
Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. (Área de Concentração: História Social)

Orientadora: Prof^a Dr^a Christina da Silva Roquette Lopreato.

Uberlândia
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg 09/06

M672r Miranda, Jussara Valéria de, 1978-
“Recuso-me”! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura / Jussara Valéria de
Miranda. - 2006.
118 f.
Orientadora: Christina da Silva Roquette Lopreato.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-
Graduação em História.
Inclui bibliografia.
1. História social - Teses. 2. Anarquismo e anarquistas - Teses. 3. Feminismo -
Teses. 4. Amor livre - Teses. I. Moura, Maria Lacerda de, 1887-1945 – Teses II.
Lopreato, Christina da II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

Jussara Valéria de Miranda

“Recuso-me”!
Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. (Área de Concentração: História Social)

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Christina da Silva Roquette Lopreato

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Jacy Alves de Seixas

Prof^ª. Dr^ª. Ana Zandwais

Prof^ª. Dr^ª. Christina da Silva Roquette Lopreato

Agradecimentos

*As pessoas sem imaginação
Podem ter tido as mais imprevistas aventuras,
Podem ter visitado as terras mais estranhas,
Nada lhes ficou.
Nada lhes sobrou.
Uma vida não basta ser vivida:
Também precisa ser sonhada.
(Mário Quintana)*

A academia nos alimenta de conhecimento e nos lança questionamentos infundáveis sobre o viver. Essa dissertação é parte das minhas reflexões acerca da vida. Não a vejo como um trabalho acabado, mas uma materialização do intangível. As páginas a seguir são fruto de muitos debates e sentimentos compartilhados em sala de aula, reuniões do movimento estudantil e nos vários encontros acadêmicos que participei. Ali a imaginação pôde atuar. Ali pude sonhar a despeito da frieza perceptível no meio acadêmico marcadamente competitivo.

À minha orientadora, Christina Lopreato, que acompanhou minha trajetória desde a graduação e acreditou no meu trabalho, apesar de todas as dificuldades que demonstrei, devo agradecimento especial. Obrigada, professora, pela paciência, confiança, presteza e, principalmente, pelo carinho.

Meu trabalho foi lido e reorientado pelas duas professoras que participaram da minha banca de qualificação, Jacy A. de Seixas e Josianne Cerasoli. Agradeço às primorosas sugestões apontadas. O texto final, desde a estrutura aos títulos, teve como referência as discussões travadas naquela tarde do dia 12 de julho de 2006. Agradeço, ainda, à professora Ana Zandwais por também aceitar ler meu trabalho.

O papel não revela o fazer-se do trabalho. Esse percurso, essencialmente solitário, se fez mediante incentivos de pessoas queridas. Agradeço sinceramente àqueles que não me deixaram sozinha, apesar da distância gerada pelas circunstâncias. Pai, irmã, irmão e amigos, vocês me ofereceram o calor necessário para a realização, inclusive, dessa dissertação. Mãe, você também contribuiu com tudo isso, pois vive em minha memória.

Aos que estão longe, saudades. Vocês sempre serão lembrados com amor. Aos que hoje me cercam, esperança. Vocês me fortalecem porque me renovam. Se hoje tenho o privilégio de dizer que ainda posso sonhar, devo isso a todos vocês. Obrigada.

Resumo

A proposta dessa dissertação é discutir algumas concepções presentes no pensamento de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), tal qual a noção de “objeção de consciência” e “emancipação feminina”. Ativista durante as décadas de 1920 e 1930, Maria Lacerda declarou-se individualista, anti-social, anti-clerical, anti-fascista, adepta do amor livre, da maternidade consciente e da emancipação da mulher em relação ao homem e ao capital.

No primeiro capítulo deste trabalho discuto a noção de “objeção de consciência” nos escritos da autora. Proponho analisar o pensamento lacerdiano colocando-o em relação com as idéias libertárias. Através desse movimento, problematizo os temas debatidos por ela com vistas a entender sua visão de mundo e perspectivas de mudança. No segundo capítulo, busco ressaltar o olhar de Maria Lacerda sobre a condição feminina em seu tempo, as imagens de mulher construídas naquele período, bem como as idéias da autora acerca da “emancipação feminina”.

A documentação utilizada na pesquisa encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, no arquivo do Centro de Cultura Social de São Paulo, na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo e no Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil, apresentado como relatório de pesquisa à FAPEMIG. São livros, artigos, revistas e folhetos de Maria Lacerda de Moura, rebelde fortemente influenciada pelos pensamentos libertários e comprometida com a construção de novos parâmetros de vida por meio de sua ação discursiva.

Palavras-chave: Maria Lacerda de Moura, emancipação feminina, objeção de consciência, anarquismo, feminismo.

Abstract

The purpose of this dissertation is discuss some conceptions present in Maria Lacerda Moura's thought (1887-1945), among them the “consciousness objection” and the “woman's independence”. An activist during the 20's and 30's decades, Maria Lacerda has declared herself a selfish, anti-social, anti-clerical and anti-fascist person, follower of free love, of aware motherhood and of woman's independence from both man and the capital.

In the first chapter on this work, I discuss the “consciousness objection” notion in the author's writings. I intend to analyse the lacerdian thought setting it against the libertarian ideas. Through this movement, I inquire the issues discussed by her, in order to comprehend her world's view and changing predictions. In the second chapter, I try to focus on the women's images built in that period., as well as the author's ideas about the “woman's independence”.

The documenting used in this research can be found in “Arquivo Edgard Leuenroth” in UNICAMP, in the archives of “Centro de Cultura Social” from São Paulo, in the “Biblioteca Pública Municipal de São Paulo” and in the “Dicionário-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil”, presented as a report paper research to FAPEMIG. The documents are books, articles, magazines and leaflets from Maria Lacerda de Moura, a rebel strongly influenced by the libertarian thoughts and committed to the construction of new life paradigma by her discursive action.

Key-words: Maria Lacerda de Moura, woman's liberation, consciousness objection, anarchism, feminism.

Sumário

Considerações iniciais	08
1- Inquietações de espíritos insatisfeitos: a objeção de consciência nos escritos de Maria Lacerda de Moura	29
2- Imagens de mulher e emancipação feminina nos escritos de Maria Lacerda de Moura	66
Considerações finais	91
Fontes documentais	107
Referências bibliográficas	114
Anexos	118

Considerações iniciais

Maria Lacerda de Moura: insubmissão e rebeldia

A minha saudação

Aos que me insultaram, agrediram, calumniaram hontem; aos que me injuriaram, aggridem, calumniam hoje; aos que vão me offender, atacar, aggreir, calumniar amanhã

Não costumo responder aos ataques da imprensa. Nunca respondi, e não pretendo responder aos insultos, ás provocações, ás calumnias com que buscam me visar, atravez da independência com a qual defendo as minhas verdades interiores, injurias que não me attingem.

Ou melhor: emquanto eu estiver no goso das minhas faculdades mentaes e dentro do equilibrio das idéas em harmonia com o meu character, emquanto a minha consciência for o meu único juiz, a benção de luz da minha vida interior – a resposta ao despeito, ao fanatismo, ao sectarismo, ás injurias, ás calumnias, será continuar a pensar e a viver nobremente a coragem excepcional de dizer, bem alto, o que penso, o sinto, o que sonho, embora toda a covardia do rebanho humano apesar dos escribas e phariseus da moral social.

As criaturas, eu nunca as alvejei pessoalmente nos meus escriptos. Os factos e os seres, delles me sirvo como pretexto para ensaios em torno do problema humano, sob o ponto de vista do meu individualismo, ou “vontade de harmonia”, para estudar a psychologia dos homens e das mulheres atrellados ao côche da vida social, para analysar, para escarpellar, para philosophar antes as dores do mundo que fez da vida, tão bella, a perversidade moral, legalmente organizada.

Chovam-me sapos de toda parte: eu os comerei sem repugnancia, com immenso prazer, que os sonhos me saltam da penna, e das mãos, já não cabem no coração a transbordar de Amor para toda essa pobre Humanidade cêga de inconsciencia, de fanatismo, de ignorancia, em uma palavra, cêga de ambição, e da “vontade de poder”. Não me defendo, nem accuso. Nem acceito D. Quixotes. O protesto público de solidariedade de dois ou tres amigos verdadeiros, não é a attitude humilhante da defeza: sou um individuo e não uma “dama”.

Uma só arma existe bastante forte, fundida no cadinho das verdades cósmicas, uma única apara e resiste aos golpes das aggressões, das ignomínias: é o Amor, é a piedade com que olhamos os desatinos de o todo gênero humano, arrebatando no torvelinho louco da civilização industrializada.

Não jogo as mesmas armas ou os mesmos processos por crime de injurias contra os meus inimigos de idéas: armas á minha disposição, atiro-as com desprezo aos pés dos moralistas ou dos duellistas fanaticamente patriotas, que dellas melhor se sabem servir.

Injurias e calumnias não se pagam com dinheiro, nem se resgatam com palavras ofensivas, nem se lavam com sangue. A minha concepção da dignidade humana é outra.

*As minhas armas são os meus sonhos, é a minha vida subjectiva, é a minha consciência, a minha liberdade ethica, é essa harmonia que canta dentro de mim, e toda a minha lealdade para commigo mesma; e eu não maculo a minha riqueza de vida, o meu thesouro interior, envolvendo-o na mesquinhez e na perversidade das leis dos homens ou misturando-o com dinheiro, essa cousa horrível que corrompe as consciências mais convencidas da sua fortaleza inexpugnável, e as escravisa, acorrentando-as à gehenna do industrialismo, as chocar-se umas contra as outras na engrenagem sórdida da exploração do homem pelo homem. (MOURA, Maria Lacerda de. A minha saudação. **O Combate**, São Paulo, n. 4824, p. 1, 27/09/1928)*

Brasil, 1928, jornal *O Combate*, São Paulo. Maria Lacerda de Moura registra mais um de seus escritos marcantes. O artigo é uma afirmação de princípios. Uma resposta aos que a criticaram. Insultos e perseguições compõem a trajetória desta mulher que falava em coragem, sonhos, problemas humanos, individualismo, amor e solidariedade.

Lacerda de Moura se defendia de ataques ferrenhos por ter se manifestado contrária à morte e favorável à vida. Os artigos publicados nos dias 23 e 30 de agosto e no dia 06 de setembro de 1928¹ denunciavam o fascismo italiano, em ascensão desde início da década de 1920, ao mesmo tempo em que reivindicavam a valorização de indivíduos humanistas.

Del Prete, aviador italiano, morrera durante uma exibição esportiva e várias homenagens foram feitas pela imprensa e pelo clero brasileiro a este “herói”, “orgulho da raça” e defensor da “religião”, da “família” e da “pátria”. Os artigos são irônicos e questionam o valor social dado a Del Prete, uma vítima do fascio, patriótico delirante, contrapondo-o a Amundsen, norueguês que colocou sua vida em risco para tentar resgatar um cientista - general Nobile - perdido nos gelos polares durante uma expedição. De um lado, o espetáculo, a glória e o reconhecimento. De outro, a indiferença e o esquecimento.

¹ MOURA, Maria Lacerda de. De Amundsen a Del Prete. **O Combate**, São Paulo, n. 4794, p. 2, 23/08/1928; De Amundsen a Del Prete, n. 4800, p. 3, 30/08/1928; De Amundsen a Del Prete (conclusão), n. 4806, p.3, 06/09/1928.

Para além da negação de uma forma de governo, os textos significavam a afirmação de princípios humanistas. A autora apontou nomes de grandes cientistas que dedicaram suas vidas à humanidade sem que fossem reconhecidos e aplaudidos pelo mundo e qualificou Del Prete de “caricatura do heroísmo”. *Não confundamos o delírio esportivo aviatório-militarista de um Del Prete com o heroísmo, com o humanismo e a sciencia de um Amundsen, até hoje e talvez perdido para sempre á mercê dos icibergs, atrás de um Nobile, outro grande heróe no campeonato dos vôos celebres ...*².

Maria Lacerda de Moura ganhou destaque em sua luta contra o fascismo. O combate à tirania contribuiu para o delineamento de seu perfil pacifista e libertário. As transformações sociais viriam pela capacidade de evolução humana e a partir de uma educação libertadora. Toda forma de autoridade constituía numa ameaça à liberdade de pensamento. Livros, artigos e conferências tinham o objetivo de questionar relações baseadas nas disputas de poder, violência e uso da força contra os indivíduos.

A imprensa considerou seus artigos um conjunto de “blasfêmias” e recebeu uma resposta publicada pela autora no dia 27 de setembro de 1928 pelo jornal *O Combate* - que a defendeu publicamente dos ataques emitidos por jornalistas e segmentos do clero brasileiro. Este espaço foi utilizado por Maria Lacerda e outros ativistas de diferentes concepções políticas para a divulgação de idéias contestatórias.

Segundo De Decca, que se dedicou a analisar as tensões políticas no Brasil de 1930, *O Combate* garantia seção ao movimento operário onde veiculavam campanhas de incentivo às organizações partidárias. A proposta era arregimentar as tendências políticas contestatórias do momento, dando voz ao operário comum e a outros grupos como o Partido Democrático e o Bloco Operário e Camponês. O autor classificou o jornal como “revolucionário” e propositivo. *Através de suas páginas a classe operária entrava no cenário da revolução, não como um agente social que deveria receber no final da luta política algumas “benesses”, tais como as leis trabalhistas, mas sim como um aliado imprescindível da luta revolucionária.*³

Maria Lacerda de Moura publicou vários artigos nesse jornal e fez coro às vozes dissonantes deste período. Participou ativamente das discussões políticas de seu tempo ao dialogar com comunistas, anarquistas, feministas, educadores, democratas, jornalistas, enfim, vários segmentos importantes no Brasil do início do século XX.

² MOURA, Maria Lacerda de. De Amundsen a Del Prete. *O Combate*, São Paulo, n. 4794, p. 2, 23/08/1928.

³ DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, O silêncio dos vencidos**. SP: Brasiliense, 2ª edição, 1984, p.93.

O interesse em realizar um estudo sobre Maria Lacerda de Moura surgiu a partir do projeto de pesquisa *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*, do qual participei enquanto estudante-bolsista no período de fevereiro/2002 a setembro/2003. Durante a pesquisa, tive contato com o livro de Míriam Lifchitz Moreira Leite, *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*⁴, que realizou estudo registrando a história de Maria Lacerda. A pesquisadora se interessou pelas discussões realizadas pela ativista acerca da condição feminina durante as décadas de 1920 e 1930 e se propôs a produzir um estudo biográfico.

O livro foi publicado em 1984, momento em que o gênero biográfico apresentava-se como nova possibilidade de análise ao lado da história das mulheres, história oral, cultura popular, etc. Míriam Leite sinalizou a importância da pesquisa sobre a vida de um indivíduo, pois a relação deste com a coletividade na qual está inserido evidencia novos olhares acerca das relações constituídas em tempos e espaços determinados.

*São significativas as biografias que, ao conseguir delinear as características individuais do biografado, apresentam uma relação dialética entre o contexto social e a atuação de aproximação ou distanciamento do indivíduo nesse contexto. Raramente as particularidades do biografado deixam de ser desdobramentos de condições da vida coletiva de que participou, da cultura incorporada, do trabalho exercido e da influência real ou imaginária de multiplicador ou subversor que sua camada social, nacional, religiosa ou política exerceu. A aceitação, alienação ou negação do contexto social de origem se faz em função desse mesmo contexto.*⁵

O trabalho apresentou Maria Lacerda de Moura aos leitores do final do século XX e se tornou referência para os que se propuseram a analisar seus escritos. Míriam Leite publicou⁶ vários outros artigos sobre a autora e tirou do anonimato a ativista que, por meio de sua ação discursiva, interferiu nas questões políticas de seu tempo. A biografia produzida traz informações sobre a vida de Lacerda de Moura desde a infância e remonta sua trajetória individual.

Maria Lacerda de Moura nasceu na fazenda Monte Alverne em Manhuaçu/MG, em 16 de maio de 1887. Seu pai foi Modesto de Araújo Lacerda e, sua mãe, Amélia de

⁴ LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. SP: Ática, 1984.

⁵ LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. SP: Ática, 1984, p. xii.

⁶ A pesquisadora publicou obra recente intitulada: *Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

Araújo Lacerda, ambos adeptos do *anticlericalismo*. Deslocou-se com a família para Barbacena/MG em 1891, onde se tornou professora e casou-se, aos 17 anos de idade, com Carlos Ferreira de Moura. Como não podia ter filhos, adotou Jair em 1912, um sobrinho, e Carminda, uma órfã carente.

Nesse período, Maria Lacerda trabalhou intensamente com a questão da educação e, em Barbacena, ajudou a fundar a *Liga contra o Analfabetismo* (1912). Seguiu realizando conferências e publicando os livros *Em torno da Educação* (1918) e *Renovação* (1919). Dessa forma, estabeleceu contato com jornalistas em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1921 mudou-se para São Paulo e interou-se de questões importantes para a sua vida intelectual e militante; momento de engajamento na luta pela emancipação da mulher. Maria Lacerda de Moura e algumas militantes anarquistas - Matilde Magrassi⁷, Isabel Cerruti⁸, Josefina Stefani, Maria Antonia Soares⁹, Maria Angelina Soares¹⁰,

⁷ Italiana que viveu no Rio de Janeiro e em São Paulo na última década do século XIX e primeira do século XX. Integrou os primeiros grupos libertários e de teatro social fundados no Rio de Janeiro. Ajudou na feitura do jornal *Novos Rumos*, lançado em maio de 1906. Colaborou no jornal *O Chapeleiro*, publicado em São Paulo, em idioma italiano, sob a responsabilidade de José Sarmiento Marques. Participou do grupo de redatores do jornal *O Libertário* (Rio de Janeiro, 1904) – veículo de um grupo inicialmente anarco-comunista, depois anarco-sindicalista. Escreveu artigos tratando de temas não-’feministas’, enfocando temas mais gerais relativos à exploração capitalista e à condição operária. Colaborou no *O Amigo do Povo* a partir de 1903, quando Manuel Moscoso e Luigi Magrassi o dirigem. Este jornal acentua suas posições anarco-sindicalistas de Matilde Magrassi. Colaborou esporadicamente em *A Luta Proletária*, órgão da “Federação Operária de São Paulo”. Mudou-se, juntamente com o marido Luigi Magrassi, para Buenos Aires. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁸ Organizou grupos de cultura e discussão política e foi influenciada pelo anarco-sindicalismo. Participou da luta pela emancipação feminina no início do século. Colaboradora produtiva, conferencista e educadora. Signatária de um documento com 63 assinaturas de anarquistas protestando contra expulsões de operários, publicado no jornal anarquista *Spartacus* de 27/09/1919, Rio de Janeiro. Proferiu discurso na inauguração do “Centro Feminino de Educação”, em 1922, São Paulo. Combateu o fascismo, defendeu os anarquistas Sacco e Vanzetti e publicou uma “declaração de fé” no jornal *A Plebe* (14/05/1927), baseada no poema escrito pelo anarquista Domingos Braz (“Divagando”). Morreu em 1927. Fez parte da geração das anarquistas Paula Soares e Matilde Soares. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁹ Irmã de Florentino de Carvalho (Primitivo Raimundo Soares), participou da comissão constituída para lutar contra a exploração de crianças pelos patrões, por volta de março de 1917. Participou do teatro amador anarquista, em São Paulo, a partir da primeira década do século XX. *A Voz do Povo*, em sua edição de 15 de abril de 1920, denunciou a sua prisão e de mais outras militantes anarquistas. Representou o “Centro Feminino Jovens Idealistas” de São Paulo no Congresso Internacional da Paz, realizado no Rio de Janeiro, de 14 a 16 de outubro de 1915. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

¹⁰ Irmã de Florentino de Carvalho (Primitivo Raimundo Soares) e Maria Antônia Soares. Secretária da “Liga Operária da Mooca” (São Paulo, 1917) e militante do “Centro Feminino Jovens Idealistas”. Conheceu o anarquismo em Santos. Em 1914 foi para São Paulo e ajudou seu irmão a fazer o jornal *La Barricata - Germinal* em português e italiano. Escreveu artigos, fez palestras, trabalhou no teatro anarquista (São Paulo e Rio de Janeiro) com suas irmãs, fundou e dirigiu grupos de cultura social enquanto exercia o magistério particular em escolas anarquistas. Discursou e foi presa por suas idéias ácratas. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

Maria de Oliveira¹¹ e Tibi¹² - fundaram a Federação Internacional Feminina¹³. A proposta da Federação era discutir questões relativas à mulher e à criança com vistas a transformar as relações estabelecidas na sociedade capitalista. As militantes questionavam a educação formal, as condições de trabalho, a subjugação da mulher aos dogmas católicos, o sistema representativo e a estrutura estatal. Uma das reivindicações da Federação era a introdução de uma disciplina que discutisse a *história da mulher* nos cursos superiores.

Incluir o tema *mulher* nos trabalhos acadêmicos constitui-se numa das plataformas de luta das feministas norte-americanas da década de 1960. A preocupação das militantes em registrar a atuação das mulheres, com vistas a minar a concepção hegemônica de que o sujeito por excelência da história era o homem branco da elite, advinha da necessidade de transformação da condição feminina. Nesse sentido, Joan Scott esclarece:

*A conexão entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o campo de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla (...)*¹⁴

A autora afirma a necessidade de se pensar esta conexão - história das mulheres e política - enquanto uma relação dinâmica, ao contrário de pensar a produção do conhecimento como simples reflexo do movimento político. Ou seja, ao mesmo tempo em que as mulheres ocupavam o mercado de trabalho, as vagas nas universidades e aspiravam aos cargos políticos, acontecia um movimento acadêmico em busca de novos

¹¹ Em 1904 participou do grupo redator da revista *Kultur* (Rio de Janeiro) de Elysio de Carvalho. Colaborou, em setembro de 1904, com o jornal *O Amigo do Povo* (nº 61 e 62) de Neno Vasco, abordando a temática “emancipação da feminina”. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

¹² Organizou grupos de cultura e discussão política e foi influenciada pelo anarco-sindicalismo. Colaborou com o jornal *O Amigo do Povo* (a partir de agosto de 1902), com excelentes artigos feministas: “O matrimônio e a mulher” (nº 9). Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

¹³ RAGO, Margareth. **Anarquismo & Feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998, p. 11.

¹⁴ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 64.

objetos de análise. Scott entende *este campo como um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento*.¹⁵

As discussões acadêmicas acerca da questão da mulher ampliaram-se na década de 1970, a ponto de fazer emergir uma categoria de análise diferencial, *mulheres*. As pesquisas caminharam no sentido de registrar a intervenção das mulheres na história, ou ainda, discutir o papel social de pessoas que foram ocultadas pela historiografia tradicional.

*Assim, na década de 70, as mulheres entraram em cena e se tornaram visíveis na sociedade e na academia, onde os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados da maior parte da produção e da documentação oficial. Isso instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como objeto de estudo*¹⁶

Nesse sentido, o empenho em trazer o elemento feminino para a escrita da história, num primeiro momento, levou a uma segregação entre as categorias *homens e mulheres*. Somente no final década de setenta, a categoria *gênero* foi adotada pelos historiadores e historiadoras preocupados em discutir questões relativas à diferença sexual, a partir de um ponto de vista *relacional*.

A mulher passou a ser analisada em relação ao homem e à sociedade na qual estava inserida. A noção de *diferença* possibilitou um olhar sobre as diversidades - sócio-econômicas, étnicas, religiosas - entre as próprias mulheres. Tornou-se necessário, portanto, pensar a mulher não enquanto uma categoria homogênea, mas como indivíduos ou grupos marcados por diferentes tempos, espaços e referenciais de vida.

A luta pela emancipação feminina, no início do século XX, não foi um movimento homogêneo. Várias mulheres estiveram envolvidas neste projeto, apesar de adotarem diferentes concepções acerca do significado de emancipação - o que levou à constituição de diferentes plataformas de luta. As militantes anarquistas defendiam a ruptura dos padrões estabelecidos pela família burguesa, o que significava pensar no fim do casamento legalizado, no direito à maternidade opcional e à escolha do parceiro ideal, assim como no direito ao divórcio e ao amor livre. As feministas sufragistas, por

¹⁵ Ibidem, p. 66.

¹⁶ MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: SOUSA, Vera L. P. (coord.). **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, V. 3 ½, jan./dez., 1996. p. 37.

outro lado, entendiam que a emancipação feminina passava pelo direito ao voto e à ocupação de cargos públicos.

Maria Lacerda de Moura travou um embate com as feministas sufragistas. As mulheres que participavam desse movimento faziam parte da classe média e foram influenciadas pelos movimentos femininos que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos¹⁷. Na avaliação da escritora, as feministas não propunham ruptura com o sistema, ao contrário, queriam integrar-se a ele, pois adotavam a caridade – assistencialismo – como prática, ao invés de combaterem a exploração. A empregada doméstica era explorada pela patroa; operários e operárias trabalhavam nas fábricas, garantindo o conforto de homens e mulheres da elite; os pobres continuavam carentes de educação.

Segundo Maria Lacerda, o movimento feminista sufragista fundamentava-se numa dualidade: de um lado a “caridade” das “madames” vaidosas e exploradoras, de outro, a humilhação de quem recebia esmola. A empregada recebia e obedecia a ordens de outra mulher que se mantinha na comodidade, elegância e boa aparência. A “madame” não conhecia a realidade daquele a quem prestava caridade, pois vivia num mundo de farturas e futilidades.

*Ha apenas a preocupação de se jogar migalhas na bocca escancarada da fome, talvez para que nos deixem em paz ...
E, divertir-se á custa da dôr, da amargura, da fome, é insultar ao soffrimento.
E a miséria está de tal modo humilhada, deprimida, que nem forças tem para devolver, orgulhosamente, os restos que se lhe atiram através dos esplendores dos salões elegantes, por entre as pontas dos dedos enluvados para que não volte um salpico das calçadas a enlamear-lhes as mãos dadivosas.*¹⁸

As críticas de Maria Lacerda de Moura e demais militantes anarquistas ao movimento sufragista fundamentavam-se no entendimento de que a conquista dos direitos políticos serviriam a uma elite feminina. Nesse sentido, tanto as mulheres ricas quanto as pobres permaneceriam na condição de escravas seculares. O caminho da liberdade não passava pelo voto ou inserção da mulher nos cargos políticos, mas pelo auto-conhecimento, domínio do próprio corpo, distanciamento dos dogmas religiosos.

¹⁷ HAHNER, June E. Anarquistas, trabalho e igualdade para as mulheres. In: **A mulher no Brasil**. Tradução de Eduardo F. Alves Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 95. Título original: Women in Brazil.

¹⁸ MOURA, Maria Lacerda de. Feminismo? Caridade? **O Combate**, São Paulo, n. 4598, p. 3, 05/01/1928.

*Em uma época das mais decadentes, no meio de toda esta corrupção, quando os homens de Estado não descem mais porque não teem mais para onde descer, e os politicos profissionaes vivem de negociatas fantasticas e tudo é cabotinismo e palhaçada, é nesta época de dissolução que a mulher quer partilhar das responsabilidades na derrocada colectiva.*¹⁹

Os artigos de Maria Lacerda e demais ativistas são registro do conflito entre anarquistas e feministas sufragistas no Brasil durante a década de 1920. Segundo Margareth Rago, a relação entre os dois grupos femininos foi muito tensa, dada as divergências políticas existentes.

*(...) o contato entre as anarquistas e as feministas liberais praticamente não existiu, ou foi bastante tenso, já que estas não só condenaram aquelas como radicais, procurando manter uma profunda distância do que ironicamente definiam como “feminismo revolucionário”, destruidor dos lares e “anárquico” como, muitas vezes, até desconheceram a cultura operária que se produzia e cultivava nas imediações.*²⁰

O que me permite perceber os distanciamentos ou aproximações das idéias e práticas dessas mulheres, em diferentes tempos e espaços, é a compreensão que tenho das transformações que ocorreram em relação à condição feminina a partir da década de 1920. O estabelecimento de uma relação entre os diferentes movimentos femininos/feministas só é possível a partir das interpretações históricas construídas sobre as práticas desses grupos.

Meu interesse em relação à atuação de Maria Lacerda de Moura e suas proposições de mundo só se realizam porque têm ressonância em meu presente. Apesar de ter ocorrido muitas mudanças no que diz respeito à condição feminina, a começar pela visível presença das mulheres nos mais variados setores do mercado de trabalho, sabemos que a violência doméstica ainda é um problema sério, assim como a má remuneração e a dupla/tripla jornada de trabalho.

Os escritos de Maria Lacerda trazem inquietações de uma mulher que viu e, a seu modo, analisou as relações entre os sexos no momento em que viveu. São discussões críticas em relação à influência da educação religiosa na vida das pessoas, que impunha à mulher a condição de se casar virgem, ter filhos, obedecer e ser fiel ao

¹⁹ MOURA, Maria Lacerda de. O voto feminino. *O Combate*, São Paulo, n.4575, p. 2, 08/12/1927.

²⁰ RAGO, Margareth. *Anarquismo & Feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998, pp.: 21-22.

senhor. Tais regras fortaleciam a noção de família burguesa, na qual a mulher e os filhos são considerados propriedade privada do marido.

Entendo que Maria Lacerda, escrevendo durante as décadas de 1920 e 1930, difundiu concepções precursoras acerca da noção de *gênero* adotada na atualidade. A autora entendia que homens e mulheres se *complementavam*, apesar de serem *diferentes*, o que a distanciava de uma postura “revanchista” ou sectária.

*Os dous se complementam. São diferentes e indispensaveis um ao outro. A obra de educação científica, racional, para ambos os sexos é o mais perfeito instrumento de liberdade. É a extinção da miseria universal, é o accumulo de riquezas, é a contribuição para a solidariedade – a moral do futuro. (...)*²¹

A noção de *complementaridade* e não de *oposição* entre homem e mulher evidencia a sensibilidade da autora ao refletir sobre o tema. Os desejos de transformação, expressos em cada linha de seus escritos, apontam um caminho, uma proposta de futuro melhor. As aspirações de Maria Lacerda fundamentavam-se no entendimento de que homens e mulheres deveriam construir um novo modelo de sociedade baseado na liberdade individual. Ao mesmo tempo em que falava de uma mulher submissa e também responsável por sua submissão, visualizava um homem curvado diante de uma sociedade injusta, desigual, aviltante. A transformação viria com a emancipação feminina conjugada à masculina.

A autora realizava críticas ferrenhas à estrutura social na qual estava inserida sem colocar a mulher com vítima do processo de subordinação. Mulher: você foi historicamente subjugada a um sistema perverso! Liberte-se! Liberte-se do embrutecimento causado pelo capitalismo e da mentira de sua inferioridade perante o homem! Lute pelo domínio de seu próprio corpo e não por um cargo político! - dizia Maria Lacerda. Homem: abandone a ganância, a violência, a guerra e a submissão de seus pensamentos! Seja livre!

Ainda em São Paulo, após contato com os movimentos femininos e operários, Maria Lacerda publicou alguns trabalhos como a revista *Renascença* em 1923, os livros *A mulher é uma degenerada?* (1924) e *Religião do Amor e da Belleza* (1926). Obras que tratam da *emancipação feminina, maternidade consciente, educação* e revelam os posicionamentos da autora sobre o papel da mulher na sociedade.

²¹ MOURA, Maria Lacerda de. Das vantagens da educação intellectual e profissional da mulher na vida pratica das sociedades. **O Internacional**, São Paulo, n. 74, p. 1, 15/05/1924.

Entre 1928 e 1937, período de amadurecimento de idéias e engajamento na luta contra o fascismo, a guerra e o clericalismo, viveu em “Guararema”, na chácara *D. Maria Lacerda*, comunidade anarquista de cunho individualista onde cada um deveria responsabilizar-se pelo seu próprio sustento, ao contrário de outros agrupamentos coletivos como a *Colônia Cecília*. O grupo era formado por espanhóis, italianos e franceses *objetores de consciência* da Primeira Guerra mundial²².

Muito produtiva, publicou no jornal *O Combate* a partir de 1928 e realizou conferências para a *Internacional do Magistério Americano* em Buenos Aires no ano de 1929. Lançou os livros *Civilização - tronco de escravos* (1931); *Amai e ... não vos multipliqueis* (1932); *Serviço militar obrigatório para a mulher? - Recuso-me! Denuncio!* (1933); *Clero e fascismo - horda de embrutecedores* (1934); *Fascismo - filho dilecto da Igreja e do Capital* (1934).

Os trabalhos de Maria Lacerda deste período tinham como referência alguns pensadores como Han Ryner²³ – considerado grande expoente do pensamento anarquista-individualista ao lado de Max Stirner e outros. Outro autor citado várias vezes pela autora em artigos dessa época é Tolstói, que difundiu e influenciou o mundo com seu anarquismo pacifista. Nesse sentido, os livros e artigos produzidos em Guararema tinham como tema a valorização da livre associação e do esforço individual em contraposição às idéias difundidas pelo Estado, religião e família. O pacifismo e individualismo de Maria Lacerda apareciam quando a autora combatia a guerra e o fascismo reivindicando uma postura crítica do indivíduo frente às estruturas sociais marcadas pela violência.

Durante o Estado Novo, a comunidade de Guararema foi reprimida pelo governo Getúlio Vargas, fazendo com que Maria Lacerda de Moura voltasse para Barbacena/MG em 1937, onde sofreu grande discriminação pelo seu histórico de luta. No ano seguinte, foi viver no Rio de Janeiro/RJ e trabalhou na Rádio Mairinque Veiga. Maria Lacerda dedicou-se ao estudo da astrologia nesse período, e sua última conferência foi realizada no Rio de Janeiro, em 1944. Faleceu em 1945, aos 58 anos de idade.

Associada, portanto, ao movimento anarquista, recebeu alguns rótulos como o de feminista, sexóloga e comunista - denominações que a escritora refutou. Míriam Leite

²² LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. SP: Ática, 1984, p. x.

²³ Jacques Élie Henri Ambroise Ner, anarquista-individualista, pacifista e anticlerical, nascido na Argélia (07/12/1861) e falecido em Paris (06/01/1938). Autor de uma cinquentena de livros em tipos extremamente diversos (românicos, contos, ensaios, teatro, poesia). Disponível em: http://fra.anarchopedia.org/index.php/Han_Ryner Acesso em: 14 de jan. de 2006.

ressaltou as aproximações das idéias da escritora com o ideal libertário em alguns aspectos: (...) *o discurso panfletário, uma forte tendência antiliterária e a preocupação permanente com a missão educativa.*²⁴

A aproximação de Maria Lacerda com o(s) pensamento(s) libertário(s) no que diz respeito à educação consiste no entendimento de que educar e ser educado implica na transformação do *status quo*. O fim social do conhecimento é a formação de seres humanos autônomos, solidários, defensores da igualdade e da liberdade. A possibilidade de ver o mundo a partir de outra ótica, que não a do Estado, Igreja ou Capital proporcionaria a construção de novos valores culturais. (...) *Dessa forma, a educação libertária não prepara a revolução, ela em si mesma já é a revolução*²⁵.

A autora lutava pela criação de espaços onde se pudessem realizar uma educação livre das imposições da Igreja e do Estado. A criação de outros parâmetros de vida se daria por meio do processo educacional, sendo que homens e mulheres deveriam estar juntos nesse projeto. *Todos são accordes afirmando que as unicas revoluções estaveis são aquellas baseadas nas reformas educativas.* (...) ²⁶

Uma educação libertária pressupõe a ausência de dogmas religiosos, idéia que se manifestou através de seu *anticlericalismo*. Maria Lacerda estudou num colégio de freiras até os dez anos de idade quando o pai, Modesto de Araújo Lacerda, decidiu afastá-la da instituição.

*Receptível às idéias do anticlerical, a jovem Maria Lacerda começa então a posicionar-se dentro da sociedade capitalista burguesa. Lê outros pensadores identificados com idéias sociais que lhe deram a coragem e a convicção com que formaria um caráter límpido, incorruptível, libertário e humanitarista que só a morte pôde vencer!*²⁷

No Brasil, o *anticlericalismo* se manifestou durante o final do século XIX e início do século XX, aglomerando vários segmentos da sociedade: (...) *setores da maçonaria, liberais, positivistas, jacobinistas, livre-pensadores, agnósticos, socialistas*

²⁴ LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. Maria Lacerda de Moura e o anarquismo. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.) **Libertários no Brasil - memória, lutas, cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1987, p. 85.

²⁵ VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e anticlericalismo**. SP: Editora Imaginário, 2000, p. 23.

²⁶ MOURA, Maria Lacerda de. Aos Intellectuaes. In: **Renascença**. São Paulo, n. 2, pp.: 1-2, 03/1923.

²⁷ RODRIGUES, Edgar. Maria Lacerda de Moura, uma mulher diferente. In: **Os libertários**. Rio de Janeiro: VJR, 1993, p. 67.

e anarquistas (...) ²⁸. Contudo, os anarquistas se destacaram na luta anticlerical com seus discursos combativos, publicações e manifestações de repúdio à hipocrisia clerical.

Segundo Eduardo Valladares, a maior movimentação anticlerical no Brasil aconteceu entre a Proclamação da República e fins da década de 1910, momento em que o Estado se firmava como instituição laica; poder temporal e religioso deveriam caminhar separadamente. Até então, *Igreja e Estado* sempre estiveram entrelaçados na história do Brasil, tanto no período colonial quanto no imperial. *A igreja era a única entidade tradicional de caráter não estatal existente no Brasil.*²⁹

O primeiro número de *A Lanterna*, órgão da Liga anticlerical de São Paulo, data de sete de março de 1901. O jornal, fundado por Benjamim Mota³⁰ - dissidente do anarco-comunismo - teve tiragem inicial de *dez mil* exemplares, distribuídos *gratuitamente*. O terceiro número foi editado em seis de abril de 1901, com distribuição de *quinze mil* exemplares, e, o quinto, no dia três de maio de 1901, com *vinte mil* exemplares. Esses dados chamam a atenção, tendo em vista a dificuldade em se produzir e manter um jornal através de contribuição voluntária. Somente no primeiro jornal há registro de cinquenta listas de subscrições³¹. Ao mesmo tempo, os números representam o grau de interesse das pessoas em discutir questões relativas ao *clericalismo*, a despeito da vertente política que pertenciam. *A Lanterna* era distribuída e lida em várias cidades do Brasil e possuía uma *Sezione Italiana* e uma *Sección Española*, o que ampliava o público leitor.

²⁸ VALLADARES, Eduardo. Op. cit., p. 11.

²⁹ VALLADARES, Eduardo. Op. cit., p. 10.

³⁰ Diretor de *A Lanterna* de 1901 a 1904 - veículo mais consistente do anticlericalismo anarquista. Nasceu em Rio Claro, SP, 1870 e morreu no dia 10/12/1940 em São Paulo. Era advogado, maçom e reivindicava-se anarco-comunista. Em julho de 1898 afastou-se do anarco-comunismo e publicou *Rebeldias*, um dos primeiros livros brasileiros sobre o pensamento anarquista. Colaborou em vários jornais e defendeu judicialmente muitos militantes ameaçados de expulsão do Brasil, como Edmundo Ressonni. Passou a defender a aliança entre anarquistas e socialistas e, a partir daí, concentrou sua atividade no anticlericalismo. Publicou no jornal *A Vanguarda*, RJ, do *Partido Socialista Radical*, declarando-se socialista em 1911. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

³¹ “Lista nº8- Alexandre Herculano, 5\$; F. L. de Freitas, 5\$; J. O., 5\$; Lista nº7- Almirante Barroso, 5\$; Libero Badaró, 3\$; Cassagnac, 2\$; E. Cavalcanti, 2\$; Mirabeau, 5\$; Voltaire, 2\$; Maximiliano, 2\$; Lista nº6- N. N., 5\$; Lista nº13- Job, 2\$; Ganganelli H., 2\$; Darwin, 2\$; Lista nº4- Paulo Bert, 10\$; Guarany, 2\$; V. S. Bemfica, 2\$; José Garcia dos Santos, 2\$; Um Anarchista encapotado, 2\$; Nelusko M. 2\$; Lista nº24- Tupy, 10\$; L. Torreão, 2\$; Guilherme de Souza, 1\$; Giacomo Piazza, 1\$; Pio IX Leonardi, 2\$; Maria Stuarda, 2\$; Larunda, 2\$; José Rubino, 2\$; Luiz Antonio Gonçalves, 2\$; Firmino Perella, 2\$; João Antonio José, 2\$; Verdi, 1\$; Pinheiro Lima, 5\$; Lista nº23- Benjamim Mota, 5\$; Um que quer ver Frei Bernardino deportado, rs 500; Uma victima dos padres, 1\$; Pedro Elias Lemos, 1\$; Arthur Breves, 5\$; Paul dos Guimarães, 5\$; Menotti Levi, 2\$; Malaquias Guerra, 2\$; Lista nº1- Campanella 3, 5\$; Atilio Volpi, 2\$; Romolo, 5\$; E. Zoppo, 2\$; Beppito, 2\$; Um Atheu, 1\$; Etienne Dolet, 3, 1\$; Um anonymo, 2\$; Albino Vimarando Junior, 2\$”- Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, n. 1, p. 4, 07/03/1901.

Na primeira página dos primeiros números de *A Lanterna* encontra-se a seguinte afirmação:

Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelo abuso que commetter aos casos e pela forma que a lei determinar.

Não é permitido o anonymato.

Art. 7 §12 da Constituição Federal.

Art. 57, IX da Constituição Estadual.

N^o A Lanterna não aparecem nomes, mas não é um jornal anonymo porque na Camara Municipal está devidamente assignado o termo de responsabilidade.³²

A necessidade em afirmar tais direitos explicita as dificuldades encontradas pelos anticlericais em divulgar suas idéias e matérias polêmicas. O jornal era distribuído nas cidades cortadas pela linha do trem, locais onde eram realizadas conferências e debates com a população acerca das temáticas propostas pela folha - Jundiá, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Piracicaba, e assim por diante.

Os artigos e imagens buscavam desmoralizar a Igreja quando ressaltavam um passado de Inquisição e expunham a *imoralidade* dos padres. Apesar da Igreja defender os sete sacramentos e manter o celibato como prerrogativa para o exercício do sacerdócio, muitos padres violavam essas regras. Várias cartas eram enviadas à redação relatando algum escândalo sexual envolvendo os clérigos, o que dava um tom irônico e jocoso ao jornal.

O jornal que englobava vários segmentos políticos constituintes do *anticlericalismo* brasileiro foi fechado e reaberto, a partir de 17/10/1909, sob administração de Edgard Leuenroth³³. É possível perceber algumas mudanças em relação à primeira fase, como o fato da folha não ser mais gratuita. Havia representantes do jornal em várias cidades como Guaratinguetá, Santos, Jaú, Rio de Janeiro, Niterói, Palmeiras, Salto de Itu, São Roque, Dobrada, Pirapetinga (Minas), Botucatu, Porto Alegre, Jardinópolis, Franca, e assim por diante. É comum a divulgação de notas

³² Fonte: **A Lanterna**, São Paulo, n. 6, p. 1, 19/05/1901.

³³ Nasceu no ano de 1881 em Mogi Mirim, SP, e faleceu em 1968. Viveu no Brás, bairro operário de São Paulo. Tipógrafo aos 14 anos, depois jornalista atuante na imprensa operária. Demonstrou inclinações ao socialismo quando participou de um círculo Socialista em São Paulo, em 1903, mas em 1904 já defendia o anarquismo. Fundou e dirigiu o jornal *A Plebe*, publicado com várias interrupções de 1917 a 1951. Dirigiu *A Lanterna* entre 1909 e 1910. Foi um dos fundadores da *Federação Operária de São Paulo* em 1905 e um dos principais responsáveis pela realização dos três primeiros congressos operários ocorridos em 1906, 1913 e 1920, no Rio de Janeiro. Foi um dos organizadores do Comitê de Defesa Proletária durante a greve geral de 1917, em São Paulo. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

avisando que algum companheiro estaria realizando cobranças de assinaturas nas cidades cortadas pela linha do trem.

A ironia e deboche em relação aos clérigos permaneceram. A *Lanterna* lançou concursos nos quais os leitores respondiam a perguntas do tipo: *Para que serve o padre?* (tema do primeiro concurso) e *Com que se parece o padre?* (tema do segundo concurso). As pessoas mandavam cartas debochadas à redação e as melhores respostas eram divulgadas pelo jornal.

A reabertura do órgão se deu em decorrência do assassinato de Francisco Ferrer³⁴, no dia 13/10/1909. Este foi morto pelo governo espanhol em 13 de outubro de 1909 acusado de ter atentado contra a vida do rei em 1906. Ferrer era educador e defendia um projeto de *Escola Moderna* pautado numa educação científica, racionalista e igual para ambos os sexos. Maria Lacerda dedicou-lhe um livro intitulado *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica*³⁵ no qual discute as concepções de educação do anarquista, considerando-o um pacifista injustamente acusado de um crime contra a vida.

No dia 16 de abril de 1910 A *Lanterna* anunciou:

Um semestre

*Com o presente numero, tem A Lanterna um semestre de vida: faz amanhã seis meses que o primeiro numero da nova serie surgiu, lançado á rua sob o impulso da indignação causada pelo infame assassinato monarchico-clerical de Ferrer.*³⁶

O aniversário da morte de Ferrer era lembrado todos os anos através de comícios em praças públicas, conferências e publicações. Essa data transformou-se num marco da luta contra governos intolerantes.

Cauterios XLVI

À memoria de Ferrer

Educar para a vida a mocidade,

Para uma vida forte e sem mentira?

Horror! Isso é anarchia, isto conspira

Contra o céu, mais o throno, mais o abbade!

³⁴ Francisco Ferrer Guardia, um anarquista teórico e fundador da Escola Moderna nasceu em 10 de janeiro de 1849 em Allela, uma cidade pequena perto de Barcelona. Em 9 de setembro de 1901 Ferrer abriu a Escola Moderna. Foi morto pelo governo espanhol em 13 de outubro de 1909 acusado de ter tentado contra a vida do rei em 1906. disponível em <http://orpheus.ucsd.edu/speccoll/testing/html/mss0248a.html> Acesso em: 13 de fevereiro de 2006.

³⁵ MOURA, Maria Lacerda de. **Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica**. São Paulo, Editorial Paulista, 1934.

³⁶ Fonte: **A Lanterna**, São Paulo, n. 27, p. 1, 16/04/1910, anno IV.

*Morte ao infiel, ao que á loucura aspira!
 A terra é muito nossa propriedade,
 Não deixemos morrer a autoridade,
 Como se esvae o fumo duma pyra!
 Morte ao infiel - E a terra horrorizada
 Viu a resurreição de Torquemada
 Dum mar de sangue, horrivel e iracundo;
 Num renascer de inquisitoria sanha,
 Viu Ferrer succumbir dentro da Hespanha,
 - Para viver no coração do mundo!
 Beato da Silva.³⁷*

O assassinato de Ferrer causou grande indignação nos militantes anarquistas do Brasil e do mundo, sentimento que impulsionou o processo de organização em torno da proposta educacional da Escola Moderna. O jornal *A Lanterna* publicou vários artigos, como o do dia 18/12/1909, noticiando a realização de uma série de conferências por Oreste Ristori³⁸, cuja renda seria revertida para a instalação da Escola Moderna de São Paulo.

O projeto foi encampado por muitos ativistas, confluindo na constituição de uma comissão organizadora formada por: Leão Aymoré³⁹ (guarda-livros), secretário; Dante Ramenzoni⁴⁰ (industrial), tesoureiro; José Sanz Duro (negociante); Pedro Lopes (industrial); Tobias Boni⁴¹ (artífice); Luiz Damiani⁴², Edgard Leuenroth, Eduardo Vassimon⁴³, Neno Vasco⁴⁴ e Orestes Ristori⁴⁵ (jornalista).

³⁷ Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, n. 108, p. 1, 13/10/1911, ano XI.

³⁸ Anarco-comunista italiano que chegou ao Brasil em 1903, ano em que foi expulso da Argentina junto com outros anarquistas. Foi deportado do Brasil em 1908 e retornou em 1912. Em 1936 sofreu outra deportação, quando se juntou às Brigadas Internacionais na Espanha. Morreu na Itália como refém dos nazistas num campo de concentração (1944). Fundou o jornal *La Battaglia*, SP (1904-1913; 382 números) com Damiani, Bandoni, Cerchiai, núcleo que via com profunda desconfiança a organização sindical e, portanto, a corrente anarquista-sindicalista (Neno Vasco e seu grupo: Sorelli; Magrassi e outros). Viajava pelo interior do estado de São Paulo e outros estados em conferências de propagandas. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*. Ver ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori**. Uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume, 2002.

³⁹ Um dos organizadores mais ativos das “Escolas Livres” em São Paulo. Elas existiram de 1913 a 1919, quando foram fechadas pelo governo. Anticlerical e colaborador de vários jornais: *A Plebe*, *A Guerra Social*, *A Lanterna*. Esteve presente nas comemorações de 13 de outubro de 1913: 4º aniversário da morte de Francisco Ferrer, “martir do racionalismo”. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁴⁰ Italiano que se estabeleceu em São Paulo por volta de 1899. Militante socialista e membro da sociedade editora do *Avanti!*, jornal socialista em língua italiana editado em São Paulo. Participou do congresso do “Partido Socialista Brasileiro” em 1902. Foi empresário industrial e proprietário da fábrica de chapéus “Dante Ramenzoni & Irmão”. Em dezembro de 1907 houve uma greve contra o restabelecimento das 9 horas de trabalho, pois os chapeleiros haviam conquistado as 8 horas na greve geral de 1907. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁴¹ Colaborou no *O Amigo do Povo*, São Paulo, (1902). Militante anarquista do “Grupo Nuova Civiltà”, de São Paulo (1902). Publicou o jornal *La Voz del Destierro* (06/01/1903), número único de protesto contra a expulsão de anarquistas da Argentina. Colaborador de *La Battaglia*, São Paulo (1904-1912). Citado no relatório do Comissário de Segurança, vinculado ao Consulado italiano, como sendo um dos integrantes

O jornal divulgou, também, a formação da *Associação pró Escola Moderna* no Rio de Janeiro, cuja comissão era formada por: Manuel Quesada, tesoureiro (industrial); Manuel Moscoso⁴⁶, secretário (operário); Dr. Caio Monteiro de Barros⁴⁷ (advogado); Donato Batelli (industrial); Dr. Cesar de Magalhães (medico); Salvador Alacid⁴⁸

do grupo anarquista “Pensiero ed Azione”, em 1909. Classificado por Elyseo de Carvalho de anarco-comunista. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁴² Nasceu em Roma no ano de 1876 e faleceu no dia 16/11/1953. Membro de família pobre e extremamente religiosa. Entre 1894-1896 ficou preso em prisão domiciliar por ser anarquista. Em 1898 chegou ao Brasil, participou e organizou o grupo anarco-comunista de São Paulo. Foi preso por idéias anarquistas que havia manifestado na Itália. Publicou no jornal *Il Risveglio*, São Paulo (1898-1899); *La Barricata*, São Paulo (1912-1913) - continuação do anterior; *La Propaganda Libertária*, São Paulo (1913-1914); *Pro Vittime Politiche d'Italia*, São Paulo, n° único: 29/07/1914; *O Amigo do Povo*, São Paulo (1902-1904 - de Neno Vasco); *A Plebe*, São Paulo, de 1917 até sua expulsão, entre outros. Manteve contactos constantes com o movimento anarco-comunista internacional. Em 1917, greve geral em São Paulo, fez parte do “Comitê de Defesa Proletária”. Em 1919, quando da tentativa de movimento insurrecional em São Paulo, foi preso e deportado. Desembarcou em Gênova e foi imediatamente preso; logo depois foi libertado graças ao protesto público feito por Pasquale Binazzi. Em 1927 deixou a Itália em virtude do fascismo. Percorreu vários países, sempre colaborando com jornais. Regressou à Itália durante os anos de 1946 e 1953, já envelhecido e doente. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁴³ Sindicalista-revolucionário. Foi delegado no 1º Congresso Operário Brasileiro (1906) pela “Federação Operária de São Paulo”. Brasileiro, tipógrafo, realizava discursos como o do dia 1º de maio de 1906, durante evento organizado pela “União dos Trabalhadores Gráficos”. Realizou conferência em 06/1905 com o tema “A organização”. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁴⁴ Gregório Nanzianzeno de Vasconcelos (1878-1920), anarco-sindicalista português. Chegou ao Brasil em 1901 e permaneceu aqui até 1910, quando regressou a Portugal. Dirigiu alguns jornais: *A Terra Livre*, São Paulo (1905-1908); *O Amigo do Povo*, São Paulo (19/04/1902 – 26/11/1904); revista *Aurora* (1905), além de colaborar com vários outros. De Portugal continuou a colaborar com a imprensa anarquista e operária brasileira. Em agosto de 1902, juntamente com Benjamin Mota, Augusto Donati e Juan Bautista Perez (todos redatores do *O Amigo do Povo*) lançam um manifesto “Aos anarquistas e aos grupos operários socialistas-revolucionários” com o objetivo de organizar um “Congresso Operário Socialista Revolucionário” em São Paulo. Morreu em setembro de 1920 de tuberculose, com 42 anos. Sua última obra, inacabada, foi *Concepção Anarquista do Sindicalismo* (1920). Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁴⁵ Fonte: **A Lanterna**, São Paulo, n. 14, p. 3, 15/01/1910, anno IV.

⁴⁶ Espanhol de origem, gráfico e integrante do grupo *Novo Rumo*, Rio de Janeiro. Líder do movimento anarquista em São Paulo. Fundou *A Terra Livre* juntamente com Edgard Leuenroth e Neno Vasco. Participou também dos jornais: *O Libertário*, Rio de Janeiro, fundado em 09/10/1904; *A Voz do Trabalhador* - órgão da “Confederação Operária Brasileira”, da qual foi um dos organizadores. Redator, junto com Neno Vasco e Luigi Magrassi do *O Amigo do Povo*, São Paulo, a partir de janeiro de 1903 (nº19). Participou do 1º Congresso Operário Brasileiro (1906) como delegado da “Federação Operária de São Paulo”. Em 1904 foi para o Rio de Janeiro e deu início - juntamente com Matilde Magrassi - às atividades do grupo anarco-comunista no Rio de Janeiro, depois anarco-sindicalista. Este grupo estava ligado ao grupo *Amigo do Povo*, de Neno Vasco, em São Paulo. Ainda neste ano, integrou o “conselho de administração” da “Universidade Popular de Ensino Livre” do Rio de Janeiro. Em 1911, Luigi Magrassi enviou um bilhete a Edgard Leuenroth informando que enviaria a lista para as obras dos escritos de Manuel Moscoso que acabava de se suicidar na Argentina. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁴⁷ Advogado, proferiu no Rio de Janeiro a conferência “O Catholicismo e a emancipação humana” publicada no jornal *A Lanterna*. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁴⁸ Anarquista-sindicalista, nasceu em 1888 e chegou ao Brasil em 1892. Participou do grupo *Novo Rumo*, Rio de Janeiro, com Moscoso e Magrassi. Em 1908 participou da “Liga Antimilitarista Brasileira”, criada no Rio de Janeiro para protestar contra a lei do serviço militar obrigatório, então em discussão no congresso. Proferiu conferências e participou de comícios como o de 01/12/1908 que contou com mais de 10.000 pessoas. Publicou o jornal *A Guerra Social*, Rio de Janeiro, 1911/12, junto com Máximo Suarez, João Arzua e outros. Um dos principais militantes e organizadores da “Confederação Operária Brasileira”

(industrial); Myer Feldman, Demetrio Minhama, Adolpho Garcia Varella, Luiz Magrassi⁴⁹ (operários)⁵⁰. Além da comissão organizadora e da associação, os militantes formaram um Sub-Comitê no Belenzinho composto por Felix Casella, A. Feliciano, J. Latronica, P. Soninia e A. Scala.⁵¹

A campanha pró-Escola Moderna evoluía a medida em que as pessoas iam apoiando o projeto, seja financeira ou politicamente. Foram formados Sub-Comitês em Belenzinho, Cândido Rodrigues e outros, com vistas a apoiar e fortalecer a luta. Percebe-se uma grande mobilização através de conferências, festas, debates, enfim, uma série de eventos realizados para levantar fundos e sensibilizar a sociedade em relação à proposta. A inauguração das duas primeiras escolas foi anunciada no dia 18/10/1913.

*Escola Moderna - São Inauguradas as duas primeiras escolas - Á rua Saldanha Marinho, 58, no Belemzinho, e na rua Müller, 74, entre o Braz e o Pari, estão instalados essas duas escolas, dirigidas respectivamente pelos companheiros João Penteado e Florentino de Carvalho.*⁵²

Como podemos perceber nas breves biografias, o projeto de Escola Moderna envolveu anarquistas e outros militantes, a exemplo do socialista Dante Ramenzoni. O livro produzido por Maria Lacerda, 25 anos após a morte de Ferrer, demonstra o interesse da autora pela *educação libertária* e o empenho em destacar trajetórias de indivíduos incompreendidos e injustiçados.

e da “Federação Operária do Rio de Janeiro”. Junto com Manuel Moscoso e Magrassi redigiu *A Voz do Trabalhador*, órgão da “Confederação Operária Brasileira”. Em *A Terra Livre* combateu o sindicalismo amarelo e o republicanismo social (ativos no Rio de Janeiro). Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁴⁹ Gráfico, tipógrafo. Atuou em São Paulo e no Rio de Janeiro. Anarco-sindicalista. Participou da reunião para o lançamento do jornal anarquista *Novos Rumos*, realizada no dia 11 de novembro de 1905, e promovida pela Federação das Associações de Classe do Rio de Janeiro. Diretor do jornal carioca *Novo Rumos* (1906/1907; reaparece em 1910) e um dos organizadores do 1º Congresso Operário Brasileiro. Participou como delegado pela “Liga das Artes Gráficas” e foi um dos membros da comissão redatora das resoluções aprovadas. Fez parte da comissão eleita (sete membros) com a finalidade de organizar a “Confederação Operária Brasileira”. Em 1903 lançou o jornal *La Nova Gente* em São Paulo (a partir de 01/11) que tinha Giulio Sorelli como redator. Em 1908 participou da “Liga Antimilitarista” vinculada à “Confederação Operária Brasileira. Colaborou, a partir de fevereiro de 1903, no *Amigo do Povo* de São Paulo (1902-1904). Em 1904, participou do jornal *O Libertário* (Rio de Janeiro), juntamente com Carlos Dias, Manuel Moscoso e Matilde Magrassi (sua esposa). Um dos grandes militantes e organizadores da “Federação Operária do Rio de Janeiro” e da “Confederação Operária Brasileira”. Colaborou em *A Terra Livre* e integrou a comissão de solidariedade Pró-Ferrer composta por Carlos Dias, João Gonçalves Mônica, Ulisses Martins, Manuel de Almeida e Manoel Moscoso. Morreu em 1912. Fonte: *Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*.

⁵⁰ Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, n. 22, p. 3, 12/03/1910, anno IV.

⁵¹ Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, n. 24, p. 3, 26/03/1910, anno IV.

⁵² Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, n. 213, p. 2, 18/10/1913, anno XIII.

A perspectiva radical presente nos escritos lacerdianos resultou na rejeição da autora por parte dos setores conservadores da sociedade, como podemos perceber no artigo citado no início do texto. Ao analisar o porquê do silenciamento⁵³ em relação às obras e atuação de Maria Lacerda, Míriam Leite considerou o aspecto combativo da personagem. Ao declarar-se individualista, anti-social, anticlerical, antifascista e adepta do amor livre, da maternidade consciente e da emancipação da mulher em relação ao homem e ao capital, Maria Lacerda se tornou indesejada, indigna de ser lembrada.

Francisco Correia⁵⁴ ressaltou que militantes anarquistas foram esquecidas até mesmo pelos seus companheiros de luta. A maioria das ativistas envolvidas nos Grupos de Teatro, em projetos de educação alternativos, assim como em associações trabalhistas, permaneceram ignoradas. Segundo o autor, Maria Lacerda de Moura recebeu maior destaque devido à quantidade de trabalhos produzidos e divulgados. No entanto, as propostas da rebelde eram tão ousadas e atacavam tão diretamente os valores fundamentais da sociedade burguesa, que seu trabalho foi boicotado e sua memória combatida.

*Maria Lacerda de Moura desagradou a machistas e chauvinistas, a políticos e religiosos de todos os credos, em quem nunca acreditou. Por isso foi cercada, asfixiada, silenciada, sua revista sabotada. Suas obras e seu nome continuam esquecidos até hoje, inclusive pelas feministas.*⁵⁵

Os textos de Maria Lacerda de Moura chamam a atenção pela perspectiva combativa que apresentam. Instigam porque trazem a avaliação de mundo de uma mulher audaciosa e crítica frente aos problemas que a cercavam. O leitor do século XXI que se debruça sobre seus textos é levado a uma série de questionamentos e indagações, a começar pela postura aguerrida da autora quando esta defende seus posicionamentos e critica instituições e idéias conservadoras. A firmeza de convicção presente em seus escritos é, ao meu ver, um elemento estranho à nossa sociedade, marcada pelo refluxo dos movimentos sociais e pelo acirramento das contradições intrínsecas ao sistema capitalista.

A luta por mudanças e pela democratização da sociedade passa, necessariamente, pela transformação nas relações entre os sexos. E, a partir desse

⁵³ LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. Aspecto do segredo: Maria Lacerda de Moura. In: FUKUI, Lia (org.) **Segredos de Família**. São Paulo: Annablume, 2002.

⁵⁴ CORREIA, Francisco. Mulheres libertárias: um roteiro. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.) **Libertários no Brasil - memória, lutas, cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1987.

⁵⁵ Ibidem, p. 47.

entendimento, Maria Lacerda de Moura defendeu a emancipação de uma mulher servil, dependente e que não tinha autonomia sobre seu próprio corpo, pois não era livre para decidir sobre maternidade, casamento e vida profissional. Ao lado disso, defendeu a emancipação de um homem subordinado a um sistema escravizante, violento e excludente.

As problemáticas acerca da condição feminina sofreram e sofrem transformações ao longo do tempo; mas, o apelo de Maria Lacerda ainda tem ressonância na sociedade atual, uma vez que as formas de subordinação da mulher permanecem, apesar de adaptadas a um novo tempo.

A proposta dessa dissertação é discutir algumas concepções presentes no pensamento de Maria Lacerda de Moura, tal qual a noção de *objeção de consciência e emancipação feminina*. Várias outras questões estão interligadas a esses dois recortes temáticos e são abordadas ao longo do texto. A opção por esses dois eixos se deu pelo fato de entender que as discussões travadas pela autora são bastante atuais, pois nos levam a uma reflexão crítica acerca das noções de *política e relações de gênero*.

No primeiro capítulo deste trabalho discuto a noção de *objeção de consciência* impressa nos escritos da autora. Proponho analisar o pensamento lacerdiano colocando-o em relação com as idéias libertárias. Através desse movimento problematizo os temas debatidos por Maria Lacerda com vistas a entender sua visão de mundo e perspectivas de mudança. No segundo capítulo busco ressaltar o olhar de Maria Lacerda sobre condição feminina em seu tempo, as imagens de mulher construídas naquele período, bem como as idéias da autora acerca da *emancipação feminina* e desdobramentos.

A documentação utilizada em minha pesquisa se encontra no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP - jornais: *O Combate*, SP, *A Lanterna*, SP, *A Plebe*, SP e *O Internacional*, SP; folhetos: *Clero e Estado* e *A Mulher e a maçonaria*; revista: *Renascença* - no arquivo do Centro de Cultura Social de São Paulo - jornal: *A Lanterna* - e na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo - jornal: *A Lanterna*; livros: *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica e Religião do Amor e da Belleza* - e no Dicionário Histórico-Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil, apresentado como relatório de pesquisa à FAPEMIG.

O que Maria Lacerda buscava denunciar? Em que medida essas denúncias nos colocam questões que dizem respeito ao nosso presente? É interessante investigar como Maria Lacerda entendia as articulações humanas, onde queria chegar com seu trabalho

e, fundamentalmente, o que selecionou como crucial para ser debatido. O que ela, mulher, intelectual, educadora, militante, julgou ser urgente dizer.

Se aquela sociedade construiu imagens acerca da condição feminina, Maria Lacerda debateu essas imagens, reformulou idéias, questionou métodos, denunciou práticas, revoltou-se contra o *status quo*. Não se render ao previamente estabelecido: essa era uma condição fundamental para manter a autonomia e o livre pensamento. O processo de *emancipação feminina* era fundamental para a autora, pois a *maternidade consciente* sinalizava o caminho para a transformação da “decadente” condição humana.

Inquietações de espíritos insatisfeitos: a objeção de consciência nos escritos de Maria Lacerda de Moura

Sem Pátria, sem fronteiras, sem Família e sem Religião.. “Afirmando” a Humanidade, tenho que “negar a Cidade”... Fora da Lei: recuso os direitos de Cidadania. O Estado, como a Igreja, são de origem divina... Patriotismo, nacionalismo, fronteira, pavilhão são corolários. Ídolos vorazes, os Deuses dos exércitos e dos autos de fé exigem vítimas em massa.

A minha família sou eu quem a escolhe.

A Lei impede o direito da escolha e os costumes solidificam as leis.

A Lei nada tem que ver com as minhas predileções afetivas.

Aliás, podemos definir a Lei com as palavras de Rafael Barrett⁵⁶: “A Lei se estabelece para conservar e robustecer as posições da maioria dominante: assim, nos tempos presentes, em que a arma das maiorias é o dinheiro, o objeto principal das leis consiste em manter inalterável a riqueza do rico e a pobreza do pobre”.

Uma sociedade capaz de organizar perversamente, legalmente, de tal modo, os costumes bárbaros de acumular riquezas à custa da fome, é de tal requinte de crueldade que não merece absolutamente nenhuma concessão.

Sejamos objetores de consciência, agora que, no Brasil, discutem-se projetos de uma Constituição moderníssima, tocando as raias do Fascismo ...

Porque, se para as trincheiras, é feita a seleção (as avessas!) e são escolhidos os fortes e os jovens – para os serviços militares da retaguarda, nas próximas guerras de extermínio, serão todos aproveitados – homens, mulheres, velhos, enfermos e crianças.

E não façamos como os padres e religiosos congregados que organizam batalhões e os mandam para as trincheiras, conservando-se, aliás, prudentemente, a distância e, depois, recusam-se ao serviço militar obrigatório, sob a alegação de motivo de crença religiosa ...

Não nos apoiemos em nenhuma espécie de muletas e muito menos na muleta de qualquer religião – revelada ou positiva.

Sejamos objetores de consciência – por humanidade. Contra a tirania. Contra a crueldade. Contra a violência. Contra a autoridade. Contra todo e qualquer despotismo. Contra a tirania da força armada para a defesa do Estado – que é o partido dos que estão de cima.

Caminhamos, também nós, no Brasil, para o Fascismo cruel e teatral.

⁵⁶Rafael Barrett (07/01/1876 – 17/12/1910), escritor espanhol de tendência anarquista nascido em Torrelavega, de origem aristocrática. Viveu em Madri e viajou pela América Latina onde suas obras tiveram repercussão. SÁNCHEZ-CABEZUDO, Francisco Corral. El hombre y su obra. Disponível em: <http://www3.autistici.org/ingobernables/textos/anarquistas/Instituto%20Cervantes%20-%20Rafael%20Barrett,%20El%20Hombre%20Y%20Su%20Obra.htm> Acesso em: 18 de janeiro de 2006.

Ainda há pouco (12 de dezembro de 1932), no banquete oferecido ao General Góes Monteiro, o herói do dia se refere à “famosa” entrevista de Mussolini a Ludvig: “A organização militar é uma síntese da organização nacional. Sem nação organizada e disciplinada não pode haver Exército. Sem Exército não pode haver soberania. Sem soberania, não há Estado”.

E o General Góes Monteiro acrescenta que “a tendência da Constituição política brasileira deve orientar-se incessantemente para a unidade total, política, social, moral, jurídica, econômica e espiritual”.

É a disciplina a que se refere Mussolini ... A “ação integralista” ... E mais, diz o General Góes Monteiro: “Toda liberdade concedida contra os interesses do Estado será um foco de onde podem brotar germes perigosos. Toda liberdade para fortalecer a segurança do Estado é um bem para a coletividade que deve viver sob permanente equilíbrio social – o que só a justiça incorruptível alcançará, guiada pelo senso das nossas realidades e necessidades”. (“O Estado de São Paulo” – 13/12/32).

A concepção fascista do Estado é a de um ser com direito a tudo, de origem divina.

*O indivíduo é absorvido pelo Estado: é apenas número, elemento, material humano. É a nova concepção do Estado não só fascista como bolchevique. (MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!** Guarujá/SP: Editora Opúsculo Libertário, 3ª reedição, pp.:15-17, 1999).*

Os discursos lacerdianos de negação à autoridade são enfáticos no combate à *família, Estado e religião* durante a década de 1930. Maria Lacerda teve uma trajetória de vida singular, pois trocou experiências com organizações anticlericais, femininas/feministas, anarquistas e comunistas, o que lhe proporcionou um olhar crítico sobre a realidade. Defendeu a educação enquanto meio de emancipação humana, lutou contra o fascismo, contra a guerra, o analfabetismo, o clericalismo, e principalmente contra a submissão da mulher ao homem e da humanidade ao capital.

A noção de *objeto de consciência* aparece nos textos da autora como uma postura de vida a ser adotada, ou ainda, uma escolha pela *liberdade*. O indivíduo livre pensa autonomamente porque é capaz de mediar experiências coletivas marcadas, em grande parte, pela opressão e pela coerção. Portanto, para além de uma escolha, o indivíduo deveria ter *condições* de atingir a consciência livre e visualizar outras possibilidades de interpretação da realidade. Nesse sentido, a educação libertadora foi defendida como meio para alcançar autonomia. O indivíduo adquiriria condições de

pensar livremente a medida em que tivesse referências e parâmetros de mundo que os tornasse apto a mediar idéias e práticas compartilhadas socialmente.

Maria Lacerda foi uma educadora, antes de tudo. Por meio de sua *ação discursiva* procurou atingir seus contemporâneos levando-os à reflexão acerca das condições sociais em que viviam. Publicou livros, artigos, revistas; realizou várias conferências; participou de organizações como a de combate ao analfabetismo, quando ainda morava em Barbacena/MG, e a Federação Internacional Feminina em São Paulo; palestrou para operários, maçons e anticlericais. Enfim, foi uma mulher ativa e acreditou na transformação do indivíduo pelo conhecimento.

A professora que adotou posturas conservadoras e assistencialistas no início de sua carreira foi, pouco a pouco, descobrindo e incorporando idéias rebeldes sobre educação, família e relações de gênero, Estado e religião. Suas primeiras obras demonstram a incorporação de valores liberais no que diz respeito à concepção de educação e condição feminina. Após sua mudança para São Paulo, em 1921, pôde reelaborar seus posicionamentos que, mais tarde, a própria autora considerou conservadores.

Essa trajetória instigante culmina na opção de Maria Lacerda de Moura pelo individualismo libertário. A defesa da liberdade de pensamento levaria à liberdade do indivíduo, ao exercício de livre consciência, à emancipação humana. A autora proclamava-se anti-social e reivindicava o direito de pensar por si. A *objeção de consciência* se dava no momento de rebeldia do indivíduo frente aos valores impostos pelas instituições coercitivas da sociedade: *Estado, família e Igreja*.

A ativista difundiu a necessidade da auto-educação, assim como a construção de parâmetros de vida pautados na solidariedade e no respeito mútuo. Em seus argumentos, a mulher tinha papel fundamental na transformação humana, pois uma mãe consciente de si seria propulsora dos novos valores na sociedade. Nesse sentido, Maria Lacerda defendeu a emancipação feminina tendo como princípio o domínio do próprio corpo pela mulher, o que implicava no autoconhecimento e na recusa às imposições morais e religiosas. A *maternidade consciente* engendraria um conjunto de valores e comportamentos libertos das amarras sociais, pois a mulher conhecedora do próprio corpo, autônoma em seus sentimentos, estaria mais bem preparada para a escolha do pai de seu filho e saberia o momento oportuno de ser mãe. Maria Lacerda entendia que a transformação da condição feminina significava um “elo” para a emancipação humana.

Perguntam-me o que penso a respeito da emancipação feminina. Para mim, é mais um élo da emancipação humana.

A organização social de prejuízos e privilégios, baseada no capital e no salário, na exploração do homem pelo homem, civilização industrial-burguesa, nunca emancipará nem ao homem (...) á mulher.

Dentro da sociedade capitalista a mulher é duas vezes escrava: é a “protegida”, a tutelada, a “pupilla” do homem, a criatura domesticada por um “senhor” cioso, e, ao mesmo tempo, é escrava social de uma sociedade baseada no dinheiro e nos privilégios mantidos pela autoridade do Estado e pela força armada para defender o poder, a autoridade, a propriedade privada, o patriotismo monetário.⁵⁷

A condição duplamente escrava da mulher só seria desmobilizada com a superação das desigualdades sociais. O combate aos privilégios de classe e à *domesticação* da mulher era parte de um único projeto: desconstrução de estratégias de dominação utilizadas pelas elites políticas e econômicas brasileiras.

O discurso da desigualdade entre classes está explícito no texto de Maria Lacerda que entendia a possibilidade de mudança através do esforço individual e da auto-educação, por meio do *objetar de consciência*. Tendo em vista sua postura individualista, a autora acena para a necessidade da autocrítica das mulheres no sentido de adotarem um posicionamento autônomo perante as pressões sociais. Propunha, então, que as mulheres desprezassem as maledicências e reivindicassem seus direitos, sua liberdade. Uma vez que a sociedade era fruto de relações desiguais, a única forma de sair desse círculo vicioso seria buscar a independência econômica e a liberdade sexual.

No artigo a seguir, explícita como as mulheres deveriam agir, contrariando o direcionamento dado pelo movimento feminista sufragista da época. A autora travou um embate com as feministas, principalmente no que diz respeito à luta pelo direito do voto. As mulheres que participavam desse movimento faziam parte da classe média e foram influenciadas pelos movimentos femininos que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos⁵⁸. Maria Lacerda foi enfática ao afirmar a necessidade do domínio sobre o próprio corpo ao invés de canalizar energias para luta político-institucional, uma vez que entrar nas estruturas do Estado significava compactuar com um sistema que gerava a pobreza e a ignorância.

⁵⁷ MOURA, Maria Lacerda de. A Emancipação Feminina. **O Combate**, São Paulo, n. 4604, p. 3, 12/01/1928.

⁵⁸ HAHNER, June E. Anarquistas, trabalho e igualdade para as mulheres. In: **A mulher no Brasil**. Tradução de Eduardo F. Alves Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 95. Título original: Women in Brazil.

Assim, para mim, a solução é individual.

Não creio muito no progresso colectivo, na felicidade, na harmonia social. A evolução moral é quase ou inteiramente nula; o que nos parece progresso moral é, as mais das vezes ou quase sempre, uma mudança de attitude baseada na hipocrisia, é a perversidade mais requintada.

Não há senão alegria interior, felicidade individual.

Só podemos aspirar ao progresso moral de cada individuo, considerando como unidade.

Nesse caso, a mulher tem de proceder como os individualistas livres, se tem caracter, dignidade, se reivindica o direito de viver, o direito de criatura, de ser humano.

Desprezará “o que poderiam dizer” e procurará dar expansão a todas as suas energias interiores, a todos os impulsos do seu coração, a todos os seus sentimentos nobres e irá colher, da vida, o perfume que a vida oferece, na taça da liberdade de pensar e agir, a quem tem coragem para ser anti-social e viver fora da lei.

A mulher terá de deixar as suas tolas, infantis reivindicações civis e políticas – para reivindicar a liberdade sexual, para ser dona do seu próprio corpo.

É a única emancipação possível dentro da civilização – mercado humano, tronco de escravos.

Emancipar-se economicamente ou ganhar a vida pelo seu trabalho e emancipar-se pela liberdade sexual.⁵⁹

A individualidade de Maria Lacerda foi cultivada ao longo de sua trajetória intelectual. As influências anarquistas em seu pensamento são marcantes, principalmente quando a autora explicita suas críticas ao Estado, sistema representativo, voto, família e religião. O contato com a literatura libertária, que contribuiu para o delineamento de seu perfil rebelde e contestatório, interferiu em sua *ação discursiva* e a distanciou de movimentos liberais hegemônicos nas primeiras décadas do século XX.

A ativista passou por um processo de crítica e negação de valores socialmente constituídos até optar pela *objeção de consciência* e auto-educação como meio de conquistar a liberdade individual. Num artigo intitulado *Autobiografia*, publicado no jornal *O Combate*, 1929, a autora revelou angústias vivenciadas na infância e na adolescência em função dos valores religiosos adquiridos na escola e na família.

Nasci a 16 de maio de 1887, em Manhuassú, Minas Geraes. Aos 5 annos de idade fui para Barbacena (Minas Geraes), onde estudei as Primeiras letras em um collegio de Irmãs de Caridade. Durante os 4 annos em contacto com a religião catholico-romana, eu quiz ser irmã de caridade e sonhava todo aquele mysticismo dogmatico; entretanto era mais medo do inferno do que tendencia religiosa estreita. Lembro-me mesmo que nas minhas concentrações infantis, em torno das torturas do inferno, eu imaginava que, si lá fosse ter,

⁵⁹ MOURA, Maria Lacerda de. A emancipação feminina. *O Combate*, São Paulo, n. 4604, p. 3, 12/01/1928.

*imediatamente passaria para o lado dos demonios. Preferia, portanto, martirizar a ser martirisada...*⁶⁰

O que podemos perceber é uma trajetória conflituosa marcada por transformações no pensamento da autora. Maria Lacerda esteve fortemente ligada à Igreja durante um período de sua vida, o que lhe munuiu de instrumentos para criticar a instituição mais tarde. A autora pontuou uma das conseqüências de sua formação religiosa, qual seja, o sentimento de inferioridade perante as leis divinas, o medo do inferno e de ser punida por *Deus*.

A criança que fora educada por irmãs de caridade teve a oportunidade de conhecer outras visões de mundo que a fizeram compreender os medos como frutos do dogmatismo católico. A crítica de Maria Lacerda aos ensinamentos católico-romanos deu-se, num primeiro momento, em função da interferência de seu pai, Modesto de Araújo Lacerda, um anticlerical e espírita.

Bello despertar espiritual!

*Meu pae, anti-clerical, espírita convicto, quando sentiu, talvez, que essa educação teria influencia sobre nosso espirito, (meu e de minha irmã, mais moça do que eu), tirou-nos do collegio, onde também, apesar de minha pouca idade (dos 6 aos 10 annos) percebi o espirito de classe, de casta e a injustiça com que os catholicos estabelecem a differença economica e de dominismo entre os collegiaes e respectivas familias, no trato aos ricos, aos potentados, e, no desprezo e exploração para com os pobres, os humildes e os de cor. Foi uma das bellas experiencias de minha vida. E quem sabe a sabedoria com que meu pae agiu, confiante em si mesmo, para, com o exemplo, nos apontar rumo diverso? Não sei. Experiencia que eu não tentaria de modo algum.*⁶¹

A autora ressaltou a discriminação vivenciada por alunos de diferentes grupos sociais e etnias na escola católica. A vontade de ser irmã de caridade deu espaço ao olhar crítico sobre uma instituição que divulgava valores cristãos como *respeito e amor* ao próximo, mas que adotava práticas discriminatórias no sistema educacional. A relação de Maria Lacerda de Moura com a Igreja, portanto, não era superficial ou desprovida de vivência. Apesar de ter sido fortemente influenciada pelos ensinamentos das irmãs de caridade, a autora pôde seguir um caminho diferenciado sob orientação do pai.

⁶⁰ MOURA Maria Lacerda de. Autobiografia. **O Combate**, n. 5, 03/08/1929. In: LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. SP: Ática, 1984, p.144.

⁶¹ Ibidem.

Segundo Maria Lacerda, neste mesmo artigo, o pai a colocou em contato com o espiritismo e isso não representou uma libertação dos medos, ao contrário, ela deixou de ter medo do inferno e passou a temer os espíritos. Todas as suas considerações acerca das religiões das quais participou vão no sentido de mostrar ao leitor o quanto a *crença* gera *medo* e distancia o indivíduo da *liberdade*.

Da religião catholico-romana passei a frequentar sessões espíritas! Li, conheci de perto o que é o espiritismo religioso de sessões e preces e mediumnismo, sob todos os aspectos.

O medo do inferno foi substituído pelo pavor dos “espíritos”! Criei-me apavorada, numa atmosfera de horror e crença.

Em breve, uma mistura de catholicismo e espiritismo bailava no meu espirito de criança.

*Mas, predominava em tudo – o medo.*⁶²

A autora expõe sua trajetória relembrando todos os seus passos desde a infância até a vida adulta. Ao falar de seus medos, pontua também os seus conflitos em relação à sexualidade gerados pelo aprendizado religioso. Quando descreve o período da puberdade cita Freud e descreve os pesadelos que teve envolvendo as idéias de pecado em relação aos desejos sexuais que afloravam em sua mente: *Com a puberdade, vieram também as manifestações estudadas em Freud, as quaes me assaltavam á noite em pesadelos em que tudo se confundia: inferno, demonios e desperter sexual. Acordava horrorizada com meus “pecados” ...*⁶³

Maria Lacerda revela que acabou se isolando em si mesma, pois só conseguia ver, nos vários âmbitos sociais, formas de repressão aos seus pensamentos. *A escola, a família e a Igreja* a impediam de falar o que pensava sobre o mundo, fato que a fez desenvolver uma timidez muito forte e a afastou das pessoas: *essa necessidade de expansão cercada pela educação, depois, subjugada pela deslealdade de companheiras e pelos castigos injustos na escola, e no lar, me ensinou, muito cedo, a viver dentro de mim mesma*⁶⁴.

O processo de superação da timidez foi uma luta travada internamente, segundo essa autobiografia. Entre 1899 e 1904 estudou na escola normal em Barbacena, Minas Gerais, e conviveu com pessoas também influenciadas pelos dogmas da Igreja, ou seja,

⁶² Ibidem, pp.:144-145.

⁶³ Ibidem, p.145.

⁶⁴ Ibidem.

todas as relações construídas pela autora, até aquele momento de sua vida, eram permeadas por valores que a aprisionavam.

A partir do momento em que começou a publicar algumas crônicas e seus posicionamentos sobre *educação e pedagogia*, 1912-13, a autora passou a ser reprimida por pessoas próximas. Os próprios parentes a alertavam sobre o perigo de suas idéias, uma vez que suas defesas poderiam ser mal vistas pelos “outros”. *Que lucta interior e que lucta mantive com o “que poderão dizer?”*⁶⁵

Após enfrentar resistências em Barbacena, mudou-se para São Paulo em 1921. Nesse momento foi convidada a participar da *Federação Internacional Feminina* a qual ajudou fundar e permaneceu atuante durante dois anos. Em São Paulo conheceu José Oiticica⁶⁶ que lhe apresentou uma vasta leitura revolucionária e a influenciou na sua opção pelo *anticlericalismo*. O anarquista tinha lido o primeiro livro de Maria Lacerda, *Em torno da educação* (1918), Barbacena, e percebido o potencial revolucionário daquela jovem escritora.

Já havia publicado “Em torno da Educação” (que horror! livro patriótico, exaltado, burguesissimo, cheio de preconceitos e dogmatismo. Não o reconheço mais.

*Foi muito bem recebido pela crítica, applaudidissimo (pudera!). Se era a defesa incondicional da sociedade vigente!) José Oiticica viu nelle algo que lhe interessava sob o ponto de vista de uma futura rebelde. Conheci-o através de larga correspondência. Veio pra mim com as mãos cheias de literatura revolucionária. Sorvi tudo acqullo e muito mais e dei um salto na minha evolução. A família alarmou-se. Novas luctas. Perdi o dogmatismo religioso espírita, já era anti-clerical.*⁶⁷

A interferência de José Oiticica na vida de Maria Lacerda de Moura foi fundamental para o seu crescimento intelectual e sua opção pelo *anticlericalismo*. A postura anticlerical da autora a colocava em diálogo com vários segmentos da

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ “**José Rodrigues Leite e Oiticica** - (Oliveira, 22 de julho de 1882 –Rio de Janeiro, 30 de junho de 1957), anarquista, professor e filólogo brasileiro, estudou Direito e Medicina, não tendo concluído nenhum dos cursos em favor do magistério e da pesquisa filológica. Recebeu a cátedra de Prosódia da Escola Dramática do Rio de Janeiro em 1914, lecionou Filologia Portuguesa na Universidade de Hamburgo (1929-1930), sendo catedrático também do Colégio Pedro II e da Universidade do Distrito Federal, extinta. Fundou e dirigiu o jornal "Ação Direta" (1929;1946 -1958). É avô de Hélio Oiticica, conhecido artista plástico brasileiro. Obras: Sonetos, 1ª série, 1911; Estudos de fonologia, 1916; Sonetos, 2ª série, 1929; Princípios e fins do programa comunista-anarquista, 1919; A trama dum grande crime, 1922; A doutrina anarquista ao alcance de todos, 1945; Manual de estilo, 1923. disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Rodrigues_Leite_e_Oiticica. Acesso em: 18 de junho de 2006.

⁶⁷ MOURA Maria Lacerda de. Autobiografia. **O Combate**, n. 5, 03/08/1929. In: LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. Op. cit., p.146.

sociedade, uma vez que este movimento era composto por diferentes setores interessados em destituir os privilégios dos clérigos. Atitudes anticlericais podem ser observadas em algumas circunstâncias históricas, segundo Thales de Azevedo. O pesquisador buscou as origens do *anticlericalismo* e verificou a existência de um anticlerical em Atenas, por volta do ano 415 a.C. O autor discutiu as várias formas de manifestações anticlericais da antiguidade até a sociedade contemporânea na perspectiva de uma história das idéias. *É uma história longa e complexa, entremeada de episódios de diferente motivação e implicada sobretudo com questões políticas.*⁶⁸

Contudo, o termo *anticlericalismo* foi cunhado na França, em 1852, apesar do movimento existir em toda a Europa. Monarquistas apoiados pelos clérigos disputavam espaço político com os republicanos anticlericais. Esses conflitos envolvendo política e religião estiveram presentes ao longo do século XIX e resultaram no fechamento de escolas católicas, combate às congregações religiosas, fim do ensino religioso em escolas públicas e assim por diante. Sabe-se que liberais, maçons e socialistas também aderiram ao *anticlericalismo* na Europa durante este século.

O *anticlericalismo* é um movimento de oposição ao *clericalismo*. Clericalismo é a imposição de valores religiosos sobre os civis por meio dos *clérigos* – casta que se auto-intitulou superior aos *leigos* na hierarquia social. Nesse sentido, o anticlericalismo é uma reação ao autoritarismo dos clérigos que buscam subordinar o poder temporal e garantir seus privilégios. Não consiste num movimento de combate ao catolicismo, especificamente, mas atingiu principalmente a Igreja católica. Os anticlericais, portanto, não negam a existência de Deus, Jesus Cristo ou outras divindades, mas lutam contra o avanço da autoridade clerical.

*Os anticlericais são adversários das doutrinas ultramontanas, que caracterizavam o espírito da Igreja Católica no final do século XIX e no início do século XX, tentando subordinar a autoridade temporal à autoridade eclesiástica. Não se confundem com ateus, pois estes negam a existência de Deus. Os anticlericais podem até fazer profissão de fé deísta, aderindo à idéia da existência de um Ser Supremo. Não são irreligiosos militantes, apenas pretendem conter o avanço da religião, sobretudo católica, dentro dos limites da sociedade civil. Não são indiferentes à religião, não são anticristãos, propõem apenas que o cristianismo volte à sua pureza original. Definem-se, categoricamente, por oposição ao clericalismo.*⁶⁹

⁶⁸AZEVEDO, Thales. **A guerra aos páracos.** Episódios anticlericais na Bahia. Salvador: EGBA, 1991, p.20.

⁶⁹PINHEIRO, Áurea da Paz. **As ciladas do inimigo.** As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p.96.

No Brasil, o movimento esteve associado a vários segmentos, sendo que os anarquistas se destacaram devido a postura combativa e de enfrentamento adotada pelos libertários. As críticas de Maria Lacerda ao clericalismo estavam relacionadas aos valores difundidos pela Igreja através de uma educação moralista e sexista, definidora dos papéis masculino e feminino na sociedade. À mulher cabia ser esposa, mãe e dona-de-casa. A religião, portanto, fortalecia a família burguesa e a manutenção da propriedade privada. Nesse sentido, o catolicismo contribuía para a *domesticação* feminina e a manutenção de sua condição de “dupla escrava”. Durante a década de 1930, Maria Lacerda se engajou na luta contra o fascismo e estabeleceu críticas à Igreja por apoiar o autoritarismo e a violência do Estado fascista.

O contato com a literatura revolucionária oferecida por José Oiticica não satisfaz as ansiedades intelectuais de Maria Lacerda, segundo sua autobiografia. A partir daí dedicou-se a ler obras teosóficas⁷⁰ e positivistas concomitantemente. Estudou Rousseau e Mabel Collins⁷¹, entre outros. Durante esse período buscou respostas aos seus questionamentos acerca dos problemas humanos, o que só foi encontrar em Han Ryner.

Fraternismo e subjectivismo, amor e sabedoria, Jesus e Epicteto! Conhecer-se, realizar-se – para aprender a amar.

E tenho o direito e o prazer de sonhar a minha metaphysica livre. E digo com Han Ryner: “O sim dogmatico e o não dogmatico estão bem perto um do outro. Sem o sorriso da duvida e a musica do sonho, nenhuma liberação é completa! Nem afirmar, nem negar: - sonhar”.

Livre de escolas, livre de igrejas, livre de dogmas livre de academias, livre de muletas, livre de prejuizos governamentais, religiosos e sociaes.

Tão anti-social quanto possível.

Resta o conhecer-me para tentar a minha realização. Um novo ponto de partida...⁷²

Os trabalhos de Han Ryner, anarquista-individualista⁷³, deram respostas às angústias vivenciadas por Maria Lacerda de Moura quando do seu processo de

⁷⁰ Teosofia é o corpo doutrinário que sintetiza Filosofia, Religião e Ciência, originado no século XIX na Europa, com base em conhecimentos budistas e que tem como pontos básicos a busca da verdade, a crença na reencarnação, imortalidade da alma e na evolução desta. Tem sua origem etimológica na palavra grega *theosophia*, de *theos*, Deus, e *sophos*, sabedoria, geralmente traduzida como 'sabedoria divina'. O termo Teosofia possui várias interpretações: tradição-sabedoria (a sabedoria presente em toda religião, filosofia e ciência); filosofia perene; puro altruísmo, amor, compaixão, que pode ser compreendida somente através do despertar espiritual. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Teosofia>> Acesso em: 11 de setembro de 2006.

⁷¹ Mabel Collins nasceu em 9 de setembro de 1851. É conhecida pelos seus livros sobre misticismo, mas também escreveu dezenas de romances e foi teosofista. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mabel_Collins> Acesso em 11 de setembro de 2006.

⁷² MOURA Maria Lacerda de. *Autobiografia. O Combate*, n. 5, 03/08/1929. In: LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. SP: Ática, 1984, pp.:147-148.

amadurecimento intelectual. O rompimento com o dogmatismo social era o caminho da liberdade. A *objeção de consciência* se dava na negação de preceitos difundidos por escolas, igrejas, academia e governos e, um *objeto de consciência* só poderia sê-lo se tivesse liberdade de pensamento.

A partir de 1928, momento em que decidiu morar numa chácara na comunidade de Guararema⁷⁴, estabeleceu contato com a natureza e vários militantes pacifistas. Ali aprimorou suas reflexões sobre o papel do indivíduo na sociedade apontando a auto-educação e a objeção de consciência como meio de alcançar a liberdade.

Como já fora ressaltado, Maria Lacerda sempre apostou na educação com elemento disparador de mudança. Mas num primeiro momento, por volta de 1920, Maria Lacerda de Moura esteve influenciada pelos ideais da Escola Nova, corrente pedagógica liberal ligada à idéia de nacionalismo difundida pelo Estado. A luta contra o analfabetismo era condição para a construção de uma *nação* e os educadores tinham grande responsabilidade nesse projeto.

Seu primeiro livro, *Em torno da educação* (1918), foi definido como *patriótico, exaltado, burguesíssimo, cheio de preconceitos e dogmatismo* pela própria autora em 1929. Os intelectuais brasileiros da década de 1920 defendiam a educação como meio de “democratização” e “modernização” da sociedade. As “massas” ignorantes deveriam ser adequadas à nova realidade pautada nos ideais liberais. O problema do

⁷³ O Anarquismo individualista foi a corrente anarquista fundada por Max Stirner. Em sua obra *O indivíduo e sua propriedade* (1844), este autor procura demonstrar como, através da história, a humanidade foi levada a se sacrificar por ideais abstratos. Estes ideais, ao invés de trazerem felicidade, apenas serviram de fachada para que uma minoria de indivíduos egoístas se beneficiassem do trabalho da maioria da população. Contra isto, Max Stirner propôs que todos os indivíduos se tornassem egoístas também, se associando voluntariamente conforme necessário, mas zelando pelos seus próprios interesses pessoais. Segundo ele, só assim a exploração de muitos por poucos poderia ser abolida. Benjamin Tucker e Lysander Spooner também insistem na liberdade individual e ausência de coerção do estado. Como os socialistas libertários, eles detestam governos sustentados pelo capitalismo e rejeitam vários princípios essenciais do capitalismo em geral. Como os anarco-capitalistas, eles põem mais ênfase nos direitos individuais e na liberdade do que no coletivismo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anarquismo_individualista> Acesso em 24 de setembro de 2006.

⁷⁴ *Tratava-se de uma colônia formada por objetores de consciência da Primeira Guerra Mundial, de origem italiana, espanhola e francesa, que tinham se reunido à beira do rio Paraíba, pretendendo viver em liberdade e sem hierarquias (tanto entre trabalho manual e intelectual como entre homens e mulheres), exercendo um pacifismo ativo, ao se oporem a todas as formas de violência - do serviço militar à guerra. Quase desconhecida, a colônia de Guararema pretendeu realizar a utopia da fraternidade entre individualistas. Ela aparece registrada no opúsculo do anarquista Émile Armand - Milieux de vie en comum et "colonies" - e pereceu definitivamente sob a repressão desencadeada por Getúlio Vargas, em 1935. Prisões e deportações dispersaram os participantes estrangeiros, e Maria Lacerda, após ter se escondido por muito tempo, voltou a Barbacena, para tentar viver de novo como professora de preparatórios para ginásio.* (LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. Maria Lacerda de Moura e o anarquismo. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.) **Libertários no Brasil - memória, lutas, cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1987, p. 95).

analfabetismo era gritante, o que desencadeou um trabalho conjunto envolvendo intelectuais, educadores e autoridades. Segundo Pagni,

*Por intermédio da educação, os chamados “reformadores liberais” que tinham suas idéias veiculadas pela imprensa paulista, acreditaram promover a democratização social do país bem como, por intermédio da criação dos centros universitários, formarem as novas elites dirigentes capazes de levar a cabo o referido projeto.*⁷⁵

A Escola Nova propunha a formação de elites capazes de servir o Estado e a nação absorvidos pelo discurso de “progresso”. Os liberais queriam formar cidadãos aptos a votar, além de difundir valores que consolidassem o ideal de “civilização”. *Em torno da educação* defendia a obediência à ordem e ao Estado, apesar de evidenciar um traço rebelde (observado por José Oiticica) quando a autora defendia a educação como instrumento de ação coletiva. No entanto, a incorporação do escolanovismo pelo Estado, bem como o contato de Maria Lacerda com outras perspectivas educacionais, a distanciou da Escola Nova.⁷⁶

Após mudar-se para São Paulo, Maria Lacerda entrou em contato com movimentos feministas, anarquistas, socialistas e comunistas, o que transformou o seu olhar sobre a educação. A autora percebeu o elitismo das escolas oficiais bem como a reprodução dos ideais nacionalistas. A educadora passou a defender uma educação para o operariado, aproximando-se da *Proletcultura*.

Em 1929, José Carlos Boscolo publicou uma série de oito artigos no *Combate*, SP, fazendo referência a esse projeto educacional encampado por Maria Lacerda de Moura. Idealizado e desenvolvido por militantes, *A PROLETICULTURA é um ramo da Sociologia destinada exclusivamente a elucidar e ilustrar o proletariado(...) o ensino(...) deve ser ministrado nos sindicatos por militantes proletários de cultura eficaz (...)*⁷⁷

Boscolo destacou que a escola tradicional afirmava os dogmas da sociedade burguesa, exaltando os valores da Igreja e do Estado e difundindo a idéia de normalidade e imobilismo sociais. A *Proletcultura*, ao contrário, deveria cultivar a

⁷⁵ PAGNI, Pedro Ângelo. **Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico**: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Ijuí: Editora UNIJUI, 2000, p.50.

⁷⁶ RICHTER, Liane Peters. **Emancipação feminina e moral libertária**: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

⁷⁷ BOSCOLO, José Carlos. *Proletcultura I – Sociologia*. **O Combate**, São Paulo, n. 5046, p. 2, 21/05/1929.

liberdade de pensamento, ação cotidiana e futura, princípios internacionalistas, arte criativa e estimulante, sentimentos de coletividade e solidariedade. A viabilidade dessa escola dependeria do esforço de uma elite proletária ilustrada, sendo Maria Lacerda de Moura uma das pessoas citadas por Boscolo.

Ao trabalhar o tema da educação, Maria Lacerda discutiu a necessidade de abrir espaço para a mulher e o trabalhador, ambos carentes de informação e de formação. Argumentava que o ser humano necessitava de conhecimento para tornar-se uma pessoa melhor, respeitar as diferenças, exercitar a sensibilidade e criar outros meios de intervenção política não baseados na força, na guerra, na submissão ao/do outro.

Em *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica*, 1934, discutiu as propostas de Francisco Ferrer para a educação, vinte e cinco anos após sua morte. Assumiu postura autônoma e individualista. Afirmava que os grandes gênios da humanidade eram autodidatas, e, portanto, não receberam educação dogmática, ao contrário, teriam traçado seus próprios caminhos sem a intervenção de nenhuma instituição estatal ou religiosa.

*Os princípios da Escola Moderna constituem a expressão mais alta e profunda da verdadeira educação: “Têm por objetivo, segundo seus estatutos, fazer penetrar efetivamente no ensino e em todos os países, as ideias de ciência, liberdade e solidariedade. Buscar desenvolver os métodos mais apropriados à Psicologia da criança, que permitam obter os melhores resultados com a menor fadiga possível.”*⁷⁸

Ferrer defendia a necessidade de trabalhar questões relativas às desigualdades sociais e econômicas presentes no dia-a-dia, desde cedo com a criança. Para além disso, argumentava que a Escola Moderna deveria adotar métodos pedagógicos que proporcionassem liberdade ao estudante, ao contrário do que ocorria nas escolas convencionais. A criança deveria ser respeitada física, moral e intelectualmente. Nesta proposta educacional estava presente a discussão acerca da mulher e da necessidade de transformação nas relações discriminatórias e sexistas.

Porém, a escritora considerou Ferrer ingênuo ao acreditar na eficácia do ensino científico no que concerne ao estímulo da solidariedade e liberdade individual. A ciência constituía-se num instrumento do poder, na garantia do armamento da

⁷⁸ MOURA, Maria Lacerda de. **Ferrer o Clero Romano e a Educação Laica**. São Paulo, Editorial Paulista, 1934, p. 17

sociedade. Maria Lacerda, apesar dessa ressalva, afinava-se com as propostas do educador.

O livro *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica* (1934) foi produzido na comunidade de Guararema e compõe uma série de reflexões da autora sobre *Estado, fascismo e a não-violência. Para educar, é preciso ter-se educado a si proprio, na tortura gloriosa do dominio das paixões e do espirito de autoridade*⁷⁹ – disse. A referência a auto-educação consiste num exercício humano de busca do conhecimento e da liberdade.

A liberdade só poderia ser alcançada através do esforço individual pautado numa educação libertadora. O ser humano livre é aquele que se coloca acima dos dogmas difundidos pela *família, Estado e religião*. A negação das instituições e valores *domesticadores* consistia no que a autora denominou *objetar de consciência*. Ser *objetar de consciência* significa posicionar-se contrário ao que se convencionou considerar inquestionável, a começar pelos sistemas políticos e religiosos que permanecem vigentes.

Maria Lacerda registrou atitudes *objedoras de consciência* como a de Georges Chev , um franc s que n o se alistou ao servi o militar obrigat rio e acabou sendo preso em conseq ncia de sua insubmiss o. O artigo foi publicado em 1927 e Chev  argumentava que havia presenciado os horrores da 1  Guerra Mundial quando crian a, se recusando a alistar-se nas fileiras da morte. A atitude desse homem teve grandes repercuss es no mundo, tornando-se not cia na imprensa livre.

Recusou-se ao servi o militar com uma express o firme, clara, heroica, simples, em tres phrases curtas, incisivas: “Obede o   minha consciencia:   a minha Lei”.

“N o quero matar”.

“Jamais consentirei em ser soldado”.

Est  preso Georges Chev , embora o presidente do Conselho de Guerra de Rouen e o proprio commissario do governo o viessem cumprimentar, apertar-lhe as m os em homenagem aos seus elevados sentimentos.

Chev  declar ra ter visto, crian a ainda, os horrores da guerra, os mutilados, os feridos horriveis, a fome, a nudez, a brutalidade, toda a selvajaria, o pavor, a hediondez da carnificina e comprehendera e sentira e penetr ra as causas das guerras e jurou   sua propria consciencia n o ser um assassino, n o fazer parte da escola de chacina, n o ser nunca um soldado.

E deante do Conselho de Guerra reunido para o julgar, declarou, corajosamente, estar disposto a tudo – menos a matar, menos a ser soldado.

Operarios e intellectuaes, pensadores, nomes eminentes e anonymos enviaram a Georges Chev  protestos de homenagem   sua nobre attitude de objectar de

⁷⁹ Ibidem, P.88.

*consciencia, appellando em favor dessa bella alma que, sem alarde, sem se alistar em fileira alguma, sem invocar outra cousa a não ser a sua consciencia – reivindica o direito de ser livre – para poder amar ao proximo como a si mesmo*⁸⁰

Uma atitude como a de Georges Chev  representava a possibilidade de ser livre e estar acima das press es sociais. O franc s optou pela liberdade, mesmo que seu corpo fosse encerrado numa cela. Do que vale um corpo livre se a mente n o o conduz? Manter o corpo livre significava coloc -lo a servi o da morte. *Ser* livre era *estar* preso. O indiv duo *recusou-se   humilha o*. Chev  n o se permitiu ser *domesticado*, segundo Maria Lacerda.

O sentimento de *humilha o*   forjado numa rela o desigual na qual uma das partes (individual ou coletiva)   a agressora e a outra, v tima de agress o⁸¹. Uma situa o de humilha o gera dor, sofrimento, sensa o de inferioridade e ofensa. Ao sentir-se ofendido o indiv duo   atingido em sua honra, pois honrado   aquele que n o se subjugua. V rias s o as experi ncias humanas de humilha o e a recusa a essas situa es consiste na afirma o de si. De acordo com Christina Lopreato,

*A recusa a pactuar com aquilo que   baixo, a se inclinar diante de uma situa o humilhante,   um dos tr s sentidos da honra como nos mostra Febvre. A recusa implica em preservar a dignidade na desventura, em manter-se fiel  quilo que se  ,   sua identidade pessoal. A honra   tamb m uma sensibilidade muito viva “ s diminui es de que nossa pessoa possa ser v tima, um grande sentimento de beleza da pr pria vida, que implica obriga o de tudo fazer para que ela n o seja pisoteada, de apagar qualquer humilha o.” E no seu terceiro sentido, a honra   uma for a de a o, que engaja, sem hesita o, o homem na a o.   uma esp cie de escudo que barra as impurezas que s o colocadas diante de n s.*⁸²

Georges Chev  afirma a si mesmo quando se nega   uma situa o de humilha o, qual seja submeter-se ao servi o militar e compactuar com a guerra, a viol ncia e poderio do Estado. A atitude de Chev  deveria ser adotada por todos, segundo Maria Lacerda, com vistas   constru o de uma *nova sociedade*. Num momento em que o fascismo se impunha na It lia e influenciava o Brasil com projetos

⁸⁰ MOURA, Maria Lacerda de. Guerra   guerra. **O Combate**, S o Paulo, n. 4560, p. 3, 19/11/1927.

⁸¹ ANSART, Pierre. As humilha es pol ticas. In: MARSON, Izabel e NAXARA M rcia (org.). **Sobre a humilha o**. Sentimentos, gestos, palavras. Uberl ndia EDUFU, 2005.

⁸² LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O respeito a si mesmo: Humilha o e Insubmiss o. In: MARSON, Izabel e NAXARA M rcia (org.). **Sobre a humilha o**. Sentimentos, gestos, palavras. Uberl ndia EDUFU, 2005, p.249.

homogeneizantes, a *recusa* às imposições do Estado era recebida como evidências de reação à *domesticação*.

Em contrapartida, muitos indivíduos incorporavam os ideais difundidos pelo Estado violento. Maria Lacerda vivenciou momento delicado em sua vida pessoal quando decidiu romper relações com seu filho adotivo, Jair Lacerda Cruz Machado, pelo fato deste ter se aliado ao integralismo. O integralismo⁸³ no Brasil foi combatido por Maria Lacerda e, de acordo com a autora, seu sobrinho havia optado pela carreira militar. Por que continuar admitindo como filho alguém que se alistou às fileiras da tirania? – questionou Maria Lacerda. “Meus irmãos são aqueles que defendem a paz, a liberdade individual, a objeção de consciência e não aqueles que usam da força para manter o caos social”.

Ha meia duzia de dias eu tive a confirmação: não só Jair é integralista como até já é tenente.

Pois bem: meu filho adotivo morreu.

Somos a ponte entre duas épocas. Não é mais possível nenhuma atitude ambigua.

Ele é soldado da Igreja, do Despotismo, do Terror, da Violencia pela Violencia. Eu, de há muito, me alistei no exercito da Paz, e defendi, pela razão e pelo coração, a Liberdade – contra a Autoridade. Sou contra a Violencia. Mas, não admito nenhuma Ditadura. Não uso armas. E sou livre, porque a minha consciência é livre. Nunca matarei. Prefiro morrer a matar.

Estou ao lado dos oprimidos. Os outros estão se aprestando para defender a Igreja, o Capital e o Estado despotico, a violencia e o terror.

*Armas desiguaes ... Lutas desiguaes.*⁸⁴

⁸³ “O integralismo ideologicamente defendia a propriedade privada, o resgate da cultura nacional, o moralismo, valorizava o nacionalismo, a prática cristã, o princípio da autoridade, o combate ao comunismo e ao liberalismo econômico. O projeto político do Integralismo propunha unificar, numa visão integral, as inúmeras visões fragmentadas do ser humano e da sociedade, ora analisados apenas pelos seus aspectos econômicos, ora pelos aspectos sociais, ora políticos, ora espirituais. A nação integralista se organizaria dentro de uma hierarquia de valores, na qual sobrepuja-se “o espiritual sobre o moral, o moral sobre o social, o social sobre o nacional e o nacional sobre o particular”. Afirmava Plínio Salgado: “o Integralismo nada traz de novo, uma vez que é baseado na história política dos povos e nas verdades eternas do Evangelho”. Ação Integralista Brasileira ou integralismo foi fundada no ano de 1933 no mês de Abril. Espalhou-se rapidamente pelo Brasil. Tão logo iniciou suas atividades, começaram haver conflitos com os grupos ditos “democráticos”. Em 1935, as desavenças entre os diversos grupos antagônicos tomaram corpo espalhando-se pelas ruas das capitais do Brasil. Os integralistas da mesma forma que os demais grupos organizados na época, usavam uniformes ao estilo dos fascistas e nazistas da Europa. As camisas e bonés eram verde-oliva, as calças eram pretas ou brancas e as gravatas pretas. Tinham como bandeira um fundo azul com um círculo branco no centro, no meio do círculo, havia o sinal do cálculo integral, a letra sigma, significando a somatória das infinitas pequenas partes (soma de valores). Em pouco mais de 4 anos, o Integralismo conseguiu angariar no seio na população de classe média, cerca de 500.000 adeptos. Sua atitude em público chamava a atenção pela simbologia e iconografia adotada.” Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_Integralista_Brasileira. Acesso em: 17 de abril de 2006.

⁸⁴ MOURA, Maria Lacerda de. Profissão de fé. **A Lanterna**, São Paulo, n. 388, p. 3, 09/02/1935.

O sobrinho representava a realização do desejo de ser mãe, uma vez que Maria Lacerda não pôde engravidar. Nesse sentido, destaco a firmeza de convicção da militante ao negar publicamente o filho. Ao adotar o integralismo como projeto político, Jair Lacerda deixou de ser seu filho e se transformou num *Soldado da Violência*. Negar o filho adotivo significava afirmar sua postura antiautoritária e antifascista. A escolha pelo filho integralista – *família* – seria, antes de tudo, uma negação daquilo que defendia publicamente.

Jair Lacerda foi adotado por Maria Lacerda de Moura quando tinha quatro anos de idade e conviveu com intelectuais, anticlericais, revolucionários. Morou na sua casa em São Paulo durante quinze anos e foi obrigado a voltar para o interior por motivos de saúde. Foi durante esse período de distanciamento que ele optou pela carreira militar.

A trajetória de Maria Lacerda esteve sempre acompanhada da luta pela liberdade do indivíduo por meios pacíficos. Em seus textos, a autora destaca a valorização da vida e do amor ao ser humano. Romper relações com Jair Lacerda significava manter-se fiel aos seus princípios, ainda que essa ação implicasse numa perda de grande valor.

Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio! também foi produzido quando da luta de Maria Lacerda contra o fascismo. É resultado de uma conferência realizada em 1932 a pedido da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro. O livro foi publicado em 1933, com Getúlio Vargas no poder. A autora já havia adotado uma postura política radical e realizava ferrenhas críticas a um Estado autoritário e dilacerante que dissolvia o indivíduo, matando, assim, o poder de criação e intervenção individual.

A preocupação da autora era denunciar os mecanismos de poder de uma conjuntura política delicada no Brasil e no mundo, tendo em vista que o fascismo influenciava nosso país na década de 1930. O Estado italiano investia na militarização da população, incitava a violência e adotava uma educação religiosa. O nacionalismo e o patriotismo eram cultivados pela Igreja e pelo Estado.

O livro de Maria Lacerda sobre o serviço militar trata dos horrores causados por guerras. A obra trata de um projeto de lei da época que visava tornar obrigatório o serviço militar para ambos os sexos. A autora realizou reflexões de negação à proposta apresentada e alistou-se à *Internacional dos Resistentes a Guerra*, associação de pensadores contrários à guerra e à violência.

A necessidade de se implementar o serviço militar obrigatório já era defendida por Olavo Bilac em 1915⁸⁵. Os homens convocados para *servirem à pátria* seriam os responsáveis pela defesa do território nacional se necessário, e sacrificariam suas vidas em nome das fronteiras brasileiras. No entanto, este anteprojeto de Constituição trazia uma novidade: a obrigatoriedade do serviço às mulheres.

“Pode-se afirmar, desde já, que o serviço militar será obrigatório para todo brasileiro que completar 21 anos”. Quanto a essa parte, na futura Constituição haverá um pormenor interessante: “As mulheres também serão obrigadas ao alistamento militar para que possam ficar integralizadas na comunhão político-social. Uma vez chamadas, serão distribuídas pelos diversos serviços auxiliares, como a Cruz Vermelha, Administração, Arsenais, etc”.

Os argumentos da autora apontavam o abuso de poder que se imprimia sobre a população a partir desse projeto e conclamava homens e mulheres a negarem tal proposta. Segundo Maria Lacerda, o *Estado* é responsável pela morte do indivíduo. Este é absorvido por uma instituição autoritária que se coloca como representante do *todo*, mas defende os interesses de uma elite. Os *servidores da pátria* são, portanto, defensores de uma classe privilegiada entregue ao imperialismo:

Isso é fascismo: mobiliza-se todo o Estado no serviço militar obrigatório total; tiram-se todos os movimentos das massas trabalhadoras – através da “Carta Del Lavoro” e do Ministério do Trabalho; disciplina-se o indivíduo por meio das expedições punitivas e do óleo de rícino, e tem-se a “ação integralista”, a unidade total – para que a “população de cima” possa mover-se à vontade – afim de mais facilmente vender o território e o povo trabalhador, na vassalagem aos imperialismos inglês ou yankee, de que já não passamos de colônia e de que são os governantes – os gerentes da Sociedade Anônima Limitada – o Estado, pertencente aos reis do dólar ou da libra.

A nossa mentalidade, filha do português “da governança e da fradaria” não pode encontrar senão esse caminho. Servilmente, ruminamos pelas estradas abertas, da força e da violência. E admiramos a brutalidade. E pedimos o chicote do feitor.⁸⁶

A relação do governo de Vargas com o fascismo na Itália, segundo Maria Lacerda, estava na subjugação do indivíduo pelo *Estado*, na perda da liberdade individual. A disciplinarização dos indivíduos e dos movimentos populares se dava pelo

⁸⁵ LUCA, Tânia Regina de. Revista do Brasil: redespertar da consciência nacional. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp.: 35-84.

⁸⁶ MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!** Guarujá/SP: Editora Opúsculo Libertário, 3ª reedição, p.:19, 1999.

conjunto de *leis* elaboradas pelo *Estado*, burocracia criada para servir de mediação entre patrão e empregados. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 26 de novembro 1930 (decreto nº 19.433), representava o controle sobre os trabalhadores que se encontravam à mercê das regras ditadas pelo mercado.

Maria Lacerda apontava o caráter subserviente da elite brasileira frente aos interesses estrangeiros, o que tornava questionável a postura nacionalista tão propagada pelo governo. A autora buscava alertar o leitor para o fato do discurso em favor da *pátria* representar um meio de manter a população envolvida pela idéia de civismo, enquanto os grupos mais favorecidos abriam espaço à exploração estrangeira.

O Brasil, segundo Lacerda de Moura, esteve à mercê do poder colonizador e imperialista, herdando uma cultura fortemente autoritária perceptível em diversos âmbitos sociais. Este país que foi construído de forma truculenta, a partir de um processo de exploração e desrespeito aos povos originários, havia aprendido a conviver com o *chicote do feitor*.

Sem pátria, sem fronteiras, sem família e sem religião, dizia, já que a ativista intencionava alertar os leitores sobre os perigos da concepção de *nação* e de *pátria*. A noção de *pátria* criticada é aquela que desencadeia disputas entre *nações* levando à guerra, xenofobia, morte em massa. Encerrar-se em suas fronteiras significava fechar-se no círculo do poder e do capital. *Estado, fronteira e nação* seriam idéias conservadoras e geradoras de conflitos entre os povos.

Yves Déloy, em seu artigo *A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional*⁸⁷ nos alertou para as ambigüidades do conceito *identidade nacional*. O conceito traz em si tanto a possibilidade de uma concepção aberta, na qual as pessoas compartilham os sentimentos, ou ainda, nutrem o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo, quanto a possibilidade de uma concepção fechada, exercida de fora para dentro, pautada na idéia de *território e língua*.

A problemática da identidade nacional brasileira tem sido uma preocupação recorrente para intelectuais e grupos políticos. Dessa forma, o que me parece importante ressaltar é que, na maioria das vezes, esta discussão veio acompanhada de políticas autoritárias. Em vários momentos da nossa história, o discurso da identidade nacional

⁸⁷ DÉLOYE, Yves. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella e BREPOHL, Marion (organizadoras). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora UnB, 2002, pp.: 95-112.

foi artifício utilizado pelas elites políticas e econômicas para garantir controle sobre um país diverso como o Brasil.

Maria Lacerda falava de um tempo em que a criação de uma identidade nacional consistia numa política de Estado. Os colégios eram cenários das festas cívicas e os livros didáticos veículos do ideal *nacionalista*⁸⁸. Essa política culminou na ditadura do Estado Novo a partir de 1937, período marcado pela forte repressão aos movimentos sociais e manifestações culturais. A educação institucional assumiu o perfil nacionalista do Governo Vargas cumprindo uma função conservadora e homogeneizante. O exercício da liberdade de pensamento deveria ocorrer em espaços *alternativos*, tendo em vista o domínio do Estado sobre a educação. Nesse sentido, Maria Lacerda realizou muitos trabalhos em torno da educação por considerar necessário o desenvolvimento de uma educação voltada para a libertação do indivíduo.

Em *Clero e Estado*, Maria Lacerda afirma: *Há só um caso em que me posso tornar patriota, nacionalista: é quando os interesses humanos se confundem com os interesses nacionais.*⁸⁹ Os interesses nacionais deveriam, portanto, acompanhar os interesses dos indivíduos, fortalecer a dignidade humana, estabelecer uma convivência pacífica e igualitária onde reinasse a liberdade de *ação* e de *pensamento*.

A proposta de serviço militar obrigatório para homens e mulheres sustentava o projeto bélico do Estado nacionalista, de acordo com a autora. Um Estado forte o era pelo seu potencial de destruição; nesse sentido, as medidas governamentais objetivavam fortalecer o exército. A tecnologia era utilizada para o desenvolvimento de armamentos cada vez mais sofisticados e a guerra em nome da *nação* significava guerra contra a vida de inúmeros indivíduos alistados no serviço militar. Em *A Sciencia a serviço da degenerescencia humana*, dois artigos publicados no jornal paulistano *O Combate*, nos dias 06 e 12 de julho de 1928, a militante argumentou contrariamente ao uso que se fazia da ciência e da tecnologia.

Descobertas, investigações, os methodos scientificos attestam o esforço genial da elite para uma evolução mais alta. O resultado não se faz esperar: o capitalismo industrializado apodera-se do esforço científico, ainda em embrião, de maneira a canalisar todas as energias humanas, em uma direcção única – a lucta de competições, a concorencia economica, o assalto ás posições já occupadas, o nacionalismo, e, consequentemente, as guerras. (...)

⁸⁸ FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. São Paulo, SP: Papirus, 7ª edição, 2003.

⁸⁹ MOURA, Maria Lacerda de. **Clero e Estado**. RJ: Editora Liga Anti-Clerical, 1931, p.4.

*Neste momento todos os grandes laboratorios chimicos estão occupados na descoberta de gazes cada vez mais toxicos para a próxima guerra.*⁹⁰

Para além da característica bélica, a concepção fechada de *pátria* sustenta-se em idéias homogeneizantes como *povo, nação, identidade nacional*. Tais conceitos maquiam diferenças e tensões existentes entre os segmentos sociais e são pontos de partida para a implementação de políticas institucionais elitistas. Ser *objeto de consciência* é lutar pela possibilidade de mediar essas forças que se colocam sobre o indivíduo. A busca da autonomia de pensamento é uma luta constante que se faz de “dentro pra fora”, ou ainda, do individual para o coletivo.

Ao relacionar *pátria, fronteira, família e religião*, Maria Lacerda apontava as formas de disciplinarização do indivíduo em nossa sociedade. *A Lei impede o direito da escolha e os costumes solidificam as leis*⁹¹, dizia Maria Lacerda, numa tentativa de alertar os leitores para a necessidade de negar tudo aquilo que os oprime e os mantém num estado de anestesia política.

*Todos nós, aliás, somos capturados no primeiro vagido. A educação, desde o baptismo e o Jardim da Infância até a Universidade, as academias scientificas ou literárias, a nação, a patria, a sociedade em summa, com todas as suas indispensaveis ramificações – religião, família, Estado, - apoderam-se da criatura humana, capturam-na no berço e levam-na ao tumulto – “domesticando-a”, civilizando-a, “coadoida” da sua ignorancia, paralisada da sua cegueira, numa piedade verdadeiramente christã.*⁹²

Entendidos como mecanismos de controle social, *família, Estado e religião* aparecem no discurso lacerdiano como causadores de ignorância e domesticação. A palavra *domesticar* é explorada em vários textos, revelando um estilo incisivo e direto de escrita. Maria Lacerda era avessa às instituições controladoras – posicionamento que demonstra sua opção pela anarquia: a busca da liberdade de *pensamento* e de *ação*. *Domesticar* o ser humano é anulá-lo obrigando-o a se curvar perante um mundo conflituoso e marcadamente injusto. A necessidade de se opor à *domesticação* era tarefa difícil, desempenhada por poucos.

⁹⁰ MOURA, Maria Lacerda de. A Sciencia a serviço da degenerescencia humana. **O Combate**. São Paulo, n.4753, p. 3, 06/07/1928.

⁹¹ MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!** Guarujá/SP: Editora Opúsculo Libertário, 3ª reedição, 1999, p.15.

⁹² MOURA, Maria Lacerda de. Domesticando. **O Combate**, São Paulo, n. 4730, p. 2, 11/06/1928.

Ser um *objeto de consciência* significava buscar novas formas de sociabilidade que tivessem como único interesse o amor entre os indivíduos. Cultivar amor à *pátria* e morrer por ela seria uma forma de negar-se como ser humano, negar sua consciência em nome de um *Estado* que mantém privilégios de classe. Cultivar amor à *família* significava manter-se preso a uma estrutura de poder na qual um sobrenome determina a origem e a formação do indivíduo. Cultivar o amor à *Igreja* era, sobretudo, manter-se ligado a uma instituição que historicamente esteve ao lado do *Estado* e do *Capital*, difundindo valores repressores e mantenedores do *status quo*.

Maria Lacerda apontou sua crítica à *família* ao analisar o sentimento de posse do homem sobre a esposa e os filhos. Em vários artigos, discutiu as relações autoritárias presentes nessas relações. *A família é, logicamente, a fraude, a mentira, a exploração do trabalho da mulher no serviço doméstico obrigatório só para o “sexo fraco”, - porque é “indigno” do homem, do “sexo nobre”, do “superior”.*⁹³

A autora lutou contra a naturalização da mulher/propriedade, partindo do entendimento de que o homem e a mulher são seres complementares. Os casamentos por conveniência foram rejeitados por Maria Lacerda por serem mais uma forma de coerção. Ao proferir: *A minha família sou eu quem a escolhe*⁹⁴, ela declarou que o amor não depende de leis e burocracias, ao contrário, o amor surge entre os indivíduos num exercício de liberdade. Ao submeter o Amor à lei, a união deixa de ser uma escolha para ser uma obrigação do casal.

É na propriedade do “senhor” que se baseia essa coisa commercial, esse contracto legal, essa perversidade que se chama “familia”, santificada ainda pela religião que, sempre, em todos os tempos, foi a guarda avançada e feroz da propriedade privada. (...)

*A família verdadeiramente constituída será a que se basear na maternidade consciente e na livre escolha da mulher ao eleger o pae para o seu filho.*⁹⁵

Percebe-se que *Estado*, *governo*, *família* e *religião* são temas trabalhados indissociavelmente pelos libertários, tendo em vista a natureza comum dessas instituições. Segundo Proudhon,

⁹³ MOURA, Maria Lacerda de. **Religião do Amor e da Belleza**. São Paulo: O Pensamento, 2ª edição, 1929, p. 164.

⁹⁴ MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!** Op. cit., p.:15.

⁹⁵ MOURA, Maria Lacerda de. Abolição legal do direito de paternidade. **O Combate**, São Paulo, n. 4592, p. 3, 29/12/1927.

A idéia governamental nasceu portanto de costumes de família e da experiência doméstica: nenhuma revolta se produziu então, o governo parecendo tão natural à sociedade quanto a subordinação entre o pai e seus filhos. Eis por que o filósofo reacionário De Bonald pôde dizer, com razão, que a família é o embrião do Estado, de que ela reproduz as categorias essenciais: o rei no pai, o ministro na mãe, o súdito no filho⁹⁶.

O autor remete à idéia de *naturalização da autoridade* e do governo na sociedade que se fundamenta numa estrutura familiar patriarcal e hierárquica. A *família* assume o lugar de *embrião do Estado* numa referência às relações de poder estabelecidas entre pai, mãe e filhos; o *Estado*, em última instância, é uma extensão da *família* mantida por uma autoridade que lhe é própria.

Uma união baseada na obrigatoriedade e na autoridade do marido sobre a esposa e filhos fomenta a posse, a violência, o autoritarismo e a hierarquia. O *Estado*, originário dessa *família*, é um Estado de privilégios, controlador, punitivo, clientelista. A idéia de *autoridade* e controle, difundidas socialmente, levam à crença de que só é possível organizar uma sociedade mediante um governo, *naturalizando-o*. Ainda segundo Proudhon:

O que manteve esta predisposição mental e tornou a fascinação durante tanto tempo invencível é que, em consequência da analogia suposta entre a sociedade e a família, o governo sempre se apresentou aos espíritos como órgão natural da justiça, o protetor do fraco, o conservador da paz. Por esta atribuição de providências e de alta garantia, o governo se enraizou tanto nos corações como nas inteligências. Ele fazia parte da alma universal; ele era a fé, a superstição íntima, invencível, dos cidadãos. Se acontecesse dele enfraquecer, dizia-se dele, assim como da religião e da propriedade: não é a instituição que é má, é o abuso. Não é o rei que é ruim, são os ministros. “Ah! Se o rei soubesse!”⁹⁷

A sociedade estabeleceu uma relação de *fé* com o *governo* no momento em que delegou a ele o dever de controlar e manter a ordem. A *autoridade* delegada e assumida pelos *governantes* transformou-se numa pretensa garantia de justiça social. Proudhon ressaltou a inviolabilidade dessas instituições entendidas como essenciais à paz; qualquer abuso de poder estaria estritamente relacionado a atitudes individuais.

⁹⁶ **PROUDHON:** [textos escolhidos] / [seleção e notas] Daniel Guerin; tradução Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM; 1983, pp.: 59-60.

⁹⁷ *Ibidem*, p.: 61.

A *crença* de que os homens não são capazes de se organizar coletivamente se deu ao longo dos tempos, segundo Kropotkin⁹⁸. De acordo com o autor, as sociedades primitivas se regulamentavam com base no *instinto* e na necessidade de *propagação da espécie*, o que significava cultivar sentimentos de *fraternidade* e de *solidariedade* necessários à manutenção da vida. A vida em comunidade gerava hábitos que favoreciam o entendimento entre os indivíduos, o que dispensava a criação de instituições. A medida em que as sociedades ficaram complexas, conflitos foram gerados pelo desejo de *subjugação*; daí a criação dos *governos* com suas leis.

O discurso anarquista de *negação do governo* também está presente nos escritos de Maria Lacerda. Em *O voto feminino*, 1927, podemos perceber o posicionamento da escritora bem como o seu entendimento de que o *governo* é destrutivo, pois aquele que se deixa governar está abrindo mão da liberdade. *Ser governado (subjugado)* ou *governar (subjugador)* é agir com selvageria. Em suas palavras:

A verdadeira sabedoria nos ensina que governar os outros é destruir-se a si mesmo.

É negar-se a si próprio, é adormecer as mais bellas forças cryptopsychicas e despertar os instintos selvagens para a megalomania da autoridade, e do despotismo.

Só temos o direito e o dever de nos governarmos a nós mesmos.

Mais o homem cresce em prestígio político, mais desce aos olhos dos que teem consciencia esclarecida.

*Mais um homem sóbe em dignidade e poder e mais resvala, mais é escravo, mais se vulgariza, mais se corrompe, mais deteriora a propria alma.*⁹⁹

A partir do momento em que o indivíduo permite ser governado está sendo *domesticado*, calado, sufocado por uma estrutura aprisionante. Ao contrário da visão que se construiu no Estado moderno burguês, o *governo* e os *Estados* exercem *controle artificial* sobre os indivíduos e promovem a imbecilidade e a dependência. Podemos perceber que Maria Lacerda referia-se a uma estrutura de governo *representativo* com seus cargos políticos e possibilidades de ascensão na carreira, pois a escritora criticava as instituições de seu tempo. No entanto, sabe-se que os libertários são contrários a qualquer tipo de governo ou Estado, dada sua natureza coercitiva.

Segundo Bakunin, o *Estado*, independentemente da forma que assume, é um elemento artificial e absoluto que se impõe pela negação de qualquer força que o

⁹⁸ KROPOTKIN. [Seleção e apresentação dos textos de Maurício Tragtenberg]. Porto Alegre: L&PM, 1987.

⁹⁹ MOURA, Maria Lacerda de. O voto feminino. *O Combate*, São Paulo, n. 4575, p. 2, 08/12/1927.

ameace. Este caráter totalizante cria uma *moral política* contrária à *moral humana*, tendo em vista a eliminação dos direitos individuais e das heterogeneidades que compõem a coletividade.

É por isso que a moral política sempre foi não somente estranha, mas absolutamente contrária à moral humana. Esta contradição é consequência forçada de seu princípio: o Estado, sendo só parte, apresenta-se e se impõe como um todo; ignora o direito de tudo o que, não sendo ele mesmo, acha-se fora dele, e quando pode, sem perigo para si mesmo, o viola. – O Estado é a negação da humanidade.¹⁰⁰

O autor discute que o objetivo de qualquer tipo de *Estado* é a *conquista*. A utilização da força é meio de afirmação e expansão, o que resulta na *guerra permanente* e na subjugação humana. Monarquia, república, presidencialismo, parlamentarismo, enfim, qualquer forma de Estado se apresenta na sociedade de maneira totalizante e dominadora.

Maria Lacerda interpretou o *Estado* como instrumento de controle social. A violência institucionalizada, em muitos momentos denunciada pela autora, era meio de manutenção de uma estrutura que beneficiava as elites. Nesse sentido, os interesses *estatais/nacionais* opunham-se aos interesses *humanos*, à liberdade e solidariedade.

A ativista denunciou as estruturas do *Estado Burguês* e criticou o *sistema representativo*. As *leis* criadas por este *Estado*, a exemplo do projeto de serviço militar obrigatório para ambos os sexos, coagem os indivíduos. A idéia de que é necessário existir um conjunto de regras, assim como punição para aqueles que não as cumpram, é criada com vistas a manter uma estrutura baseada na desigualdade econômica e social.

O aspecto elitista da *lei* foi analisado por Kropotkin. Segundo o autor, a *lei* possui um duplo caráter: ela se apropria de costumes naturais às sociedades e é interpretada como criadora e mantenedora desses costumes; ao lado disso, defende os interesses de grupos hegemônicos.

Assim é a lei, com seu duplo caráter, que tem conservado até hoje. A sua origem é o desejo dos dominadores de imobilizar os costumes que eles próprios impuseram para seu proveito. O seu caráter é a mistura hábil dos costumes úteis à sociedade – costumes que não têm necessidade de leis para serem respeitados – com os costumes que não representam vantagens senão para os

¹⁰⁰ BAKUNIN, Mikhail. **O princípio do Estado**. Três conferências feitas aos operários do Vale de Saint-Imier. Brasília: Novos tempos, 1989, p.14.

*dominadores, que são prejudiciais às massas e só são mantidos pelo terror dos suplícios.*¹⁰¹

Nesse sentido, as *leis* são mecanismos de manutenção de privilégios e protegem alguns setores da sociedade. O autor ressalta que uma das funções da lei é garantir a *propriedade privada*: base do sistema capitalista. A legislação dá ao indivíduo o *direito* de apropriar-se daquilo que não foi produzido por ele mesmo, ou seja, permite que ele tome posse de um produto do trabalho coletivo – daí a necessidade da lei. Se não houvesse a usurpação do trabalho coletivo, não haveria necessidade da regulamentação da propriedade. Grosso modo, o *Estado* com seu conjunto de *leis* são a legalização do roubo.

A sociedade burguesa e suas instituições, fundamentadas numa estrutura política representativa, constituem-se num empecilho à autonomia humana, individual. Transferir ao outro o direito de decisão é abrir mão da liberdade. O discurso pró-voto, pró-democracia burguesa da *liberdade, igualdade e fraternidade*, é ilusório. O Estado burguês é um *Estado de classes* e a *liberdade* é limitada pelos interesses dos grupos sociais hegemônicos. A *liberdade* limita-se na manutenção da *propriedade privada*.

Ao tratar de assuntos pertinentes ao seu tempo, Maria Lacerda era reconhecida e elogiada por várias organizações, tendo em vista seus trabalhos e disposição em proferir conferências. Numa conferência que resultou no folheto *Clero e Estado*, ressaltou sua opção em não falar em nome de “todas” as mulheres brasileiras.

Quando a “Coligação Nacional Pró Estado Leigo” me convidou para tomar parte nesta comemoração que levanta um marco na história das reivindicações da liberdade de pensamento, aceitei o convite – com a condição de não falar em nome da mulher brasileira ou de qualquer entidade abstrata, reivindicando o direito de assumir sozinha a responsabilidade do meu gesto de consciencia livre.

Não quis provocar protestos ...

*Posso representar algumas individualidades femininas, não quero representar a mulher brasileira.*¹⁰²

O indivíduo deve responsabilizar-se pelo que diz e faz, de acordo com a conferencista. Maria Lacerda não poderia falar em nome de todas as mulheres, já que tinha suas próprias concepções a respeito da condição feminina, religião, Estado,

¹⁰¹ KROPOTKIN. [Seleção e apresentação dos textos de Maurício Tragtenberg]. Op. cit., p.76.

¹⁰² MOURA, Maria Lacerda de. **Clero e Estado**. Op. cit, p.3.

família. A suposição de que poderia causar protestos é, em primeiro lugar, uma crítica à noção de *representatividade*.

Ela se negou a falar em nome de qualquer *entidade abstrata* por entender que o exercício da liberdade se dá através consciência de si. Falar em nome da *mulher brasileira* significava assumir posturas estranhas à ela. Um único indivíduo não pode representar uma coletividade sem ferir as individualidades que lhe compõem.

Numa entrevista cedida ao jornal *O Combate*, a escritora afirmou: (...) *há muito não faço parte de nenhuma associação feminina, ou masculina, ou mesmo de educação, dessas muitas sociedades de educação sem nenhuma educação... Sou individualista e faço absoluta questão de só representar a mim mesma (...)*¹⁰³.

Segundo Kropotkin, a conquista de *liberdades políticas* foi resultado de lutas sociais, processos vivenciados à margem das instituições representativas, mais ainda, as *liberdades* conquistadas foram *arrancadas* dos governos. De acordo com o autor, o *regime econômico* determina o *regime político* de uma sociedade, daí a necessidade de adaptação das instituições políticas às estruturas econômicas vigentes. Qualquer conquista social realizada sob um governo representativo deve ser defendida pelos grupos interessados, dada a vulnerabilidade do sistema.

O ideal *democrático e participativo* proferido pelos defensores da *representação* e do *sufrágio universal* esvazia-se no confronto com uma realidade marcada pela desigualdade de classes. Num Estado representativo, o *direito de todos* é a limitação do *direito do indivíduo*, segundo Bakunin.

*Sou um apaixonado amante da liberdade, a qual considero o único meio pelo qual podem-se desenvolver e crescer a inteligência, a dignidade e a felicidade dos homens. Não essa liberdade meramente formal, imposta, aplicada e regulamentada pelo Estado – o estado da eterna mentira -, essa que na realidade nunca representa outra coisa que a prerrogativa de uns poucos à custa da escravidão de todos os demais; não essa liberdade individualista, egoísta, mesquinha e fictícia louvada pela escola de Rousseau e por todas as demais escolas do liberalismo burguês, liberdade que considera o chamado direito de todos – representado pelo Estado – como limite para todos os direitos do indivíduo, com o que estes necessariamente acabam reduzidos a zero.*¹⁰⁴

¹⁰³ MOURA, Maria Lacerda de. Embaixatriz? Não! *O Combate*, São Paulo, p. 3, 18/09/1929.

¹⁰⁴ BAKUNIN, Mikhail. A Comuna de Paris e o conceito de Estado. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Escritos sobre a Comuna de Paris**. São Paulo: Xamã, 2002, pp.: 61-62.

Os posicionamentos de Maria Lacerda de Moura acerca de *Estado, sistema representativo e sufrágio universal* causaram polêmica em fins da década de 1920. Num artigo intitulado *Carta aberta a Cid Franco*¹⁰⁵, a autora mencionou o convite do jornal *Diário Nacional*, porta-voz do Partido Democrata Brasileiro, para dar uma entrevista sobre o *voto feminino* e o comunicado, que recebera em seguida, de que a matéria não seria publicada.

O artigo recusado denunciava a falta de tolerância dos democratas, o autoritarismo da imprensa e o desrespeito às idéias anti-sociais, já que várias de suas entrevistas haviam sido censuradas em outras ocasiões. Maria Lacerda dirigiu-se a Cid Franco, o proponente da entrevista censurada, num tom provocativo, dizendo que a matéria seria publicada em Barcelona, Buenos Aires, Montevideu e na França, e que aqueles países saberiam da atitude *autoritária* do Partido Democrata Brasileiro.

A luta pelo direito ao voto fazia parte das discussões feministas naquele momento. As mulheres de classe média incorporaram discursos biologizantes que atribuíam à mulher características naturais como bondade, paciência e caridade. Dessa forma, as sufragistas se dedicavam ao assistencialismo ao invés de interferir na condição feminina no que diz respeito aos aspectos social e moral. De acordo com Richter,

Associadas ao ideário biologizante da maternidade, virtudes inatas, como a generosidade e a dedicação, eram atribuídas às mulheres nas reivindicações por sua participação político-institucional formuladas por associações com a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher em 1919 e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entre 1922 e 1937, ambas lideradas pela advogada e bióloga Bertha Lutz (1894-1976), a ênfase na capacidade feminina de moralização institucional reforçava a argumentação das sufragistas: em sua maioria integrantes da elite e da classe média e sem força numérica, elas articularam a incorporação feminina aos mecanismos de Estado em reuniões sociais com autoridades, congressistas e homens da classe dominante com influência política durante o período de instabilidade e crise no governo provisório de Getúlio Vargas entre 1931 e 1932.¹⁰⁶

Maria Lacerda apoiou o movimento sufragista em seus livros *Em torno da educação* (1918) e *Renovação* (1919). Entendia, no entanto, que a conquista do voto era

¹⁰⁵ MOURA, Maria Lacerda de. Carta aberta a Cid Franco. *O Combate*, São Paulo, n. 4734, p. 3, 15/06/1928.

¹⁰⁶ RICHTER, Liane Peters. **Emancipação feminina e moral libertária**: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura. Op. cit., 1998, p.74.

somente *um dos meios* de emancipação feminina. A partir de 1921, em São Paulo, adotou postura crítica em relação às sufragistas e, em 1924, publicou *A mulher é uma degenerada?*, se afastando definitivamente do sufragismo. Em *A política não me interessa*, publicado em 1933 pelo jornal *A Plebe*, SP, a autora expôs sua crítica ao voto.

O voto? – Nem secreto, nem masculino, nem feminino.

O voto secreto? – A confissão pública da covardia, a confissão pública da incapacidade de ostentar a espinha dorsal em linha reta, a confissão pública do servilismo e da fidelidade aviltante de uns, do dominismo das mediocracias legalmente organizadas. (...)

*O voto não é necessidade natural da espécie humana: é uma das armas do vampirismo social. Si tivéssemos os olhos abertos, chegaríamos a compreender que o rebanho humano vive a balar a sua inconsciência, aplaudindo á minoria parasitaria que inventou e representa a “tournée” da teatralidade dos governos, da política, da força armada, da burocracia de afilhados – para complicar a vida cegando aos encautos, afim de explorar a todo o genero humano em proveito de interesses mascarados nos idolos do patriotismo, das bandeiras, da defesa sagrada dos nacionalismos e das fronteiras, da honra e da dignidade dos povos ...*¹⁰⁷

O *vampirismo social* que impera na sociedade capitalista é sustentado por suas instituições. Maria Lacerda negou o *voto*, *governo*, *política*, *força armada* e a *burocracia* revelando princípios que a colocava em constante diálogo com destacados nomes dos movimentos anarquistas.

A negação a todo tipo de autoridade é o que distingue os libertários de outros grupos políticos que se propuseram a lutar pela construção de uma sociedade mais justa, a exemplo dos comunistas. Segundo Bakunin, há uma diferença de método entre comunistas e libertários que influencia na forma de se entender o papel do *Estado*, pois, apesar de ambos compreenderem que é necessária a extinção dessa estrutura, aqueles ainda consideram a aquisição do poder uma etapa para o fortalecimento da classe trabalhadora. O autor estabelece as diferenças fundamentais entre os *comunistas autoritários* e os *socialistas revolucionários* no que diz respeito ao método:

Daqui resultam dois métodos distintos. Os comunistas crêem ter de organizar as forças trabalhadoras para que se apropriem do poder político dos Estados; os socialistas revolucionários organizam-se com vistas à destruição – ou, se deseja um termo mais amável, a liquidação – dos Estados. Os comunistas são partidários do princípio e da práxis da autoridade; os socialistas revolucionários só têm confiança na liberdade. Ambos são igualmente

¹⁰⁷ MOURA, Maria Lacerda de. *A política não me interessa*. **A Plebe**, São Paulo, p. 1, 08/04/1933.

*partidários da ciência, destinada a matar a superstição e a substituir a fé. Os primeiros querem impô-la à força, enquanto os segundos esforçar-se-ão por propagá-la para que os grupos de pessoas convencidas se organizem e federem livremente – de baixo para cima – por seu próprio movimento e seus interesses reais, mas nunca segundo um plano preconcebido imposto às “massas ignorantes” por parte de uma reduzida intelligentsia superior.*¹⁰⁸

O autor marca, portanto, a proposta de organização social dos libertários ou *socialistas revolucionários* afirmando a idéia de que o melhor caminho é sempre a *livre associação* ou *autogestão*. A *liberdade*, dentro da argumentação de Bakunin, se dá se os indivíduos estão aptos a opinar sobre questões que lhes dizem respeito sem a interferência de instituições controladoras tal qual o *Estado*, a *Igreja* e os *partidos*. Ao contrário dos libertários, os comunistas incorporaram a autoridade em seus discursos e práticas, daí os conflitos existentes entre militantes de uma e de outra vertente política.

Maria Lacerda compartilhava da concepção de Estado defendida por Bakunin e expunha, tal qual o anarquista, suas críticas aos métodos políticos dos comunistas. Em seu livro *Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!* argumentou: *O indivíduo é absorvido pelo Estado: é apenas número, elemento, material humano. É a nova concepção do Estado não só fascista como bolchevique*¹⁰⁹. O Estado bolchevique se aproximava do fascismo, uma vez que utilizava o poder coercitivo para controlar a população, não dando espaço para o indivíduo atuar livremente na sociedade. Itália e Rússia adotaram projetos políticos fundamentados no militarismo, na guerra e na destruição humana, segundo a autora. Ao mesmo tempo em que Maria Lacerda lutava contra o projeto de serviço militar obrigatório para mulheres no Brasil, Alexandra Kollontai¹¹⁰ defendia a participação das mulheres na *armada soviética*, o que gerou indignação em nossa personagem:

*Daí a palavra de Kollontai: (“La Voix des Femmes” – 16 de março de 1922):
“A participação das operárias e camponesas na armada soviética não deve ser
apreciada somente pelo ponto de vista do auxílio prático que as mulheres já*

¹⁰⁸ BAKUNIN, Mikhail. A Comuna de Paris e o conceito de Estado. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Escritos sobre a Comuna de Paris**. Op. cit., p.63.

¹⁰⁹ MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!** Op. cit., p.17.

¹¹⁰ “Aquela que ainda hoje é considerada como a mais destacada figura feminina dos séculos XIX e XX, nasceu em 1872, na Finlândia, país na época incorporado à Rússia czarista. Filha de um importante general ucraniano, Michael Domontovich, o mesmo que, apesar da oposição do czar, conseguiu que fosse aprovada a nova Constituição, desde cedo começa a se entregar de corpo e alma às idéias revolucionárias que se espalham pelo país”.– KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. (Coleção Bases). São Paulo: Global Editora, 5ª edição, 1978, p. 7.

deram no exército e no front, mas, segundo a transformação que arrasta inevitavelmente a questão da participação da mulher na obra militar”. E Alexandra Kollontai é dura como o homem do seu partido e, como o homem de quaisquer partidos, quer arrastar a mulher as mesmas crueldades ferozes do instinto guerreiro. Destrói toda a grandeza delicada da missão feminina de paz e amor – querendo torna-la “igual” ao homem nos direitos e ferocidade exigida pelo Estado.¹¹¹

A crítica de Maria Lacerda de Moura ao posicionamento de Kollontai revela o seu entendimento acerca do papel da mulher na sociedade. Os homens agiam com violência e brutalidade, tendo como princípio a ganância e o desejo de subjugação do outro. As mulheres tinham a *maternidade* a seu favor, particularidade que as tornava *diferentes* e mais próximas de sentimentos edificantes. Nesse sentido, Maria Lacerda entendia que a humanidade deveria caminhar para o *matriarcalismo*, o que significava o estabelecimento de relações baseadas na *paz* e no *amor*.

Os discursos a favor do voto feminino e do serviço militar para mulheres eram discursos que afastavam as mulheres de sua *missão*, sua particularidade. O fato de gerar vida era o diferencial feminino, de acordo com Maria Lacerda, daí a sua luta pela *emancipação feminina* tendo como princípio a *maternidade consciente*. A mãe consciente é aquela que detém domínio sobre o seu próprio corpo, escolhe o pai do seu filho e o momento de ser mãe. Este estágio só seria alcançado pelas mulheres quando elas deixassem de obedecer a seus pais, maridos, filhos e padres. A *Família*, o *Estado* e a *Igreja* eram instituições opressoras e mantinham a mulher *domesticada*. A emancipação feminina passava pelo estabelecimento de relações que fugissem ao *autoritarismo* cultivado ao longo dos tempos pela imbecilidade humana.

As discussões elaboradas por Maria Lacerda de Moura sobre a relação entre *Igreja e Estado* apoiavam-se na proposta de minar o poder de instituições que se colocavam acima dos interesses individuais nas sociedades modernas. *A conquista da liberdade de consciencia é interesse humano*¹¹², dizia Maria Lacerda; e, como podemos perceber em seus textos, os interesses do Estado e da Igreja não estão em consonância com as necessidades humanas.

Numa de suas conferências, *Clero e Estado*, promovida pela *Coligação Nacional pró Estado Leigo* do Rio de Janeiro, e publicada pela *Liga Anti-Clerical* em 1931, Maria Lacerda discutiu a postura da Igreja católica em relação ao fascismo na

¹¹¹MOURA, Maria Lacerda de. Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio! Op. cit., p.26.

¹¹²MOURA, Maria Lacerda de. **Clero e Estado**. Op. cit., p.4.

Itália. A Igreja exercia forte influência sobre as questões políticas do país, além de ditar normas e comportamentos à população. O imobilismo não poderia preponderar naquele momento, visto que os espaços estavam sendo ocupados e os dogmas religiosos difundidos.

A escritora relacionou a prática inquisitorial ao fascismo. O caráter violento da instituição durante a Idade Média, negando aos indivíduos liberdade de pensamento, manifestava-se no tempo presente através da constante imposição de dogmas. Os indivíduos que se posicionaram contrários à Igreja tornaram-se seus inimigos, *pecadores, endemoniados, heréticos*. As *verdades* presentes no discurso da Igreja buscavam justificar a domínio do poder espiritual sobre o temporal.

A Roma de hoje é duplamente satânica.

Iludem-se os que querem aproveitar da cisão entre o fascio e o Vaticano, para reconquistar a liberdade.

Vaticano, Monarquia e Fascismo entendem-se admiravelmente e lá estão de mãos dadas e se defendem simultanea e mutuamente, no momento oportuno, contra qualquer reivindicação libertaria. (...)

*A Igreja viu no Fascio uma porta aberta para sua intromissão nos negocios do Estado.*¹¹³

Além da postura ditatorial da instituição, Maria Lacerda ressaltou o lado mercantil da Igreja, (...) *vendendo as missas, os casamentos, o batismo, as indulgencias, crisma, extrema unção, absolvições, o enterro, confiscando, provocando, impondo, legitimando a sua rapinagem.*¹¹⁴, o que a transformava numa grande capitalista da fé. Segundo a conferencista, apesar de exigir uma conduta moral adequada dos fiéis, a Igreja recebia o dízimo de assassinos, estupradores, corruptos, adúlteros, enfim, não adotava sua postura rígida quando estava na condição de comerciante. O poder econômico da Igreja dava-lhe poder político.

Os posicionamentos adotados pela Igreja distanciavam-se completamente dos propósitos e ensinamentos deixados por Jesus Cristo. Segundo a autora, esta instituição, que num passado bem próximo, havia compactuado com a escravidão, ainda exercia grande domínio sobre as mulheres e os trabalhadores - o que contribuía para a manutenção do sistema capitalista e a permanência da burguesia no poder.

¹¹³ Ibidem, p. 8.

¹¹⁴ Ibidem, pp.: 12-13.

*Aos humildes, aos operarios, á mulher, aos fracos e oprimidos – ensina a resignação, a paciencia, a passividade, a não violencia, o servilismo, a domesticidade, o respeito aos fortes, á autoridade constituída, ensina a resistir ao mal com o bem e a dedicação incondicionalaos poderosos. E, cúmplice dos Cesares do ouro e do poder, pratica toda sorte de espoliações e violencias.*¹¹⁵

No entanto, Maria Lacerda afirmava que a Igreja Católica exercia poder principalmente sobre a mulher, a começar pela educação religiosa a qual é submetida desde criança. Esses ensinamentos imputavam às mulheres um sentimento de inferioridade e impureza, devido a idéia do pecado original.

A internalização desses dogmas impedia o crescimento intelectual das mulheres, a liberdade de pensamento. Havia, sobretudo, o *cultivo da ignorância feminina* para que estas continuassem defendendo a instituição. Nesse sentido, a proposta de educação, tão debatida pela militante - ou seja, uma educação que contribuísse para a transformação do indivíduo, que estimulasse os sentimentos de solidariedade e igualdade, que incentivasse a liberdade individual - entrava em conflito direto com os objetivos da Igreja.

Maria Lacerda questionava a intransigência da Igreja, ao instituir o casamento como uma união divina e indissolúvel. A proibição do divórcio levava à infelicidade de homens e mulheres, obrigados a conviverem eternamente ao lado de alguém que não amavam. A escritora ousou afirmar que *A Igreja é contra o divorcio, mas em certos casos o consente, desde que a transação seja bem paga ou quando se trate de Napoleão ou Carlos Magno.*¹¹⁶ Um casamento indissolúvel assegurava a constituição de uma família estável, nos moldes da família burguesa.

Os libertários, entre eles Bakunin, se posicionaram acerca do papel do *Estado* e da *religião* na sociedade. O autor considera *Deus* e *Estado* como frutos da *abstração humana*, transformados em instrumentos de dominação pelos sacerdotes e pela burguesia. A criação de instituições de natureza abstrata é resultado do desenvolvimento humano e da complexidade das sociedades.

As sociedades primitivas nutriam um sentimento religioso em relação à *natureza*, pois os homens estavam submissos às suas forças. O poder de nutrir a vida e também destruí-la era superior ao do homem, o que gerava o sentimento de impotência humana. O *fetichismo*, segundo o autor, se manifestava nessas sociedades, uma vez que Deus era procurado nas pedras, madeira, ossos. A adoração das *coisas* foi transferida

¹¹⁵ Ibidem, p. 14.

¹¹⁶ Ibidem, p. 19.

para o *indivíduo* com o desenvolvimento da subjetividade humana, nascendo, assim, a figura do *feiticeiro* ou *homem-Deus*.

A adoração das *coisas* ou do *homem-Deus* não mais correspondia à onipotência de uma divindade; sol e planetas assumiram o lugar das entidades religiosas passadas e foram adorados pelos humanos porque representavam aquilo que mais se afastava do homem: o desconhecido, o indecifrável.

O grande salto subjetivo do homem quanto ao sentimento religioso, segundo Bakunin, foi quando este inventou a divindade *invisível*. A criação do invisível se deu num processo de abstração, quando o homem colocou-se acima do real, corpo, céu, terra, eliminando todas as *coisas* que não mais representavam a força divina. Esse exercício de abstração levou o homem ao *vazio absoluto* e ao encontro de si mesmo, o *Eu humano*; o *espírito do homem* criado por meio da abstração é o próprio *Deus* adorado como força estranha ao humano.

Nesse vazio absoluto, o espírito do homem, que o havia produzido por intermédio da eliminação de todas as coisas, só pôde encontrar necessariamente a si mesmo em estado de força abstrata, que, tudo tendo destruído e nada mais tendo a eliminar, recai sobre si mesma em uma inação absoluta, e que, se considerando ela mesma completa inação, que lhe parece sublime, como um ser diferente de si mesma, afirma-se como seu próprio Deus e se adora.¹¹⁷

A partir daí surge a teologia que argumenta não existir nada equivalente a Deus; o humano não representa nada, pois Deus criou a humanidade e a natureza. Cabe ao homem obedecer ao criador. A análise de Bakunin culmina na crítica às religiões, principalmente a cristã, que leva ao individualismo extremo ao proclamar a salvação dos poucos eleitos. Somente os escolhidos terão vida eterna e paz. Nesse sentido, a religião cristã gera o egoísmo e nega a coletividade somando-se ao individualismo burguês. O autor ressalta que a Igreja católica romana buscava a subjugação das massas através de seus dogmas e promessas de salvação àqueles que obedecessem as suas regras.

A Igreja católica foi criticada pelos *anticlericais* também por representar o *obscurantismo medieval* e se opor aos valores modernos pautados no *racionalismo*, desenvolvimento da ciência e tecnologia. Em consonância com tais idéias, Maria

¹¹⁷ BAKUNIN, Mikhail. **O princípio do Estado**. Três conferências feitas aos operários do Vale de Saint-Imier. Op. cit., p.30.

Lacerda contestou: *A Igreja é inimiga da liberdade, da consciencia clarividente, do livre exame, da verdadeira cultura, da ciencia, da sabedoria heróica do estoicismo, da vitória da razão contra o absurdo dos dogmas e do sectarismo religioso.*¹¹⁸

Maria Lacerda realizou interessante discussão sobre a importância do conhecimento científico em contraposição a religião num trabalho dedicado à concepção de educação em Francisco Ferrer. A autora acreditava que a ciência poderia trazer grandes benefícios à sociedade, mas criticava a noção de verdade única e supervalorização da razão em detrimento dos conhecimentos transcendentais.

Muitos de seus textos apontam para a necessidade de se entender a vida para além da razão, como podemos perceber em seu livro *Religião do Amor e da Beleza*, 1926, que apresenta uma preocupação com o ser humano em sua totalidade, corpo e espírito. A religião, segundo a autora, não respondia a esses anseios, ao contrário, representava mais uma forma de prisão num mundo marcado pela violência, corrupção, ódio e descaso com o próximo. Maria Lacerda reivindica o direito de pensar no transcendental sem que isso fosse confundido com superstição ou religião, como podemos perceber no texto a seguir:

*A razão não tem o direito de sufocar o sonho.
Reduzir a inquietude a preconceito religioso é um crime e um preconceito mais vulgar. Metafísica não é religião.
A religião é muleta para os fracos e ignorantes. Não basta, não satisfaz à curiosidade dos que já escalaram mais alto.
Tambem a ciencia oficial nada pôde explicar das cousas transcendentais. Paira à superfície. Cultiva o preconceito do saber absoluto. E não responde às nossas interrogações, à inquietação do nosso espirito insatisfeito.*¹¹⁹

O discurso acima revela um aspecto – talvez – comum às pessoas que se dedicam às grandes causas políticas. Ao apresentar sua crítica frente à organização social vigente o faz num tom implacável, visceral, explicitando agruras vivenciadas socialmente. Sua escrita nos dá pistas de como manteve suas convicções a despeito das críticas e repressões sofridas – a autora fala dos sonhos. O direito de sonhar e investir num futuro diferente, numa *nova* sociedade.

Ao reivindicar a possibilidade de pensar o mundo para além da superstição e da razão e, ao reivindicar o *direito de sonhar*, Maria Lacerda nos coloca questões

¹¹⁸ MOURA, Maria Lacerda de. **Clero e Estado**. RJ: Editora Liga Anti-Clerical, 1931, p.23.

¹¹⁹ MOURA, Maria Lacerda de. **Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica**. São Paulo, Editorial Paulista, 1934, p.58.

importantes que dizem respeito aos projetos individuais. As *muletas* religiosas, as leis humanas – representadas pelo Estado – e a supervalorização da razão contribuem para a inércia individual e supressão dos sonhos. A inquietude humana frente à vida e todos os “fantasmas” que circundam o mistério do viver fazem parte da essência humana. A ativista chamava atenção dos leitores para essa questão, já que acreditava na possibilidade dos seres humanos criarem *outras formas de sociabilidade* baseadas no sentimento de amor e solidariedade. O *direito de sonhar* leva à *ação* – daí o conteúdo revolucionário dos escritos lacerdianos.

Torna-se clara a associação entre a noção de *objetar de consciência e liberdade* se entendermos a objeção como negação ao instituído. O indivíduo que nega as leis impostas pelo Estado, os valores religiosos e da família burguesa, e assume posturas autônomas frente às questões que o interpelam, é um indivíduo livre. O direito de sonhar com o novo só é dado àquele que se opõe às convenções. Extinguir o governo, a propriedade privada e a desigualdade entre classes para conquistar a liberdade.

Segundo Kropotkin, *o homem para ser livre precisa se libertar do capitalismo e do Estado que o sustenta*.¹²⁰ O anarquista defensor da liberdade, da solidariedade e do indivíduo argumentava sobre os malefícios causados pela coerção do Estado e apostava na destruição dessa instituição, bem como na reinstauração de valores pautados no princípio de ajuda mútua. A negação dos mecanismos de controle sobre o indivíduo e o exercício de *objeção de consciência* levaria à *liberdade*.

Maria Lacerda de Moura apostou em sua ação discursiva e acreditou na possibilidade de sonhar com o “novo”. Passou por vários processos em seu amadurecimento intelectual até chegar à noção de *objeção de consciência*. A defesa da ativista era um alerta a seus contemporâneos quanto às posturas políticas adotadas pela maioria da população. Ao leitor do século XXI cabe refletir sobre as críticas dos libertários acerca da *família, Estado e religião*. Em que medida os debates promovidos pelos anarquistas nos colocam questões do presente?

A defesa da objeção de consciência incomoda a todos nós, pois nos faz pensar nos posicionamentos e escolhas tomados ao longo de nossas vidas. Na maioria das vezes, quando nos deparamos com algumas encruzilhadas, optamos por atender às

¹²⁰ LOPREATO, Christina da Silva Roquette. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: liberdade, indivíduo, solidariedade. *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 27 e 28, jul./dez. 2002/ jan./jun. 2003, p 572.

expectativas familiares, profissionais ou religiosas, negando nossos desejos pessoais. O alerta da anarquista se direciona às pessoas que se deixam “engolir” por sentimentos ditos “coletivos” quando, na verdade acabam transformando-se em máquinas obedecendo a comandos. Essa reflexão, a meu ver, é primordial aos indivíduos de ontem e de hoje.

Imagens de mulher e emancipação feminina nos escritos de Maria

Lacerda de Moura

Nunca a perversidade dos sêres que se julgam racionaes foi mais longe do que na concepção estreita de que a mulher (animal seguindo a evolução pela mesma escala zoologica de todos os animaes, com as mesmas necessidades physiologicas e os mesmos direitos de individuos na multiplicação da especie e na liberdade sexual), nunca a maldade humana desceu tão baixo quando decretou que a mulher deve guardar a virgindade para entrega-la ao “esposo”, somente dentro da lei, em certo dia determinado pelos paes, pelo escrivão de paz e pelo padre e diante de testemunhas e convidados os quaes ficam sabendo: é naquella noite que se rompe uma pellicula de carne do seu corpo, chamada hymem. Que de humilhações tem soffrido a mulher atravez da historia dessa humanidade tão deshumana!

E ai daquella que se esquece do protocolo. Si, hoje, não é lapidada, si não é enterrada viva como as vestaes, si não é apedrejada até a morte, si não soffre os supplicios do poviléo fanatico de outros tempos, inventou-se o suicidio: é obrigada a desertar da vida por si mesma, porque a literatura, a imprensa, toda gente aponta-a com o dedo, vociferando o “desgraçada”, “perdida”, “deshonrada”, “deshonesta”, abrindo-lhe, no caso contrario, as portas da prostituição barata das calçadas, com todo o seu cortejo de miserias, de syphilis, de bordeis, de humilhações, do hospital e da vala commum.

Miseravel moral de coroneis, de covardes e cretinos! E o homem cresce com as suas aventuras, adquire prestígio, famas e glorias até mesmo e principalmente entre o elemento feminino.

É incrível até aonde vae a imbecilidade humana, a perversidade dessa moral christã, tão divorciada do meigo Nazareno: “quem não tiver peccado que atire a primeira pedra”.

*Dentro da concepção estreita e má dessa moral de escravos e senhores, o mesmo acto praticado por dois individuos de sexo differente tem significações oppostas: a mulher se degrada, torna-se immoral, deshonesto, deshonorado, está desgraçada, perdida irremediavelmente si não encontra um homem para lhe dar o titulo de “esposa” perante a lei e as convenções sociaes, enquanto o homem é o mesmo, talvez tendo adquirido mais valor de estimação perante as proprias mulheres, e sendo invejado pelos outros homens. (MOURA, Maria Lacerda de. Seduzidas e deshonoradas. **O Combate**, São Paulo, n. 4581, p. 3, 15/12/1927)*

Dentro da concepção estreita e má dessa moral de escravos e senhores, o mesmo acto praticado por dois individuos de sexo differente tem significações

*opostas*¹²¹: este é um dos pontos de partida selecionados por Maria Lacerda de Moura para debater as questões escolhidas por ela como essenciais à sociedade em que viveu. Sociedade de coronéis, como ela mesma dizia, na qual a moral cristã era base do julgamento e da condenação dos atos humanos.

O que chamava a atenção de Maria Lacerda de Moura em fins da década de 1920? O fato da mulher, *animal seguindo a evolução pela mesma escala zoológica de todos os animais, com as mesmas necessidades fisiológicas e os mesmos direitos de indivíduos na multiplicação da espécie e na liberdade sexual*¹²², ser apontada como *desgraçada* se decidisse ter relações sexuais antes do casamento, tendo em vista que o ato sexual para a mulher só poderia ocorrer *dentro da lei, em certo dia determinado pelos pais, pelo escrivão de paz e pelo padre e diante de testemunhas e convidados...*¹²³

A indignação de Maria Lacerda, exposta em artigo escrito em 1927, revela sua ousadia em dizer, explicitamente, que a mulher tem as mesmas necessidades e direitos sexuais que os homens num momento em que a maioria das mulheres brasileiras pouco participava dos debates públicos. Além de afirmar que homens e mulheres, apesar de diferentes, não deveriam ter tratamentos diferenciados para um mesmo ato, ela ainda apontava quais eram as instituições responsáveis pela manutenção de uma cultura sexista: lei (Estado), pais (família), padre (igreja católica).

Repensar os dizeres e as experiências de Maria Lacerda, uma mulher que, apesar de recusar rótulos, foi associada ao movimento anarquista, é repensar as noções de política e de democracia que hoje são hegemônicas. A tão sonhada liberdade de ação e de pensamento que, ao longo dos tempos, vem sendo defendida por diferentes grupos sociais, em várias partes do mundo, parece cada vez mais distante da humanidade que insiste em descer cada vez mais baixo. Desce cada vez mais baixo quando mantém trabalho escravo, prostituição infantil, subnutrição, guerras “preventivas”, analfabetismo, desemprego, torturas, violência doméstica, corrupção. Nesse sentido, as denúncias de hoje assumem as conotações do tempo presente, mas não contradizem radicalmente as denúncias de um passado recente.

Em *Seduzidas e desonradas* (15/12/1927), percebemos a indignação de Maria Lacerda e a denúncia de que uma mulher *desgraçada* teria dois possíveis destinos naquela sociedade: o suicídio ou a prostituição. A autora deixou registrado, em seus

¹²¹ MOURA, Maria Lacerda de. *Seduzidas e desonradas*. **O Combate**, São Paulo, n. 4581, p. 3, 15/12/1927

¹²² *Ibidem*.

¹²³ *Ibidem*.

vários escritos, quais eram as imagens construídas sobre as mulheres em numa sociedade que, segundo nossa personagem, caracterizava-se como uma sociedade de escravos.

O que Maria Lacerda buscava denunciar? Em que medida essas denúncias nos colocam questões que dizem respeito ao nosso presente? É interessante investigar como Maria Lacerda entendia as articulações humanas, onde queria chegar com seu trabalho e, fundamentalmente, o que selecionou como crucial para ser debatido. O que ela, mulher, intelectual, educadora, militante, julgou ser urgente dizer.

Se aquela sociedade construiu imagens acerca do que deveria pertencer ao universo feminino, Maria Lacerda debateu essas imagens, reformulou idéias, questionou métodos, denunciou práticas, revoltou-se contra o *status quo*. Não se render ao previamente estabelecido: essa era uma condição fundamental para manter a autonomia e o livre pensamento.

O que significava, durante as décadas de 1920 e 1930, desafiar uma série de conceitos e realidades construídas socialmente por pessoas e instituições consolidadas como a igreja católica e a família? Essas imagens de mulher constituíram-se por meio do ensinamento de pais e mães, padres, escolas, meios de comunicação, leis, enfim, pelo conjunto de ações humanas que interferem na formação do indivíduo e da coletividade. Se uma mulher suicidava-se por ter *perdido a virgindade*, Maria Lacerda denunciava qual era a estrutura social montada para fazer dessa mulher um ser autopunitivo.

A medida em que Maria Lacerda denuncia essas questões, ela nos mostra o que é agir dentro da lei e da moral. Suas análises sobre o conjunto de cobranças exercido sobre as mulheres nos dão pistas dos valores e comportamentos femininos, aceitos socialmente nas primeiras décadas do século XX. Como ressaltou a autora, à mulher cabia guardar a virgindade até o casamento. Somente após a aprovação da igreja ela estaria pronta para conceber, aos olhos de Deus, ou seja, estaria cumprindo o protocolo.

Através do olhar crítico de Maria Lacerda é possível perceber como esse tratamento discriminatório mantinha uma estrutura segregacionista que prendia as mulheres na esfera privada. Em um artigo publicado em 15/05/1924, Maria Lacerda discute como homens e mulheres são colocados em duas esferas sociais bem definidas e como isso empobrece as relações humanas.

A vida social exige no homem e na mulher características especiaes, attributos definidos afim de assegurar o bem estar colectivo.

*O homem nasce com qualidades indispensáveis aos feitos de homem.
 A mulher tem em si o germen hereditário para preencher as suas funções.
 Pondo de parte, porém, a questão dos sexos, a multiplicação da espécie,
 pergunta-se: uma humanidade só de homens seria completa?
 Da mesma maneira raciocinaremos com relação à mulher: fariam ellas mundo
 harmonioso no seu conjuncto?
 Não faltaria a essa humanidade algo viril para completa-la?
 O homem é homem antes de ser pai.
 É sábio ou generoso, philosopho ou operario, politico ou guerreiro, inventor ou
 andarilho ...
 E por que razão nos dizem com arrogancia axiomática: a mulher nasceu para
 esposa e mãe, para o lar?
 Se o homem, socialmente falando, tem fins a preencher independente do sexo, a
 mulher não menos, é claro.
 A enfermeira, a operaria, a cientista, a escriptora, a professora, a medica, a
 pharmaceutica, a diplomata, a philantropa, a directora de hospitaes e creches,
 etc., etc., entregar-se-á mais bem aos deveres sociaes se não tiver filhos.
 Assim, também a mulher, socialmente falando, nasceu mulher antes de ser
 esposa ou mãe.
 Não há duvida: o homem não foi à plenitude do seu desenvolvimento quando
 não agiu sinão em beneficio social - esquecendo-se da missão de pai de família.
 A mulher falhou na vida se não teve occasião de derramar em volta do lar os
 thesouros de amor e carinhos reservados para um homem e para os filhos.
 Os dous se completam. São differentes e indispensaveis um ao outro. A
 educação tem portanto dous ramos:
 - Educar o pai de familia para os deveres do lar.
 - Educar o cidadão para ser util á collectividade.
 - Educar a mulher para esposa e mãe.
 - Educar a mulher para collaborar na vida social.¹²⁴*

O questionamento de Maria Lacerda é muito direto: por que o homem é homem antes de ser pai e a mulher nasceu para ser mãe e esposa? Neste artigo, a autora busca desconstruir o discurso que prende a mulher à esfera privada argumentando que tanto os homens quanto as mulheres devem circular pelas esferas pública e privada. O homem deve assumir seu papel de pai e a mulher deve ter um trabalho que ultrapasse os muros do lar.

Ao falar de uma educação que visasse a ampla formação de homens e mulheres, a autora propunha a subversão de papéis sociais definidos. O homem precisaria ser educado para o lar e para o trabalho, assim como a mulher deveria ser educada para ser mãe, esposa e uma profissional. O que Maria Lacerda define como essencial é o entendimento de que tanto os homens quanto as mulheres deveriam participar do mundo do trabalho e da vida doméstica. Essa livre transação seria saudável para a humanidade, para a realização humana.

¹²⁴ MOURA, Maria Lacerda de. Das vantagens da educação intellectual e profissional da mulher na vida pratica das sociedades. **O Internacional**, São Paulo, n. 74, p. 1, 15/05/1924.

É interessante perceber como Maria Lacerda fez apontamentos cruciais no que diz respeito à condição feminina. São críticas que remetem à problemática da divisão sexual do trabalho num momento em que as mulheres brasileiras entravam no mercado de trabalho formal.

O discurso que naturaliza a mulher como esposa e mãe contribui para a definição de papéis sociais para homens e mulheres, inclusive no que diz respeito ao mundo do trabalho. A autora questionava esse discurso limitador, sexista. Além disso, as análises de Maria Lacerda apontavam que os homens só se tornavam ótimos profissionais porque negligenciavam o lar. *A enfermeira, a operaria, a cientista, a escriptora, a professora, a medica, a pharmaceutica, a diplomata, a philantropa, a directora de hospitaes e creches, etc., etc., entregar-se-á mais bem aos deveres sociaes se não tiver filhos.*¹²⁵

A naturalização da mulher como mãe e dona-de-casa é uma armadilha discursiva efetiva ainda vivenciada socialmente. Apesar da mulher ter ocupado o mercado de trabalho, ainda recai sobre ela a maior responsabilidade com o lar e os filhos. O mercado necessitou da mão-de-obra feminina, mas não houve, ainda, uma transformação radical na vida privada.

Segundo Joan Scott¹²⁶, a historiografia contribuiu para a construção da “doutrina das esferas separadas”, a medida em que se produziu a história da separação entre lar e trabalho. Ao discutir a problemática da mulher trabalhadora no processo de industrialização, Scott busca analisar quais foram os discursos articulados por determinados grupos sociais e como esses recursos discursivos contribuíram para a divisão sexual do trabalho.

Os escritos sobre a mulher trabalhadora do século XIX generalizaram as experiências dessas mulheres. Ao lado disso, a historiografia analisou que os fatores: baixos salários, colocação da mulher em cargos subalternos, além da existência de profissões específicas para mulher, estavam vinculados a uma mudança. Essa mudança seria a saída da mulher do lar e o seu ingresso no trabalho industrial, ou seja, transferência da vida privada para a pública.

Este argumento, segundo Scott, desconsidera que as mulheres já trabalhavam fora de casa mesmo antes do processo de industrialização. A autora chama a atenção

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ SCOTT, Juan W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente**. São Paulo: Ebradil, pp.: 443-475.

para o perigo de generalizar experiências, o que pode resultar em interpretações equivocadas e até mesmo contribuir para a consolidação de idéias conservadoras.

*A história da separação entre o lar e o trabalho selecciona e organiza a informação de modo a obter um certo efeito, um efeito que sublinha vincadamente diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando assim essas diferenças como base para a organização social. Esta interpretação da história do trabalho feminino alimentou e contribuiu para a opinião médica, científica, política e moral a que se tem chamado, com variantes, “ideologia da domesticidade” ou “doutrina das esferas separadas”.*¹²⁷

A historiografia tradicional construiu o discurso de que as mulheres passaram a trabalhar fora de casa durante o processo de industrialização. Estas o faziam enquanto estavam solteiras e, mais tarde, se o marido necessitasse de ajuda financeira. Dada essa instabilidade no emprego, as mulheres não tinham chances de conquistar uma vida profissional e acabavam marginalizadas do processo, assumindo, assim, cargos secundários e desvalorizados.

O ensaio de Scott evidencia que, antes mesmo da industrialização, havia trabalho feminino fora do lar tanto para as mulheres solteiras (predominantemente) quanto para as casadas. O que mudou com a industrialização foi o tipo de trabalho exercido e não o espaço do trabalho – dentro ou fora do lar. O trabalho deixou de ser doméstico, agrícola, em lojas e oficinas, e passou a ser fabril.

É interessante perceber como alguns tipos de funções acabaram sendo vinculadas às mulheres ao longo dos tempos. O trabalho com agulha, como ressaltava Scott, foi uma espécie de trabalho que esteve atrelado ao fazer feminino tanto antes quanto depois da industrialização. As costureiras recebiam baixos salários e, na maioria dos casos, suas funções não eram regulamentadas nas fábricas.

Nesse sentido, a tese de que a mulher não tinha chance de ter uma carreira, ou ainda, dar continuidade a uma carreira profissional, como defendia a história da separação entre lar e trabalho, não explica porque costureiras profissionais sofriam discriminação salarial e trabalhavam a troco de subsistência. Além disso, as costureiras trabalhavam, em sua maioria, dentro do lar e recebiam muito pouco pela tarefa realizada. Ou seja, mesmo não havendo desvinculação entre lar e trabalho ocorria a desvalorização do trabalho feminino.

¹²⁷ Ibidem, p.445.

Alguns cargos novos foram criados com a expansão do comércio e que foram destinados ao trabalho feminino como as secretárias e trabalhos afins, vendedoras, enfermeiras, professoras. Resumidamente, às mulheres cabia educar, cuidar da saúde e lidar com o público por serem dóceis, sensíveis, compreensivas, enfim, mulheres. Scott fala das experiências vivenciadas na Europa e nos Estados Unidos.

*Houve assim, durante o século XIX, uma deslocação maciça do serviço doméstico (urbano e rural, da casa, artesanal ou agrícola) para os empregos de colarinho branco. Nos Estados Unidos, por exemplo, 50% das mulheres assalariadas eram, em 1870, criadas; em 1920 quase 40% das mulheres trabalhadoras eram professoras, caixeiras ou empregadas de escritório. Em França, em 1906, as mulheres constituíam mais de 40% da força de trabalho de colarinho branco. Esta transformação do sector dos serviços proporcionou sem dúvida novas ocupações, mas representou também uma outra continuidade: a associação ininterrupta da maioria das mulheres assalariadas com o sector dos serviços e não com o sector produtivo.*¹²⁸

As mulheres foram assumindo determinados cargos no mercado de trabalho que as colocavam sempre numa condição periférica, enquanto o setor produtivo encontrava-se ocupado por homens. A feminilização do trabalho, por sua vez, gerava a discrepância salarial entre uma e outra função.

*As mulheres eram associadas ao trabalho barato, mas nem todo o trabalho barato era considerado apropriado para elas. Se eram consideradas aptas para trabalhar nos têxteis, na confecção, no calçado, no tabaco, na alimentação e na marroquinaria, raramente eram encontradas em minas, na construção civil, na construção mecânica ou naval, mesmo quando havia necessidade de mão-de-obra considerada “não qualificada”.*¹²⁹

Os problemas relativos à atuação profissional das mulheres estavam relacionados a valores sociais, à idéia de que o trabalhador se definia pelo sexo. O texto de Scott é interessante porque recupera a trajetória feminina e aponta mecanismos desenvolvidos socialmente que vincularam a mão-de-obra feminina a setores definidos da economia.

A análise da autora desenvolve-se em contraponto à historiografia tradicional a medida em que atribui a essa mesma historiografia o papel de partícipe – enquanto recurso discursivo - do processo de construção da *doutrina das esferas separadas*. Ao

¹²⁸ Ibidem, p.452.

¹²⁹ Ibidem, p.453.

lado desse havia o discurso jurídico, o dos economistas, empregadores e sindicatos; todos desenvolvendo conceitos e argumentos discriminatórios. Em termos gerais, a argumentação colocava a mulher enquanto ser inferior física e intelectualmente.

Roy Porter¹³⁰ refere-se à *doutrina das esferas separadas* ao recuperar algumas versões que procuram explicar o processo de subordinação da mulher frente ao homem. De um lado, a compreensão de que o fator físico, a própria anatomia feminina foi o ponto de partida utilizado por médicos e religiosos para argumentarem a respeito da suposta inferioridade feminina.

O que não se pode duvidar é que os tradicionais médicos, teólogos e filósofos do sexo masculino atribuíam a subordinação das mulheres à sua condição biológica, inferior dentro do esquema da Criação. De acordo com Aristóteles e seus seguidores, as mulheres eram machos defeituosos ou monstruosos, seres nos quais a genitália (designada para ser do lado exterior do corpo), por falta de calor ou de força, falhou na extrusão. Com sua natureza mais fria e mais fraca, a sua genitália contida internamente, as mulheres eram essencialmente equipadas para a criação de filhos, não para uma vida racional e ativa dentro do fórum cívico. As mulheres eram criaturas privadas, os homens eram públicos.¹³¹

A partir do final do século XVIII, portanto, o discurso biocientífico da inferioridade da mulher em relação ao homem foi desarticulado graças à descoberta de que a mulher possui órgãos genitais tanto quanto o homem, ainda que completamente diferentes. A idéia de *macho defeituoso* foi substituída pela idéia de *diferente e complementar*. As mulheres agora eram vistas como seres passivos e dessexualizados, pois eram perfeitas em sua anatomia e aptas a procriarem. Não era necessário entender as mulheres em seu erotismo, uma vez que *elas tinham apenas de servir como receptáculos de sêmen*¹³².

Laqueur busca relacionar esta “composição do corpo moderno” à mudança de lugar das mulheres na sociedade. Dessexualizada, a esposa tornou-se o anjo da casa, dócil, frágil, desapaixonada; e por isso seu relato encaixa bem com a recente análise da emergência de “esferas separadas” para os papéis

¹³⁰ PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp.: 291-326.

* J. Morsink, *Aristotle on the Generation of Animals*, Washington, 1982.

¹³¹ PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. Op. cit, p.316. Sobre essa temática, Porter faz referências às seguintes obras: Edward Shorter, *The Making of the Modern Family*, Londres, 1976 e J. Morsink, *Aristotle on the Generation of Animals*, Washington, 1982.

¹³² *Ibidem*, p.317.

*domésticos masculino e feminino.*** Declarando que a ciência não emerge de uma simples lógica da descoberta, mas proporciona uma forma articulada a pressões sócio-ideológicas, Laqueur nega que a nova imagem do gênero fosse produto de pesquisa científica autônoma.¹³³

A concepção de que a mulher deveria ser esposa e mãe, restrita ao espaço da casa, seria uma articulação estendida do discurso patriarcal. O conceito de esferas separadas, então, nasce das relações sócio-culturais. Roy Porter propõe não dicotomizar o debate, ou seja, não entender a problemática somente a partir dos debates fundamentados em argumentos sócio-culturais ou biocientíficos.

Evidentemente as discussões acerca do papel da mulher na sociedade circulam por esses dois universos, o científico e o de valores. Ao refletirmos sobre a idéia de *instinto materno* perceberemos nela esses dois componentes: biológico e cultural. A ligação da fêmea com o filhote é perceptível na natureza e, o ser humano, animal formador de culturas, agrega valores a esse princípio natural: os sentimentos de proteção e de amor incondicional da mãe pelos filhos. Pode-se perceber uma conjunção de discursos que estimulam as mulheres a serem mães, como se isso fosse uma necessidade intrínseca ao ser feminino.

Apesar das transformações ocorridas na estrutura familiar nos últimos tempos, a idéia de que *mulher e mãe* são sinônimos ainda é evidente em nossa sociedade, haja vista a crescente aceitação das experiências de produção independente, nas quais as mulheres podem ser mães mesmo não compartilhando a educação do filho com um pai.

A idéia de *instinto de procriação* também pode ser analisada como uma conjunção do biológico com o cultural. Se retomarmos a discussão feita por Maria Lacerda de Moura no artigo *Seduzidas e Desonradas*, quando a autora diz que o sexo tem significações opostas para homens e mulheres em nossa sociedade - em suas palavras: *a mulher se degrada, torna-se immoral, deshonesta, deshonrada, está desgraçada, (...) o homem é o mesmo, talvez tendo adquirido mais valor de estimação perante as próprias mulheres, e sendo invejado pelos outros homens*¹³⁴, perceberemos

** Leonore Davidoff e Catherine Hall, *Family Fortunes. Men and Women of the English Middle Class 1780-1850*. Londres, 1987.

¹³³ Ibidem, p.317. Porter faz referências às seguintes obras: T. Laqueur, "Orgasm, Generation and the Politics of Reproductive Biology", em C. Gallagher e T. Laqueur (ed.), *The Making of the Modern Body*, Berkeley e Los Angeles, 1987; Pierre Darmon, *Le Mythe de la procréation à l'âge baroque*, Paris, 1977; Leonore Davidoff e Catherine Hall, *Family Fortunes. Men and Women of the English Middle Class 1780-1850*, Londres, 1987 e P. Gay, *The Bourgeois Experience, Victoria to Freud*. v. 1. *A Sentimental Education*, v. 2. *The Tender Passion*, Nova York, 1984, 1986.

¹³⁴ MOURA, Maria Lacerda de. Seduzidas e desonradas. **O Combate**, São Paulo, n. 4581, p. 3, 15/12/1927

que a autora revela qual o tipo de comportamento sexual esperado e cobrado socialmente.

A relação positiva do homem com o sexo se sustenta nos discursos biológico e cultural, uma vez que o primeiro coloca o homem na posição de *procriador* e, portanto, constantemente apto a ter relações sexuais e, o segundo, cria valores a partir do primeiro, valores estes que, a priori, justificam e *naturalizam* a necessidade masculina de *possuir* muitas mulheres. Nesse sentido, *instinto materno* e *instinto de procriação* são idéias que caminham juntas e contribuem para a vinculação da mulher à maternidade e para o comportamento sexual masculino ilimitado.

A metodologia utilizada por Scott é muito interessante a medida em que busca investigar os discursos formulados pelos grupos sociais para justificarem a subordinação das mulheres no mercado de trabalho. A autora passeia pelos argumentos desenvolvidos por médicos, patrões, sindicalistas e estudiosos com o intuito de entender as idéias que circulavam durante o processo de industrialização e incorporação das mulheres como trabalhadoras nas fábricas.

A nós interessa saber quais os discursos elaborados sobre as mulheres no Brasil, no início do século XX, através do olhar individual e particular de Maria Lacerda de Moura. Algumas imagens visualizadas pela autora já foram expostas até o momento, no entanto é instigante analisar de forma mais cuidadosa cada uma dessas *visões de mulher* apontadas pela ativista.

Ao lermos seus escritos, percebemos como era a postura das mulheres na sociedade, a relação que estabeleciam com o casamento, religiosidade, educação, órgãos de poder, política e assim por diante. A autora referiu-se às tradições da sociedade em que viveu, sendo que muitas delas ainda estão presentes como, por exemplo, a utilização do véu e da grinalda nos casamentos católicos.

Esses símbolos são os símbolos da prisão feminina e representam uma história de humilhação e da falta de domínio da mulher sobre o seu corpo. As flores de laranjeira que publicizam a virgindade da noiva possuem um perfume mórbido que sufoca, polícia, fiscaliza e julga os comportamentos das *mulheres de família*.

Que diremos da symbolica flor de laranjeira? A mulher expõe o seu estado aos olhares curiosos e perversos dos que nada têm de vêr com a sua vida íntima, expõe-se a commentarios pouco edificantes, deixa que ornem o seu quarto, a

*igreja, o coche, os cavallos (até os cavallos!), o noivo (até o noivo!), com o mesmo simbolo da sua virgindade!
Até quando se ha de deprimir, fazer papel de idiota e cúmplice de tanta tolice secular?
O verdadeiro amor tem vergonha dessa exhibição, desse despudor.*¹³⁵

O texto indignado de Maria Lacerda põe em debate, mais uma vez, a cobrança social sobre a mulher que se traduz em rituais como o casamento. Enquanto a mulher é exposta e humilhada publicamente, o homem se mantém em sua posição de procriador. Nota-se que a autora critica a idiotice das mulheres, cúmplices das armadilhas criadas contra elas mesmas, pois o objetivo da autora era estimular a reação.

Até quando a mulher se submeterá a essa situação? – questionou. Maria Lacerda convocou as mulheres à luta. Luta pela liberdade. A condição em que elas se encontravam era inaceitável. A coerção sobre a mulher só seria minada mediante uma reação. Este questionamento nos faz pensar até que ponto houve reação e quais os avanços decorrentes de tantas lutas ao longo dessas décadas.

O texto lacerdiano revela valores difundidos pela igreja católica como *pureza feminina* e virgindade. Na bíblia, Eva é criada a partir de uma costela de Adão e Deus a cria para *ajudar* o homem. A partir daí, a história é bem conhecida por todos nós: a mulher oferece o fruto proibido ao homem e ambos adquirem malícia e sabedoria.

Deus condenou a mulher às dores do parto e à submissão ao marido: *Vou aumentar seu sofrimento na gravidez, e com muita dor você dará à luz filhos. Apesar disso, você terá desejo de estar com o seu marido, e ele a dominará*¹³⁶. Ao mesmo tempo, o homem foi condenado ao labor: *Você fez o que a sua mulher disse e comeu a fruta da árvore que eu proibi de comer, por causa do que você fez, a terra será maldita. Você terá de trabalhar duramente a vida inteira a fim de que a terra produza alimento suficiente para você*¹³⁷.

Sabe-se da grande influência da religião sobre o comportamento das pessoas e das conseqüências de tais mitos sobre a condição feminina. O discurso do *pecado original* implicou na repressão sexual feminina ao longo dos tempos e ainda se faz presente nas atuais gerações que re-significam esses valores.

Maria Lacerda combatia os dogmas religiosos com vistas a conquistar espaço para um discurso que valorizava o homem e a mulher, a individualidade, o amor, a

¹³⁵ MOURA, Maria Lacerda de. **Religião do Amor e da Belleza**. São Paulo: O Pensamento, 2ª edição, 1929, p.99.

¹³⁶ **Gênesis**. BÍBLIA SAGRADA. Burueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000, p.4.

¹³⁷ *Ibidem*.

liberdade. De acordo com a autora, a sociedade deveria caminhar para uma evolução na qual homens e mulheres seriam conscientes de si. Para isso, era necessária mudança. Como considerar *pecado* o ato que *origina* a vida? Como condenar uma mulher por gerar um novo indivíduo? A *maternidade*, segundo Maria Lacerda, desempenhava papel fundamental na evolução das sociedades humanas e deveria ser valorizada. O discurso religioso, a idéia de pecado original, era um empecilho a essa valorização.

A Nova moral sexual e o valor da maternidade.

As obras de Lacerda vão delineando o seu entendimento sobre o ser feminino. Dentro do ideário por ela construído está presente a noção de que a mulher se diferencia do homem, essencialmente, pela maternidade. O fato de poder gerar vida e dar continuidade à espécie é o que a faz diferente, portadora de uma sensibilidade especial.

Ao falar sobre maternidade, Maria Lacerda deixa emanar todo seu fascínio sobre algo que não vivenciou efetivamente, tendo em vista que não pôde gerar filhos. As duas crianças por ela criadas não eram suas geneticamente. Gostaria de pontuar, portanto, que Maria Lacerda elabora um discurso sobre o que deveria ser o papel da mulher na sociedade tendo como fundamento seus próprios anseios e desejos. É interessante perceber como a autora enaltece a maternidade colocando essa questão como essencial. É possível interpretar esse olhar encantado da autora pelo tema como consequência da frustração de não poder ter gerado filhos. Em *Religião do Amor e da Belleza* há uma passagem que representa bem o sentimento de Lacerda:

*E por isso repito: Si a natureza me condemnou á esterilidade do seio materno, num assomo de brutalidade que o vacuo do meu peito não perdoa, eu tenho necessidade de derramar os thesouros desse affecto, reservado para os meus filhos, noutros corações, e dahi o meu grande Ideal que extravasa da palavra e da penna, como se fosse possível uma criatura sosinha trazer a felicidade para dentro de todos os corações ...*¹³⁸

Dentre as obras de Maria Lacerda, este livro, publicado em 1926, é o mais enfático no que diz respeito à importância da maternidade e da necessidade das mulheres mudarem sua postura servil e adotarem consciência de si e do seu corpo. O

¹³⁸ MOURA, Maria Lacerda de. **Religião do Amor e da Belleza**. São Paulo: O Pensamento, 2ª edição, 1929, p.12.

livro discute a *maternidade consciente*, a liberdade que a mulher deveria ter para escolher o pai do seu filho, assim como escolher o momento certo para ser mãe.

O discurso deste livro é diferente daquele presente nos artigos publicados no jornal *O Combate*. Os artigos têm um perfil bem panfletário e denunciante. Neles, Maria Lacerda fala da questão feminina mostrando as agruras vivenciadas por mulheres que eram desrespeitadas, ridicularizadas e subestimadas pelos homens. Nesses artigos, a autora não poupa palavras para desvelar todas as formas de repressão e subordinação feminina. Em *honra de gallo*, por exemplo, percebemos o seu discurso indignado ao falar sobre os crimes passionais praticados pelos homens:

Essa gente mata em nome do Amor como os Inquisidores e os autos da fé queimavam vivas as criaturas em nome daquele Christo simples, cheio de bondade, iluminado pela beleza, aureolado de serenidade e paz e grandeza interior.

O Amôr não mata, o Amôr é fonte de vida, e é através do Amôr que esses seres sobem a escalada da evolução para uma finalidade mais alta.

O que mata, o que se vinga, o que tem ciúmes, o exclusivista é o ser inferior, dominado pelo instinto dos animaes bestializados, impellido pela mesma força inconsciente, pela mesma vibração selvagem, brutal, que estimula o gallo, o touro, o tigre ou a panthera a lutar para a posse exclusiva da fêmea.

E a honra “lavada” pelo homem não passa do instinto bestial das pantheras, dos touros ou dos gallos do terreiro.¹³⁹

Nota-se que nossa personagem relaciona a problemática da violência contra a mulher com o processo inquisitorial. Contudo, Lacerda tem o cuidado de fazer uma diferenciação entre os atos praticados pela igreja católica e a figura de Jesus Cristo. Ao mencionar a sua admiração por Cristo, a autora revela o seu lado espiritual que, ao longo de sua vida, foi se tornando cada vez mais forte, inclusive em sua escrita. Já neste artigo, ela faz referência à noção de evolução espiritual ao comparar o homem violento aos animais irracionais. A idéia de evolução espiritual, movimento que se dá no plano individual, faz parte da concepção de mundo da ativista.

Pode-se perceber, em vários textos, a sua postura crítica frente à igreja católica, uma vez que a instituição promovia a submissão feminina, segundo Lacerda. A relação dos dogmas difundidos pela igreja com a letargia feminina foi pontuada de forma categórica pela autora, uma vez que, desde cedo, as meninas eram educadas para obedecerem aos pais e, mais tarde, aos maridos. O catolicismo impunha às mulheres

¹³⁹ MOURA, Maria Lacerda de. Honra de gallo. *O Combate*, São Paulo, n. 4587, p. 3, 22/12/1927.

algumas condições para que elas fossem aceitas socialmente, principalmente no que diz respeito à sua vida sexual e a obrigatoriedade de se manterem virgem até o casamento.

Quem ama (com A maiúsculo), diz Lacerda, não mata, não violenta. Esse tipo de comportamento é visível entre os animais, seres inferiores. Os galos brigam nos terreiros para disputarem a fêmea e os homens que o fazem descem à escala da evolução vital. É importante entendermos este olhar de Maria Lacerda sobre a realidade, pois é a partir desse olhar que a autora percebe todas as relações humanas, daí a sua crença na evolução do indivíduo e não na transformação social partindo do coletivo. Cada ser tem o seu ritmo, o seu tempo para adquirir sentimentos nobres.

A violência doméstica e a prostituição foram analisadas por Maria Lacerda como frutos da moral da época. Ao homem era dado o direito de trair e matar em nome da honra, enquanto que a mulher deveria manter-se virgem até a data do casamento e viver em função dos filhos e marido.

A prostituição era vista como um “mal necessário”, pois enquanto existisse essa prática as filhas da elite permaneceriam “inocentes”, “puras”, “virgens”. A cobrança social era tão grande, que várias mulheres cometiam suicídio caso não fossem “honradas” por seus parceiros, ou seja, não se casassem após terem tido relação sexual. Muitas se tornavam prostitutas, pois dificilmente encontrariam um “pretendente”.

Maria Lacerda questionou os valores sociais, o poder e a ordem constituída. Considerou a polícia hipócrita, pois ao mesmo tempo em que essa corporação proclamava-se defensora da segurança e dos bons costumes, os policiais matavam, eram violentos e freqüentavam as casas de prostituição da burguesia. As prostitutas perseguidas pela polícia eram pobres, enquanto que os bordéis de luxo permaneciam protegidos por homens de poder.

A partir de um artigo publicado no jornal *Vanguarda*, em dezembro de 1927, que anunciava a ocorrência de um estupro cometido pelo delegado contra uma adolescente de quinze anos, presa sob acusação de furto, Maria Lacerda discutiu:

*Agora, outro aspecto: o delegado “desgraçou” a menor.
O culto ao hymen, neste paiz como nos países latinos, é causa de inumeros crimes, de tremendas injustiças, de desgraças incommensuraveis.
A hymenolatria é a religião de maior numero de adeptos entre nós, o culto de mais ferozes sectarios.
Por causa de uma insignificante pellicula de carne que se rompe, a mulher, ou é a grande dama depois de casada, proceda como proceder, tendo o editor*

*responsavel, ou é a que se “desgraçou” irremediavelmente, a que se destina á prostituição.*¹⁴⁰

O termo *hymenolatria* e sua associação com a religião vem no sentido de questionar um valor social dogmático: o sexo antes do casamento significava a “desgraça” de uma mulher. Percebe-se, portanto, que o estupro cometido pelo delegado contra a menor era revoltante menos pelo ato de violência do que pelo fato da adolescente ter “perdido” a virgindade.

Segundo Maria Lacerda, a sociedade, em geral, cultivava esses dogmas, o que levava muitas mulheres ao desespero. A autora apresentou argumentos científicos para combater essa visão, afirmando que o sexo é uma necessidade fisiológica. A ausência de sexo na vida de uma pessoa contrariava as leis da natureza humana, contrariava as “Leis Cósmicas”. Maria Lacerda chamava a atenção para a necessidade de se obedecer a essas leis, e não às convenções sociais.

Argumenta, ainda, que a abstinência sexual poderia levar à loucura, histeria, e, no caso das “solteironas”, à discriminação social. Estas sofriam à espera de um casamento convencional e eram ridicularizadas nas ruas, em função da condição na qual encontravam-se.

*O que não sabemos de physiologia é que os orgams condemnados a não funcionar provocam o desequilíbrio de todo o organismo. Ninguém ignora que “todo o organ responde a uma função, e que toda a função é indispensavel para manter a harmonia geral”. Não se comprehenderia a excepção feita para os orgams genitales femininos – si nelles se condensa toda a razão de ser da multiplicação da especie, toda a razão de ser da vida no cyclo de nossa evolução.*¹⁴¹

Havia, também, aquelas mulheres subjugadas às suas famílias, obrigadas a enclausurarem-se nos conventos, mutilando-se física e psicologicamente. Além de serem impedidas de viver suas vidas livremente, tornavam-se reféns de uma educação dogmática e nada edificante.

A autora deixou explícita a sua posição de que os dogmas criados pela sociedade serviam a uma elite hipócrita. O ato de manter-se virgem até o casamento não passava de uma convenção burguesa, que levava à privação de um ato natural: o sexo. Para Maria Lacerda, a emancipação da mulher deveria começar pelo domínio de seu próprio

¹⁴⁰ MOURA, Maria Lacerda de. Desgraçada! **O Combate**, São Paulo, n. 4569, p. 2, 01/12/1927.

¹⁴¹ MOURA, Maria Lacerda de. El hijo de Clara I. **O Combate**, São Paulo, n. 4663, p. 3, 22/03/1928.

corpo, pela conquista do direito de fazer suas escolhas pessoais. Não era justo viver numa sociedade onde o homem tinha toda liberdade, enquanto que a mulher era castrada ou sentia-se culpada ao obedecer a uma lei natural.

Não viram que a liberdade sexual do homem é illimitada, que elle não se considera perdido por isso, que se não desgraça porque usa e abusa dessa liberdade e que não é natural nem justo uma moral para cada sexo.

E a eterna tutelada, a idiota millenar ainda hoje, em pleno seculo de tantas reivindicações femininas, se esquece da mais importante das suas reivindicações – a de ser dona do seu proprio corpo, a da sua liberdade sexual, a de sêr humano com direito á alegria de viver.

E suicida-se porque é “seduzida”, porque a “desgraçaram”, porque está “perdida”.

*Santa ingenuidade!*¹⁴²

Os escritos lacerdianos evidenciam o comportamento violento dos homens em relação às mulheres. Maria Lacerda sinalizava que os homens espancavam e matavam suas mulheres porque entendiam que a esposa era propriedade privada do marido. Ao utilizarem-se da força física e de armas contra suas parceiras, os maridos tornavam-se inferiores aos animais, visto que touros e galos disputam suas fêmeas no reino da natureza, no entanto não as ferem.

Uma vez vista como propriedade privada do homem, a mulher passava a ser escrava do marido. Como as leis eram elaboradas e julgadas por indivíduos do sexo masculino, os assassinos eram sempre absolvidos com o argumento de que “matou para lavar a honra”. Esse tipo de comportamento era observado tanto na elite quanto no proletariado, segundo Maria Lacerda de Moura, e revelava sentimentos inferiores. A violência e o sentimento de posse eram atributos de espíritos não evoluídos.

Matar, violentar, roubar, mentir e explorar foram práticas construídas na sociedade capitalista. O relacionamento amoroso fundou-se nas bases do exclusivismo e do ciúme, fato que contribuía para a ocorrência das tragédias passionais.

*E nas tragedias conjugaes ha, mais ainda, o preconceito perverso de que a mulher é a propriedade inalienavel do homem, é sua presa e tambem é “culpada”, e “deve” submeter-se á “justiça” do proprietario legal ou não, do senhor feudal de um feudo inexpugnavel, acastellado na rotina, nos prejuizos sociaes, na ignorancia cultivada da mulher – a eterna infantil, a tutelada millenar.*¹⁴³

¹⁴² MOURA, Maria Lacerda de. Seduzidas e deshonradas. **O Combate**, São Paulo, n.4581, p.3, 15/12/1927.

¹⁴³ MOURA, Maria Lacerda de. Honra de gallo. **O Combate**, São Paulo, n. 4587, p. 3, 22/12/1927.

Maria Lacerda ressaltou que a única forma de romper com esses dogmas burgueses era criar outros códigos de sociabilidade, a partir de uma visão humanística. A emancipação plena da mulher passava pelo domínio do próprio corpo, mas também pela superação do capitalismo. Neste regime, tanto homens quanto mulheres eram escravos, cada qual com seu papel definido.

Em *Religião do Amor e da Belleza*, Maria Lacerda adota uma escrita leve e harmoniosa, apontando para o ideal de sociedade por ela defendido, no qual a mulher assume um papel fundamental já que ela representa a fonte da vida e é portadora da maternidade.

Então, a Maternidade Espiritual voará de todos os corações das mulheres puras para outro amor mais casto – o amor á Humanidade representada nos seus filhos dilectos, naquelles que andam correndo o pensamento em procura da Verdade, do Sonho, do Bem para todos os seres.

Quando todas as mulheres superiores fizerem vicejar lá no intimo do sêr essa maravilhosa força latente, - estará resolvido o magno problema do bem estar para todos e novos cantores da Arte se espalharão pelos quatro cantos da Terra, tirando harmonias sem par na harpas eoleas dos corações ... pelas estradas da vida.

Oh! mas essas mulheres têm de renascer de si mesmas muitas vezes até que consigam acordar da lethargia o eu consciente.¹⁴⁴

O termo *Maternidade Espiritual* define o entendimento de Lacerda sobre o significado de ser mãe. A fala poética da autora releva, aqui, todo o seu encantamento pela vida e pela humanidade. Uma mulher consciente de si e do seu poder era pré-requisito para a constituição de um mundo novo, pensado e construído a partir de outros parâmetros. A *Maternidade Espiritual* era uma espécie de religião, segundo Lacerda, que afirma: *Se eu tivesse que optar por uma religião, escolheria a Religião da Maternidade Espiritual que é a Religião do Amor e da Belleza.¹⁴⁵*

O despertar da mulher para a *Maternidade Espiritual* se daria, também, a partir do momento em que a ela fosse permitido escolher o parceiro ideal para a concepção. Maria Lacerda trabalha com a idéia da existência de *almas gêmeas*, noção constitutiva da doutrina espírita. A autora deixa claro, em vários artigos, que os casamentos por conveniência eram comuns naquele momento, ou seja, muitas mulheres engravidavam

¹⁴⁴ MOURA, Maria Lacerda de. **Religião do Amor e da Belleza**. São Paulo: O Pensamento, 2ª edição, 1929, p.25.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p.49.

de seus maridos mesmo não os amando. Essa situação deveria mudar para que os filhos fossem mais amados e crescessem dentro da harmonia familiar.

Apesar de todas as crueldades e desigualdades existentes no mundo, o amor deveria ser cultivado entre os seres humanos com vistas a alcançar um novo estágio espiritual na Terra. As *almas gêmeas* seriam capazes de alimentar esse amor a despeito das guerras, da violência, da corrupção e da tirania.

E através de todas as dores inventadas pela sociedade, pelos preconceitos, através de todas angustias nascidas da propria contingencia da vida, da lei de causa e efeito, escalando todos os martyrios imaginaveis, sangrando o coração na peleja de cada instante em procura de uma solução que conduza á Liberdade e ao Amor, - embora todos os sacrificios, embora todas as ansiedades esmagadoras e as renunciias de tudo que é grande e bello dentro do Sonho, - embora toda a tragedia da vida, - as almas gemeas se penetram em extase e adoração e sentem, lá no fundo do ser, a harmonia de uma nota de Belleza perdida dentro das cryptas, para ensinar a mais amar, a mais divinizar o Eu transcendental, a desejar maiores renunciias e outras tantas maguas para poder aspirar a outros êxtases, a outros instantes fugitivos de encantamento perturbador.¹⁴⁶

A partir da idéia de *alma gêmea* e de amor entre os seres, Maria Lacerda questiona as convenções sociais, a começar pelo casamento. A maternidade e o sexo seriam aceitos socialmente desde que o casal fosse unido pelas leis divinas e humanas e, essa obrigatoriedade era prejudicial à humanidade, dizia Lacerda. A maternidade, por si só, dispensava qualquer convenção, pois era divina.

O direito de escolher um companheiro para si significava moralizar as relações humanas e não desmoralizá-las. Em nome da moral religiosa e da moral burguesa as mulheres eram submetidas a casamentos forçados e à gravidez indesejada. O discurso de Maria Lacerda contraria, portanto, o discurso hegemônico, já que a autora propõe o estabelecimento de uma *nova moral* pautada na afetividade, nas uniões espontâneas, desejadas mutuamente. *Aceitar um senhor imposto pela religião, pela lei ou pelas conveniencias é que é immoralidade.*¹⁴⁷

A gravidez indesejada era fruto de uma sociedade moderna na qual os homens buscavam o poder e as mulheres eram apenas um receptáculo para a geração de crianças sem perspectivas de uma vida diferente. O despertar dessa mulher inerte se daria pelo desenvolvimento do intelecto, através da utilização da razão. Maria Lacerda de Moura

¹⁴⁶ Ibidem, pp.30-31.

¹⁴⁷ Ibidem, p.45.

faz, portanto, um apelo para que as mulheres reconheçam a sua condição de subordinação e que reajam a ela. Emancipar-se pelo coração e pela razão, ou seja, ter domínio sobre sua vida material e espiritual.

Para ser livre assim é indispensável que a mulher se emancipe pelo coração e pela razão, deixando de ser medulla para conhecer a verdadeira sensibilidade, que vêe como as aguias fitando o sol, avistando ao longe as formiguinhas humanas na doce agonia de subir mais e mais na escalada da vida ...¹⁴⁸

A autora ressalta, contudo, que a mudança de comportamento no que diz respeito aos relacionamentos afetivos entre homens e mulheres não se resolveria somente com a transformação da mulher. A percepção de nossa personagem é interessante, uma vez que aponta para a necessidade de entendermos essa problemática a partir do ponto de vista relacional, ou ainda, como uma questão de gênero.

Se, até o momento, homens e mulheres foram educados para viverem em mundo diferenciados, com papéis muito bem definidos, era necessário romper com tal estado e criar novos parâmetros de relacionamento. Maria Lacerda ressalta que a submissão feminina era fruto de uma *civilização unissexual* e transformar essa realidade significava apostar numa ação conjunta entre os sexos.

Até aqui temos vivido a civilização unissexual: a mulher não passou de espectador no cenário da vida. Agora as divergências aumentam e um chãos de concorrência tende a cavar mais o abismo entre o homem e a mulher. Isso toma as proporções de verdadeira calamidade, se não houver um entendimento entre os dois companheiros, ambos dentro das contingências da vida e atrelados um ao outro. E só as criaturas superiores, os que viveram e andaram pelas vias dolorosas, tentam essa harmonia difícil, que depende de esforço, de vida interior, de desejo intenso de progresso moral, de muito amor.¹⁴⁹

A discussão elaborada por Lacerda é a necessidade do homem também entender a liberdade no amor como condição para a existência de relacionamentos que se baseiem na harmonia e não no sentimento de posse do homem sobre a mulher, como se a esposa fosse sua propriedade. Em seu texto, a autora fala de um homem possessivo, violento, aprisionador, escravizador. Este homem também deveria mudar para que a “religião do amor e da beleza” preponderasse.

¹⁴⁸ Ibidem, p.52.

¹⁴⁹ MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural (continuação). **O Combate**, São Paulo, n. 4617, p. 6, 27/01/1928.

Maria Lacerda baseia-se na obra *La Victoria* de Federica Montseny Mané¹⁵⁰ para falar sobre os homens. De acordo com Montseny, o primeiro tipo de homem existente é o libertário, combativo, lutador; este entende a mulher em sua superioridade, mas acha que ela não é capaz de amar por ser independente. Já o segundo tipo de homem é o pobre de espírito que não é capaz de conquistar pela inteligência e utiliza-se da força contra a mulher. Por fim, o cavalheiro, galanteador, sedutor que mantém a mulher presa aos seus encantos, como uma presa.

A obra da militante anarquista Montseny sugere que, apesar de haver diferentes comportamentos masculinos, a relação homem/mulher é problemática. Até mesmo o homem libertário não é capaz de visualizar a mulher em sua afetividade e com capacidade de amar. A mulher que desperta para a *Maternidade Espiritual* terá que transformar também este homem para que possa realizar seus sonhos.

*E quando a mulher sonha com a grandeza incommensuravel do Amor dentro da Liberdade, (que todo Amor, verdadeiro Amor, é livre), cae do pedestal do seu sonho, porque, neste ponto, todos os homens são vulgares e o mais delicado poeta tem as mesmas frases do vendedor da esquina ...*¹⁵¹

Nesse sentido, a grande transformação viria justamente quando uma *nova moral* fosse criada, uma moral para o sexo feminino e o sexo masculino, na qual um mesmo ato praticado por ambas as partes fosse visto da mesma forma. Nesse sentido, criar o novo significava abandonar todas as estruturas “podres” da sociedade, a começar pelas instituições que geravam desigualdades e preconceitos.

As discussões realizadas pelas feministas quanto aos direitos civis para as mulheres eram um retrocesso, portanto. Colocar as mulheres em cargos políticos e obrigá-las a votar seria, em última instância, distanciá-las do seu papel de mães conscientes e difusoras do amor livre. As feministas buscavam, segundo Lacerda, igualar a mulher a um homem corrompido, inferior.

Eu não chamo de mulher moderna a reivindicadora dos direitos civis ou políticos da mulher: essa é justamente a mulher do passado e que acordou

¹⁵⁰ Militante anarquista espanhola (1905-1994), filha dos ativistas políticos e educadores Federico Urales e Teresa Mane. Teve uma educação informal supervisionada pela mãe. Escreveu em vários jornais anarquistas e discutiu as condições da mulher espanhola. Disponível em: www.msu.edu/user/madri/Montseny.html Acesso em: 12 jan. 2006.

¹⁵¹ MOURA, Maria Lacerda de. **Religião do Amor e da Belleza**. São Paulo: O Pensamento, 2ª edição, 1929, p.79.

tarde ... ; nem são mulheres modernas as feministas à outrance, desprezando os homens ou querendo o predomínio do seu sexo ou a “melindrosa” sem pudor, a semi – vierge, a la Garçonne...

Mulher moderna, para mim, é Federica Montseny, são as precursoras de uma moral única para ambos os sexos, são as Inspiradoras Conscientes, que não querem fazer descer a mulher até o charco onde o homem se nivela aos brutos ou os ultrapassa na selvajeria e nos vícios, mas sim, pretendem fazê-los subir até os seus lindos sonhos de Liberdade, de Amor e de Belleza.¹⁵²

As afinidades de Maria Lacerda de Moura com as idéias difundidas pelos anarquistas são muitas, apesar dela não se auto-intitular uma militante anarquista. Assim como Montseny, a autora se propôs a analisar as realidades das mulheres brasileiras, tendo sempre em vista as possibilidades de mudança. O amor livre, defendido pelos libertários, baseado na livre união entre homens e mulheres, foi incorporado ao discurso de Lacerda e subsidiou argumentos elaborados para contrapor a idéia de casamento e família burguesa.

No entanto, Maria Lacerda questionava se todos os casais unidos livremente realmente se amavam, ou seja, se o fato de terem renegado as leis e os sacramentos era garantia de que o casal estava enlaçado pelo amor. *O Amor não é isso. Na união livre póde não existir o Amor. E a mentalidade dos que estão unidos fora das leis e da religião póde ser a mentalidade dos casados legalmente.¹⁵³*

A noção de amor livre foi substituída pela de amor plural, após ter tido contato com as idéias de Han Ryner, por volta de 1928. A partir daí, a autora assume o seu anarquismo-individualista e amadurece suas idéias sobre maternidade consciente presente no livro *Religião do Amor e da Beleza*, de 1926.

Uma mulher póde amar a alguns homens ao mesmo tempo, amar a cada um com a ternura proporcional aos seus predicados mentaes e Moraes e em razão directa dos seus sentimentos de retribuição a esse affecto.

É o amor espiritual, alargando-se, num circulo immenso, para o único e verdadeiro Amor, puro, grande, consciente.¹⁵⁴

Maria Lacerda ousou falar de amore(s), da possibilidade de se amar mais de um homem ao mesmo tempo. Sua defesa se sustenta pelo conjunto de idéias que vão sendo agregadas e expostas em seus textos. Esse olhar diferente sobre o significado do amor e

¹⁵² Ibidem, p.85.

¹⁵³ Ibidem, p.102.

¹⁵⁴ Ibidem, p.98.

a *maternidade consciente* era parte constituinte do que Maria Lacerda de Moura idealizou como sendo uma *nova moral*.

Maria Lacerda de Moura busca em Han Ryner os fundamentos para defender o amor plural, ou seja, mais uma vez dialoga com os pensadores libertários. O ponto de partida do autor é o entendimento de que a grande revolução se daria através do amor guiado pela leveza, sem cobranças e possessividades. A verdadeira fidelidade, segundo o filósofo, era a fidelidade da alma.

É o Amor amplo, ás claras, sem subterfugios, sem hypocrisia, sem mentiras convencionaes, platonico ou integral, mas, o Amor sem exclusivismo sexual ou affectivo, sem ciumes, sem paixões, simultaneo ou successivo, conservando sempre a deliciosa recordação da felicidade anterior. E não fica ahi a liberalidade amorosa do neo-estoico: "... nenhuma ruptura jamais partiu de mim e, em meu coração, nenhuma se realizou ainda; - ás bem-amadas que me pareciam ter a força de conduzir a minha verdade, eu dizia: - "Sou fiel, pois que nenhum outro amor diminuirá em mim a tua parte". Essa é a concepção "positiva" da fidelidade, segundo o conceito ryneriano. É a fidelidade da alma, realizada pelos homens que a acceitam praticamente, porém, em theoria, consideram-na immoral e utópica ...¹⁵⁵

A *fidelidade positiva* é manter-se fiel ao outro pelos sentimentos que você constrói por ele, e não a idéia de que o indivíduo deverá ter relações sexuais com uma só pessoa. Maria Lacerda pontua que os homens aceitam a *fidelidade positiva* na prática e não em teoria, já que são exclusivistas para receber amor e pluralistas para dar. Trocando em miúdos, os homens cobram exclusividade das mulheres e reagem de forma violenta caso sua companheira resolva ser plural; ao mesmo tempo, esse homem pratica o pluralismo e mantêm mais de um relacionamento concomitantemente.

As mulheres são educadas para perdoar a traição de seus companheiros, apesar de desejarem que seus parceiros amem a elas somente. A diferença dos comportamentos masculino e feminino – a mulher é exclusivista para dar e receber amor; os homens são exclusivistas para receber amor – diz respeito à série de valores e perfis de homem e mulher construídos socialmente: enquanto a mulher perdoa a traição, o homem trai e mata para lavar sua honra.

Uma vez que as pessoas não abrem mão de seus sentimentos de posse torna-se quase impossível acreditar que o amor plural será aceito pelos indivíduos, segundo

¹⁵⁵ MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural III. **O Combate**, São Paulo, n. 4623, p. 3, 03/02/1928.

Maria Lacerda. Esse entendimento estaria restrito às mentes emancipadas, superiores, capazes de se libertarem dos grilhões das convenções sociais. Nesse sentido, nossa personagem demonstra, mais uma vez, sua compreensão de que a mudança é individual, pois depende do esforço intelectual do sujeito. Maria Lacerda menciona a existência de uma elite, os chamados *indivíduos livres*, detentores de uma superioridade de pensamento.

O amor plural é o amor incondicional, o sentimento de aceitação do outro tal como ele é. Nos relacionamentos pautados no amor exclusivista tanto o homem quanto a mulher procuram modificar seu parceiro e isso se dá porque o exclusivismo é “mesquinha”, “sentimento baixo”, “inferior”, emanado por pessoas incapazes de amar ilimitadamente.

Ryner argumenta que uma mãe ama seus filhos e nunca abandona o mais velho para dar atenção àquele que nasce. Partindo desse princípio, o amor incondicional da mãe pelos filhos, o autor fala da beleza de poder amar as mulheres que fizeram parte de sua vida, sem deixar de registrar que não se faz compreender por elas, ou ainda, pelo ciúme que as domina.

Maria Lacerda se propôs a discutir as idéias de Han Ryner, apesar de saber que muitos se escandalizariam com sua visão e, conseqüentemente, a julgariam pela audácia de compactuar e publicizar sua admiração pelo conceito de amor plural. A autora se antecipou e respondeu àqueles que, por ventura, a condenassem pela coragem de dizer o que pensava.

Para os academicos e moralistas officiaes é possível que esse livro seja considerado immoral e pornographico; para mim, as suas páginas de realismo, bem diversas da sua ternura amorosamente delicada, constituem uma crítica formidavel a admiravel a essas mulheres cruas, “emancipadas”, “sem preconceitos”, cuja emancipação se resume em conversar pondo os pontos nos ii, em dizer expressões perfeitamente dispensaveis a proposito de assumptos os mais delicados, em procurar agressivamente, satisfazer a “actos de hygiene pessoal”, physiologica, sem envolver todos os gestos da vida “no manto diaphano da fantasia” ... O amor é a mais palpitante das questões praticas. É a razão de ser da vida; por elle é que a especie se multiplica, por elle é que nos destacamos do rebanho social, é elle quem diviniza a carne na Maternidade consciente, é quem nos ensina o caminho da realisação interior. Por isso, Han Ryner o trata, carinhosamente, amorosamente, sob todos os seus aspectos, num livro profundo e subtil que nos obriga a pensar, que ensina a reflectir.¹⁵⁶

¹⁵⁶ MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural IV. **O Combate**, São Paulo, n. 4628, p. 3, 09/02/1928.

Podemos perceber a postura de Maria Lacerda frente às mulheres que permanecem dentro dos padrões de comportamento aceitos socialmente. A todo o momento, a autora faz referência aos diferentes tipos de mulher com vistas a defender a *nova moral* baseada na *Religião do Amor e da Beleza*, em outras palavras, a moral do *Amor Plural* e da *Maternidade Consciente*.

As imagens de mulheres submissas, incultas, violentadas, humilhadas vão dando espaço às imagens de mulheres emancipadas. A mulher que vive um casamento de conveniência dá espaço à mulher livre para escolher seu parceiro. A mulher que sofre violência doméstica dá espaço àquela que não se submete a um relacionamento possessivo nos moldes da moral burguesa. A mulher que se prende às futilidades da vida dá espaço àquela que se preocupa em crescer intelectualmente. A mulher que defende a emancipação feminina através dos direitos civis dá espaço para àquela que luta pelo domínio do seu corpo e pela maternidade consciente.

A ativista que viveu durante as primeiras décadas do século XX foi influenciada, primeiramente, por valores liberais, o que a colocou, num primeiro momento, ao lado das feministas sufragistas. O contato com a literatura libertária lhe deu a opção pela *objeção de consciência*, noção que Maria Lacerda incorporou às suas reflexões sobre a mulher. Sabemos que várias outras mulheres, com escolhas diferentes se destacaram na luta contra a submissão ao longo do tempo. Ativistas anarquistas, comunistas e liberais foram citadas porque tiveram o seu papel nas discussões sobre a emancipação feminina.

A democratização da sociedade passa, necessariamente, pela transformação das relações entre os sexos. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o retrato da exclusão no Brasil, hoje, é a *mulher pobre e negra*. Se partíssemos de uma visão economicista de mundo, diria que a emancipação feminina se efetivaria com a independência financeira da mulher. No entanto, sabemos que várias dessas mulheres continuam submissas a uma série de convenções sociais. Ou, como diria Maria Lacerda, continuam “escravas” de seus filhos e maridos.

As mulheres ocupam hoje mais da metade dos postos de trabalho, mas não têm remuneração equivalente à do homem (para os mesmos cargos). Os postos de chefia são, majoritariamente, dos homens. O assédio sexual e o moral são naturalizados nos ambientes de trabalho. Mulheres grávidas ainda perdem seus empregos. Além desse aspecto, o moralismo agride a mulher. O *pecado original* ainda é um fardo. Virgindade, fidelidade, maternidade, educação dos filhos, docilidade e paciência são cobranças sociais presentes e opressoras.

Como podemos perceber, Maria Lacerda nos traz elementos significativos para pensarmos a condição feminina do início do século XX no Brasil. Todos esses retratos de mulher evidenciam a interpretação de Maria Lacerda sobre as realidades femininas de seu tempo. O que nos cabe fazer é buscar sentir até que ponto tais idéias tocam a nós, mulheres do século XXI. Evidentemente nossas buscas são outras dadas às transformações ocorridas na legislação, no mercado de trabalho, nos modelos de relacionamento e de família. Apesar disso tudo, não podemos afirmar que estamos próximos de uma sociedade na qual homens e mulheres se respeitam e estabelecem formas de convivência harmônicas, desapegadas, complementadoras.

Sabe-se que os crimes passionais ainda se fazem presentes em nossa sociedade e que a justificativa para tais atos é o “direito” do macho de *lavar sua honra*. Assustador, mas tal discurso tem ressonância em nossa sociedade. Ainda, não podemos afirmar que estamos próximas de sermos *mães conscientes* quando verificamos que ocorrem cerca de 46 milhões de abortos por ano no mundo, sendo que 20 milhões deles são feitos na clandestinidade acarretando a morte de cerca de 80 mil mulheres, segundo a Organização Mundial da Saúde.

Conquistamos o direito de sermos historiadoras, médicas, filósofas, motoristas de caminhão, mães independentes, acionistas da bolsa de valores, mas não conquistamos o direito à vida se levarmos em consideração que a camada mais atingida pelo vírus HIV, atualmente, são as mulheres pobres e com baixo grau de escolaridade.

Podemos dizer, portanto, que essas e outras inúmeras considerações poderiam ser feitas sobre as idéias lançadas por Maria Lacerda de Moura e as nossas realidades femininas. As imagens de mulher recortadas por único olhar são imagens que se reconstroem e se revestem de presente. Há muito que ser feito por nós, mulheres, e pela humanidade.

Considerações finais

Ao trabalhar com os escritos de Maria Lacerda de Moura fui constantemente estimulada a refletir sobre questões de hoje. As discussões da autora nos colocam em debate com o século XXI no que diz respeito às noções de política, condição feminina e relações humanas.

A contemporaneidade é marcada pelos desejos de realização profissional, afetiva, material e espiritual. Busca-se uma felicidade “fabricada” e “vendida” pelos meios de comunicação de massa que ditam a aparência física ideal, o relacionamento perfeito e o parâmetro de qualificação exigida pelo mercado de trabalho. O homem e a mulher do século XXI vivenciam o exercício de lidar com frustrações constantes, uma vez que o padrão de vida idealizado corresponde às expectativas de camada insignificante da sociedade.

O modelo de felicidade à disposição no mercado é aquele que qualifica o “outro” pelos bens materiais que conquistou ao longo da vida. Os indivíduos de hoje compartilham a prática da competição e do descartável. Segundo Guatarri¹⁵⁷, o Capitalismo Mundial Integrado (CMI) tem tentáculos na economia e na política, mas investe na dominação das subjetividades individual e coletiva. Dessa forma, é imprescindível que ocorra um movimento de “reconstrução” mental, social e ambiental, sem que seja estabelecida hierarquia entre esses âmbitos da vida. O autor alerta para o fato de que os sindicatos e outras instituições tradicionais não alimentam a discussão sobre solidariedade e humanização, papel que vem sendo desempenhado muito superficialmente por movimentos ecológicos e de minorias.

É necessário, portanto, a construção de novas práticas sociais a partir da família, relações de trabalho, sindicatos, escolas, igrejas, enfim, dos vários espaços de sociabilidade humana. O movimento de “renovação” nas relações entre os indivíduos levaria a uma retomada das práticas coletivas e solidárias que, aos poucos, minariam os valores vendidos pelo CMI: ausência de diálogo, intolerância, egoísmo, individualismo e consumismo. *É exatamente na articulação: da subjetividade em estado nascente, do*

¹⁵⁷ GUATARRI, Félix. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

*socius em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época*¹⁵⁸.

O mundo contemporâneo vive o refluxo dos movimentos coletivos, uma vez que os sindicatos, partidos e associações não conseguem agregar pessoas em torno de questões que atingem diretamente suas vidas. Houve um momento em que os indivíduos se sentiam mais fortes na coletividade, mas hoje se sentem mais seguros afirmando o seu individualismo e galgando posições no mercado de trabalho. O mundo competitivo em que vivemos não permite que as pessoas se unam em torno de um objetivo comum e, ao mesmo tempo, não favorece que exerçam sua autonomia ou individualidade.

A idéia de acumular dinheiro e obter poder proporcionalmente à quantidade de mercadorias que o sujeito possui leva a uma descaracterização do indivíduo. Os meios de comunicação de massa e o próprio mercado criam necessidades materiais e uma corrida frenética em busca da realização dessas necessidades.

Onde reside a individualidade numa sociedade de consumo caracterizada pela uniformização? A rigor, em nossa sociedade até mesmo o *diferente* é previsível. *Ser você mesmo é a bandeira* atual, mas consiste, na verdade, na obrigatoriedade de possuir capacidades específicas. A pessoa que apresenta um bom desempenho profissional é aquela que se diferencia no mercado e se especializa numa determinada área, o que lhe dá o *diferencial*. A partir dessa lógica, o indivíduo cria a falsa idéia de autonomia e individualidade quando, ao final de tudo, está apenas seguindo as regras do mercado.

É interessante percebermos como o perfil das discussões políticas de esquerda foi se transformando ao longo do tempo e dando espaço para o que hoje conhecemos e observamos por meio de medidas programáticas e efetivas. Os movimentos sociais voltados para a discussão classista perderam espaço no debate público e atualmente há uma luta pela valorização das minorias políticas.

As políticas afirmativas têm como meta transformar relações discriminatórias, construídas socialmente, por meio de medidas institucionais. Os argumentos favoráveis a tais medidas são aqueles que consideram necessário criar artifícios para modificar relações excludentes e segregacionistas. As questões de *gênero* e *raça* são entendidas como elementos agravantes da questão de *classe*.

Por outro lado, os discursos contrários às políticas afirmativas partem do princípio de que o fim das relações segregacionistas e discriminatórias virá com a

¹⁵⁸ Ibidem, p.55.

transformação nas relações de *classe*. *Gênero* e *raça* aparecem como questões fragmentárias e secundárias ao debate central – a *luta de classes*.

Podemos perceber que o discurso da *inclusão* se faz presente nas várias tendências políticas da contemporaneidade. Os discursos elaborados a partir da luta pela dignidade e respeito às minorias políticas foram incorporados tanto por grupos progressistas quanto por conservadores, dada a visibilidade dos movimentos negros, de mulheres, indígenas e etc. Nesse sentido, tendências políticas de “esquerda” tradicionais entendem tais discussões como armadilhas de um discurso de “direita”.

Este debate é instigante. A divergência está relacionada, antes de tudo, a um embate teórico. Se analisarmos dados e observarmos as práticas de discriminação cotidianas, perceberemos que as *diferenças* dentro da classe também geram *exclusão*. É evidente que a defesa de políticas afirmativas não pode excluir a luta por uma transformação social ampla e radical. Alguns indicadores apontam uma estreita relação entre condição social, racial e de gênero e nos leva a analisar com cuidado a perspectiva da política afirmativa.

Alguns dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgados pelo Censo¹⁵⁹ de 2000, podem ser utilizados para refletirmos um pouco a respeito das condições de vida dos brasileiros relacionadas ao fator *raça* e *gênero*. Evidentemente os números podem não expressar toda a diversidade social, mas constitui num parâmetro para analisarmos alguns dos aspectos relativos ao mercado de trabalho, escolaridade, remuneração.

A primeira tabela¹⁶⁰ apresenta a quantidade de habitantes existente no território nacional especificando a cor, o sexo e a zona onde estão localizados. Torna-se

¹⁵⁹ Censo Demográfico é o conjunto de dados estatísticos sobre a população de um país. No Brasil, o órgão responsável pela sua realização é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e sua periodicidade é regulamentada pela Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, que estabelece um máximo de dez anos para o intervalo intercensitário. Como as informações que refletem a realidade de um decênio podem não refletir a realidade dos dez anos seguintes, as informações contidas nos questionários dos censos variam a cada 10 anos. A primeira contagem da população do Brasil foi realizada em 1872, ainda durante o Império; mas foi a partir de 1890, já sob a República, que o Censo Demográfico se tornou decenal. Essa regularidade só foi quebrada nos anos de 1910 e 1930. O Brasil mantém um excelente retrospecto de levantamentos regulares e inovadores do Censo Demográfico, tendo sido, por exemplo, o primeiro País a incluir questões sobre fecundidade e um dos poucos da América Latina a pesquisar rendimento. A questão cor / raça foi investigada em todos os anos com exceção dos anos de 1900, 1920 e 1970. A coleta do Censo Demográfico 2000 foi realizada no período de 1º de agosto a 30 de novembro de 2000, abrangendo 215 811 setores censitários, que constituíram as menores unidades territoriais da base operacional do censo. A operação censitária mobilizou mais de 200 mil pessoas, em pesquisa a 54 265 618 domicílios nos 5 507 municípios existentes no ano 2000, das 27 Unidades da Federação.

¹⁶⁰Fichário das Desigualdades Raciais. Grupo Indicadores > Demográfico. Tamanho da População. Disponível em: www.observatorioafrobrasileiro.org/default.asp. Acesso em: 13 de novembro de 2005.

necessário ressaltar que o critério utilizado pelo IBGE é o da autodefinição no que diz respeito à raça/cor. Somos 169 milhões 872 mil e 844 brasileiros: 86.270.534 mulheres e 83.602.310 homens. Pelos dados do IBGE somos uma população de maioria branca: 91.298.040 pessoas. Entre os negros há uma diferenciação: pretos e pardos. Estes últimos são maioria: 65.318.090 contra 10.554.334 pretos. O total de amarelos é de 761.581 pessoas e o total de indígenas é de 734.126 pessoas.

Raça/Cor	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Branco	36.739.349	7.079.635	43.818.984	40.699.082	6.779.974	47.479.056	77.438.431	13.859.609	91.298.040
Negros	29.154.704	9.289.497	38.444.201	29.340.516	8.087.707	37.428.223	58.495.220	17.377.204	75.872.424
Pretos	4.262.903	1.223.432	5.486.335	4.087.204	980.795	5.067.999	8.350.107	2.204.227	10.554.334
Pardos	24.891.801	8.066.065	32.957.866	25.253.312	7.106.912	32.360.224	50.145.113	15.172.977	65.318.090
Amarelos	333.654	38.438	372.092	352.946	36.543	389.489	686.600	74.981	761.581
Indígenas	183.176	182.135	365.311	200.121	168.694	368.815	383.297	350.829	734.126
Outros	516.830	220.573	737.403	553.067	205.237	758.304	1.069.897	425.810	1.495.707
Ignorada	453.310	148.412	601.722	468.374	136.577	604.951	921.684	284.989	1.206.673
Total	66.864.193	16.738.117	83.602.310	71.061.039	15.209.495	86.270.534	137.925.232	31.947.612	169.872.844

Descrição do Indicador

Tamanho da População: Número total de pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Expressa a magnitude do contingente demográfico.

Descrição da Fonte

. **Tipo de dados:** Valor Absoluto.

. **Observação:** A categoria Negra representa a soma das pessoas Pretas e Pardas.

Evidentemente esses dados devem ser lidos de forma bem cuidadosa levando em consideração vários aspectos que dizem respeito à própria formação cultural do povo brasileiro. Definir-se como preto, pardo, branco, amarelo ou indígena é antes de tudo uma opção política. A discussão racial no Brasil tomou maior dimensão somente nos últimos tempos, atingindo os meios de comunicação de massa e a política institucional. Nesse sentido, a opção pela raça ainda depende de uma formação do indivíduo capaz de levá-lo a posicionar-se frente a essa questão.

Os dados da segunda tabela¹⁶¹ indicam a escolaridade média da população. O grau de instrução de cada cidadão tem ligação direta com o mundo do trabalho, remuneração e posição no mercado. Nesse sentido, podemos perceber que tanto as mulheres quanto os homens amarelos permanecem mais tempo na escola, seguidos dos

¹⁶¹ Fichário das Desigualdades Raciais. Grupo Indicadores > Escolaridade. Escolaridade Média. Disponível em: www.observatorioafrobrasileiro.org/default.asp. Acesso em: 13 de novembro de 2005.

brancos, negros e indígenas. Ressalto, ainda, a mínima diferença da escolaridade média entre homens e mulheres da mesma raça. Em todos os casos, com exceção dos amarelos, a mulher tem média escolar superior à do homem. Através do grau de escolaridade poderíamos concluir que a média salarial entre homens e mulheres da mesma raça fosse bem próxima, o que não ocorre.

Raça/Cor	Masculino			Feminino			Total		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Branco	5,82	3,14	5,39	5,99	3,30	5,61	5,91	3,22	5,50
Negro	4,28	2,01	3,73	4,56	2,30	4,07	4,42	2,14	3,90
Pretos	4,41	1,85	3,84	4,55	2,09	4,08	4,48	1,95	3,95
Pardos	4,26	2,03	3,71	4,56	2,33	4,07	4,41	2,17	3,89
Amarelos	8,44	4,38	8,02	8,02	4,05	7,65	8,22	4,22	7,83
Indígenas	4,82	1,55	3,19	4,83	1,35	3,24	4,83	1,45	3,21
Outros	7,16	2,04	5,63	6,87	1,83	5,50	7,01	1,94	5,56
Ignorada	4,15	1,91	3,60	4,51	2,12	3,97	4,34	2,01	3,79
Total	5,15	2,49	4,62	5,40	2,74	4,93	5,28	2,61	4,78

Descrição do Indicador

Escolaridade Média: A escolaridade média corresponde à média dos anos de estudos concluídos por uma determinada população.

A terceira tabela¹⁶² apresenta o rendimento médio do trabalhador. Esses dados são alarmantes porque mostram a disparidade de remuneração entre homens, mulheres e as diferentes raças/cores. A ordem decrescente é a seguinte:

- 1º – homem amarelo: R\$ 2.370,54;
- 2º – mulher amarela: R\$ 1.473,85;
- 3º – homem branco: R\$ 1.064,47;
- 4º – mulher branca: R\$ 683,09;
- 5º – homem indígena: R\$ 539,91;
- 6º – homem negro: R\$ 495,36;
- 7º – mulher indígena: R\$ 393,88;
- 8º – mulher negra: R\$ 350,63.

¹⁶² Fichário das Desigualdades Raciais. Grupo Indicadores > Mercado de Trabalho. Rendimento Médio do Trabalhador Principal. Disponível em: www.observatorioafrobrasileiro.org/default.asp. Acesso em: 13 de novembro de 2005.

Os negros e os indígenas são os grupos sociais que mais sofrem com a baixa remuneração e o indivíduo mais massacrado pelo sistema é a mulher negra. Se fizermos uma comparação entre a renda média do homem amarelo e da mulher negra veremos que a diferença resulta em R\$ 2.019,91. A disparidade salta aos olhos. O primeiro e o segundo lugares apresentam uma diferença de R\$ 896,69, ou seja, quase R\$ 900,00, apesar da escolaridade média do homem amarelo ser de 8,02 anos e a da mulher amarela ser de 7,65 anos, ou seja, menos de 1 ano de diferença. A diferença de remuneração entre o homem branco e a mulher branca é de R\$ 381,38, sendo que a escolaridade média do homem branco é de 5,39 anos e a da mulher branca é de 5,61 anos.

Raça/Cor	Masculino			Feminino			Total		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Branco	1.162,49	501,38	1.064,47	714,25	300,15	683,09	979,49	452,31	916,29
Negro	555,85	263,18	495,36	371,06	182,16	350,63	485,83	245,27	444,45
Pretos	520,17	243,41	466,29	354,58	175,68	337,41	456,11	228,72	419,92
Pardos	562,65	266,63	500,81	374,33	183,25	353,22	491,59	248,14	449,12
Amarelos	2.447,98	1.559,72	2.370,54	1.510,24	708,42	1.473,85	2.070,42	1.345,83	2.019,12
Indígenas	653,96	275,96	539,91	429,46	198,21	393,88	564,57	259,02	488,34
Outros	1.832,25	657,54	1.627,55	1.143,82	370,48	1.077,97	1.556,12	592,08	1.420,49
Ignorada	721,60	313,59	636,40	501,34	233,63	472,03	630,59	293,85	573,14
Total	913,15	378,88	820,11	583,94	243,25	553,78	782,68	347,39	720,77

Descrição do Indicador

Rendimento Médio do Trabalho Principal: Refere-se ao rendimento da ocupação/trabalho principal em dinheiro, produtos ou mercadorias, efetivamente recebido no mês de referência.

O objetivo de expor esses dados nesse momento é pensar sobre a condição feminina na atualidade. E, como podemos perceber, essa análise está intimamente ligada ao fator raça. Vários especialistas e grupos políticos se debruçam sobre a questão do preconceito racial articulado ao sexismo. A *Articulação de ONG's de Mulheres Negras Brasileiras*¹⁶³, por exemplo, ressalta que os negros recebem, em média, 50% menos que

¹⁶³ Articulação de ONG's de Mulheres Negras Brasileiras foi criada em setembro de 2000, durante o processo de preparação da III Conferência Mundial contra o Racismo a Xenofobia e intolerância correlatas, realizada na África do Sul em setembro de 2001, com o objetivo inicial de preparar integrantes de entidades de mulheres negras, para sua participação e intervenção nos processos nacionais e internacionais da III Conferência. Promover a ação política articulada de ONG's de Mulheres negras brasileiras, na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classes, homofobia e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações da poder e construção de uma sociedade equânime. **Página principal.** Disponível em: www.mulheresnegras.org.br Acesso em 13 de novembro de 2005.

as pessoas de outra raça/cor. A situação se agrava quando o fator *gênero* é levado em consideração, como pudemos visualizar nos dados apresentados. A média salarial de duas mulheres negras corresponde à remuneração de uma mulher não negra. Ou seja, se a mulher negra recebe R\$ 350,63, a mulher branca recebe R\$ 683,09.

A remuneração média das mulheres negras brasileiras revela a posição dessas trabalhadoras no mercado de trabalho. Sabe-se que a profissão por excelência das negras é o trabalho doméstico - uma extensão do que foi o trabalho da negra escrava, responsável pelos afazeres domésticos e pela educação das crianças da casa grande. Para além disso, a camada mais pobre da sociedade é a primeira a necessitar da ajuda financeira dos filhos que, conseqüentemente, ficam menos tempo na escola. Estamos, portanto, diante de um ciclo vicioso.

No documento dos *Núcleos de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à discriminação no trabalho*, órgão ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, verificamos algumas análises sobre a condição do trabalho feminino.

... a OIT mostra alguns fatores que têm empurrado a mulher para a baixa-renda, a baixa-productividade e o trabalho temporário:

- *Postos de trabalho com perfil de responsabilidade, iniciativa e autoridade, são considerados masculinos.*
- *A mulher tem sido vista como contribuinte meramente secundária do rendimento familiar, assumindo as funções tipicamente domésticas e de reprodução.*
- *O trabalho da mulher tende a ser considerado de menor valor, recebendo menos por trabalho similar ao do homem; existiria, então, uma diferença residual no rendimento, que não pode ser explicada por razões ocupacionais e que provavelmente se deve diretamente a formas de discriminação.*
- *A mulher tem ocupado postos de trabalho menos qualificados e de menos status, devido à segmentação do mercado de trabalho entre ocupações masculinas e ocupações femininas e à menor disponibilidade da mulher para trabalho noturno, turnos e horas extras, em razão de legislação ou responsabilidade familiares.*¹⁶⁴

Ao lermos os pareceres da Organização Internacional do Trabalho (OIT), percebemos que a igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho não deixou de ser uma reivindicação. Ainda existe uma cultura segregacionista que define o que é trabalho para homem e mulher; mulheres recebem menores salários pelo fato de ser mulheres e os cargos de chefia ainda estão majoritariamente nas mãos dos homens.

¹⁶⁴ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Núcleos de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à discriminação no trabalho. **Discriminação de Gênero**. Brasília, DF, 2003, p.21.

Este é o quadro que evidencia os problemas relativos à mulher brasileira do início do século XXI. Foram muitas as conquistas das últimas décadas, mas ainda podemos considerar um longo caminho a ser trilhado. Qualquer comparação com a realidade de mulheres em outro momento histórico soaria anacrônica. No entanto, é interessante recuperarmos entendimentos acerca da condição feminina na história. Hoje, vivemos numa sociedade na qual a mulher tem que ser uma ótima profissional, além de ótima esposa e mãe – apesar de receber bem menos por isso. Durante as décadas de 1920 e 1930, Maria Lacerda se perguntava até quando as mulheres permaneceriam escravas de seus maridos e filhos?

Atualmente, passamos por um processo de mudança na estrutura familiar. Essa mudança redefine papéis de mãe e de pai, cria novas referências de vida, assim como gera um descompasso de realidades: estruturas familiares tradicionais convivem com os novos modelos de família. Ao mesmo tempo em que alguns casais conseguem transitar tranquilamente entre as esferas pública e privada, dividindo responsabilidades, educando os filhos de forma mais igualitária, ainda existem casais vivenciando violência doméstica e educação sexista.

O discurso de que a mulher conquistou o espaço que queria e necessitava tende a camuflar situações reveladas pelos dados estatísticos sobre mercado de trabalho, remuneração e escolarização, bem como por estudos que denunciam a humilhação vivenciada pelas mulheres em casa e/ou no ambiente de trabalho.

A onda feminina que tem transformado a fisionomia do mercado de trabalho não tem acontecido sem traumas. Agressões físicas e agressões crescentemente simbólicas têm marcado essa reengenharia social. “Alguns homens reconhecem isso e se esforçam sinceramente para reformular suas posições, mas outros se sentem ameaçados e reagem matando ou espancando. Há ainda os que usam da violência simbólica, verbal, apenas supostamente mais suave do que um bofetão.”
(Entrevista de Rosiska de Oliveira a *Istoé*, junho/2002)¹⁶⁵

A violência simbólica está presente nos ambientes de trabalho e atinge mulheres de diversas profissões, principalmente quando estas exercem determinadas funções consideradas “inferiores”. As empregadas domésticas, por exemplo, são alvos de agressões simbólicas, o que advém de uma visão discriminatória em relação ao trabalho doméstico. Na maioria das vezes, a agressão é feita pela patroa, a “responsável” pelo

¹⁶⁵ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Núcleos de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à discriminação no trabalho. **Assédio no local de trabalho**. Brasília, DF, 2003, p.26.

lar, fato que evidencia a complexidade da questão de gênero. O fato da patroa ser mulher não a coloca em condição de igualdade com sua empregada, do ponto de vista ideológico. Existem outras variantes que influenciam nessa relação como a origem social, escolaridade, religião, orientação sexual, enfim, elementos que compõem a subjetividade do indivíduo.

A hierarquia do mundo do trabalho coloca a mulher numa condição subalterna. Conceitos como *assédio moral* e *assédio sexual* foram criados para definir atitudes discriminatórias e humilhantes que os trabalhadores sofrem no dia-a-dia, principalmente as mulheres. *O assédio moral é praticado mais geralmente contra minorias, pessoas mais vulneráveis, desprotegidas, por timidez, por idade, nível funcional e contra a mulher em especial.*¹⁶⁶

O *assédio moral* consiste no abuso de poder e na manipulação perversa, atitudes que se manifestam nas exigências excessivas do patrão em relação ao indivíduo, perseguições, tratamento diferenciado. As conseqüências do assédio moral são cansaço, depressão, baixa auto-estima, o que pode levar à morte. O *assédio sexual* ocorre quando alguém utiliza seu poder para obter favores sexuais.

Os crimes cometidos contra as mulheres, a exemplo do *assédio moral* e *sexual*, ocorrem porque têm um fundamento debatido por Maria Lacerda no artigo *Das vantagens da educação intelectual e profissional da mulher na vida pratica das sociedades*. A associação da mulher ao papel de mãe e dona-de-casa trouxe e continua trazendo sérios problemas a ela no que diz respeito à vida profissional. Apesar de quase 50% do mercado de trabalho brasileiro ser ocupado pela mão-de-obra feminina, as mulheres exercem, majoritariamente, funções que podem ser consideradas extensões do lar: saúde, educação, setor de serviços.

Mesmo com o movimento de emancipação feminina, a evolução científica no que diz respeito aos métodos contraceptivos, enfim, todo o debate sobre *liberdade sexual*, as mulheres ainda são cobradas socialmente no que tange ao comportamento sexual. Maria Lacerda denunciava: o ato sexual ou a vida sexual do homem e da mulher tem sentido oposto em nossa sociedade - esta afirmação ainda faz sentido na atualidade.

Considero que as situações de humilhação vivenciadas pelas mulheres do século XXI são fruto de uma coerção cotidiana. Essas situações podem ser observadas no dia-a-dia e apresentam variações de acordo com a cultura de cada localidade. Cidades

¹⁶⁶ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Núcleos de promoção da igualdade de oportunidades e de combate à discriminação no trabalho. **Discriminação de Gênero**. Brasília, DF, 2003, p.21.

menores ainda conservam valores que delegam às mulheres algumas funções consideradas próprias da “natureza feminina”. Há, ainda, uma segregação dos espaços urbanos que definem o *lugar* e o *comportamento* apropriados às mulheres “respeitáveis”. Esta observação, de cunho pessoal, não está dissociada de uma cultura mais ampla.

A reportagem do dia 27 de novembro de 2005, jornal *Folha de São Paulo*, intitulada *Visita íntima é rara em presídio feminino*, por exemplo, evidencia como as presidiárias recebem tratamento diferenciado em relação aos homens no que diz respeito à vida sexual. Os detentos recebem visita íntima desde 1987, enquanto que as mulheres tiveram que lutar muito para conquistarem esse direito somente em 2001.

O primeiro motivo pelo qual a íntima no presídio feminino não “pegou” confirma um (pré)conceito de gênero: “Maridos não são solidários, como mulheres. Eles as abandonam muito mais facilmente...”

A segunda razão do relativo fracasso da íntima feminina é, em parte, decorrência da primeira – de acordo com a diretora Penha. “A falta de solidariedade dos maridos acarreta uma carência afetiva muito grande e, num ambiente exclusivamente feminino, elas acabam se envolvendo umas com as outras...”

Há ainda uma terceira razão para que parte das detentas rejeite a visita íntima: o constrangimento de atravessar pavilhões e alamedas na vista de outras presas, para ir ao encontro do parceiro...¹⁶⁷

A visita íntima feminina, portanto, é um direito que não se faz realizado por completo dada à problemática de gênero. Segundo a diretora da penitenciária feminina de São Paulo, Maria da Penha Risola Dias, as mulheres são abandonadas por seus maridos e as visitas aos domingos são, na maioria das vezes, de familiares, principalmente das mães. A situação se inverte quando o homem é preso, tendo em vista que a esposa se dedica a manter o vínculo com o marido e filhos até que o detento cumpra sua pena. Nesse sentido, as detentas perdem seus parceiros e, conseqüentemente, não podem usufruir a visita íntima.

Muitas mulheres recebem penas altíssimas e, com o tempo, dada a situação de carência afetiva, acabam se envolvendo com outras presas e vivendo na mesma cela com a companheira.

¹⁶⁷ SAMPAIO, Paulo. Visita íntima é rara em presídio feminino. **Folha de São Paulo**, S.P, 27 de novembro de 2005. Caderno Cotidiano, c. 11.

Adriana Nicoleti de Amorim, 31, condenada a 26 anos por “vários assaltos”, e Rosângela Santos, 36, 20 anos de pena por latrocínio (roubo seguido de morte), formam um casal típico naqueles domínios: as duas se conheceram ali há 12 anos e se apaixonaram. Adriana chegou a ser transferida para o Butantã, em regime semi-aberto, mas voltou para ficar com “Biro”, apelido de Rosângela: as duas comemoram recentemente o aniversário de casamento.

“Eu prefiro mil vezes ficar aqui na cela com o Biro do que receber alguém uma vez por mês, por duas horas, em uma cama fria de cimento. Minha íntima é permanente”, diz Adriana.¹⁶⁸

A carência entre as detentas é muito grande e se revela de várias formas. Um aspecto marcante é o fato de muitas delas chuparem chupetas para amenizar este sentimento, como registra o jornalista Antonio Carlos Prado em seu livro *Cela forte mulher*. O livro foi produzido após o autor ter acompanhado a vida das presidiárias por sete anos, momento em que trabalhava como voluntário na penitenciária feminina de São Paulo. O trecho a seguir fala de como as mulheres o cercaram pedindo-lhe que lhes trouxessem chupetas:

Pelo menos um terço da população carcerária feminina põe chupeta na boca na hora de dormir. A minha surpresa naquele momento foi que, pela primeira vez, elas assumiam isso em grupo – geralmente só tocam nesse assunto individualmente. É comigo que elas conversam sobre os crimes que cometeram, relatam as relações afetivas e sexuais com as colegas, falam de drogas, das brigas, das dores, das alegrias, da queda de cabelo e de dentes, da menstruação irregular, da prisão de ventre, da família e tudo mais. Não é de estranhar portanto que quando queiram pedir chupeta também recorram a mim.

*Diversas presas transam com as colegas, batem ou apanham para gozar, gozam muito e, depois, chupeta na boca pra dormir. Há moça que faz seqüestro relâmpago e, no cativo, toma conta da vítima chupando chupeta. Já cansei de perguntar a razão. A única resposta é:
- Carência. Eu sou muito carente.¹⁶⁹*

Uma mulher carrega consigo a discriminação de gênero e, a mulher presidiária agrega a si mais um fardo: o de ter transgredido a lei. São estigmas que levam à segregação. O homossexualismo as torna mais “abomináveis” aos olhos da falsa moralidade.

O terceiro motivo da visita íntima não funcionar, como ressalta a diretora do presídio, é justamente a falta de privacidade das detentas. Elas se sentem constrangidas, uma vez que todos sabem o que acontecerá na cela reservada para o casal. Dessa forma,

¹⁶⁸ Ibidem.

¹⁶⁹ PRADO, Antonio Carlos. **Cela forte mulher**. São Paulo: Labortexto, 2003, p.113.

as próprias condições oferecidas pela instituição vão desencorajando as detentas a manter contato com pessoas fora da prisão.

A herança cultural desse país preconceituoso, racista, sexista e discriminatório revela-se de várias maneiras, como podemos perceber. É perceptível a diferença no tratamento dado às mulheres e aos homens em várias instâncias da vida, inclusive no que tange a relação que cada um estabelece com o sexo e a família.

Maria Lacerda de Moura colocou em debate, durante as décadas de 1920 e 1930, a necessidade da mulher ser dona do seu próprio corpo e reivindicar seu direito ao sexo e à maternidade consciente. No entanto, os discursos ainda estabelecem uma diferenciação clara entre a vida sexual da mulher e do homem. Se analisarmos atentamente o texto abaixo, poderemos perceber como Maria Lacerda atingiu o ponto central da discussão relativa à mulher e ao sexismo existente na sociedade brasileira:

Dentro da concepção estreita e má dessa moral de escravos e senhores, o mesmo acto praticado por dois individuos de sexo diferente tem significações oppostas: a mulher se degrada, torna-se immoral, deshonesto, deshonorada, está desgraçada, perdida irremediavelmente si não encontra um homem para lhe dar o titulo de “esposa” perante a lei e as convenções sociaes, enquanto o homem é o mesmo, talvez tendo adquirido mais valor de estimação perante as proprias mulheres, e sendo invejado pelos outros homens.¹⁷⁰

Ao fazer essa colocação, Maria Lacerda põe em debate o que, essencialmente, distingue a mulher do homem em nossa sociedade: a relação que ambos tem com o sexo. A autora faz esse movimento com o intuito de questionar os conceitos a respeito do que é ser mulher, bem como o papel e o comportamento que lhes foram delegados. Sua escrita demonstra o quanto aquela situação a agredia enquanto indivíduo e mulher comprometida com as questões sociais.

Segundo Maria Lacerda, a relação que o homem estabelecia com o sexo era uma relação positiva, pois lhe dava poder, causava inveja aos outros homens e o valorizava frente às mulheres. A mulher, ao contrário, estabelecia uma relação negativa com o sexo porque era um ato que não lhe pertencia. Era necessário haver a figura do homem, de um marido, para que essa mulher tivesse uma vida sexual aceita socialmente.

Ao lermos esses artigos que falam sobre a vida de mulheres na década de 1920 e de 1930 no Brasil podemos perceber várias rupturas e continuidades no que diz respeito

¹⁷⁰ MOURA, Maria Lacerda de. Seduzidas e deshonradas. **O Combate**, São Paulo, n. 4581, p. 3, 15/12/1927

às cobranças sociais sobre nós mulheres. Quanto às continuidades, penso que o discurso vigilante sobre o comportamento sexual das mulheres se faz presente na sociedade. A diferente condição da detenta em relação ao detento, por exemplo, é exemplar quanto ao problema do sexo. Para além das questões explícitas, ressalto a existência de relações muito sutis perceptíveis aos que são sensíveis ao problema do sexismo, da mesma forma que o racismo só salta aos olhos dos que estão atentos à questão.

Num país por muito tempo hegemonicamente católico e com uma história de escravidão, falar da discriminação em relação à mulher e ao negro nos remete a uma outra discussão: o corpo. O corpo do escravo africano era uma mercadoria utilizada para a realização do trabalho e, o trabalho - ao contrário de dignificar o homem - era humilhante. Para além do tratamento mercadológico dado ao corpo escravo, havia a condenação moral às culturas africanas, principalmente em relação às danças e rituais religiosos, perversamente condenados pela igreja católica.

Vale ressaltar que num terreiro de candomblé tudo gira em torno do corpo: musicalidades produzidas, danças, oferendas, comidas e o próprio ritual de incorporação das entidades. Nesse sentido, corpo, mente, fé, espiritualidade, cinco sentidos humanos, tudo se encontra interligado. Tanto as danças africanas e afro-brasileiras, extremamente sensuais aos olhos da cultura judaico-cristã, quanto a umbanda e o candomblé foram duramente censurados pelas autoridades ao longo da história brasileira e discriminados socialmente sob os rótulos de imoral, demoníaco, sujo, vergonhoso, inferior. Fernando Gabeira faz colocações interessantes em relação à problemática de se discutir o corpo no Brasil:

A questão do corpo num país que muito recentemente tinha saído da escravidão deveria ter um peso específico. As próprias revoltas negras no sul da Bahia indicava isto. Também indicava toda a orientação repressiva das autoridades coloniais, proibindo danças, movimentos considerados obscenos, cantos de amor. O encontro dos portugueses com os índios colocava frente a frente dois tipos de cultura, dois tipos de pessoa, dois tipos de indumentária. A simples leitura da carta de Pero Vaz de Caminha registra essa tensão a cada momento – o corpo dos índios, a maneira como viviam sua nudez diante dos olhares ávidos dos europeus. Em síntese: era necessário iniciar uma ampla investigação histórica para localizar a origem de alguns problemas atuais.¹⁷¹

Os comentários acima são interessantes porque colocam em pauta o conflito étnico-racial, base da formação do povo brasileiro. A formação do Brasil veio

¹⁷¹ GABEIRA, Fernando. **Diários da crise**. Rio de Janeiro/RJ: Rocco, 1984, pp.: 164-165.

acompanhada da história de escravidão, tanto dos povos indígenas quanto dos africanos, o que significou a constituição de relações baseadas no servilismo e na violência. Paulo Prado¹⁷² realizou uma bela discussão a respeito da tristeza de um povo concebido a partir de relações de *cobiça* e *luxúria*. O texto nos leva a uma outra dimensão dos aspectos negativos do processo de colonização, para além da pilhagem: Prado fala dos sentimentos e traumas sofridos pelas pessoas que vivenciaram a escravidão, a exploração e os abusos sexuais. Ao partir da idéia de que o processo de colonização deu-se pelo roubo e pelo estupro, o autor nos chama a atenção para o sofrimento de um povo, que, inegavelmente, compõe a formação do brasileiro.

Desde a colonização portuguesa, os habitantes do território brasileiro lidam com a violência física e a simbólica. Formou-se uma mentalidade *filha do português*, como ressaltou Maria Lacerda, permeada por valores conservadores que foram se mantendo ao longo dos tempos em decorrência de práticas políticas clientelistas.

As lutas dos movimentos negros atuais estão voltadas para o estabelecimento de políticas afirmativas. Essas lutas, no entanto, são bastante criticadas por outros setores do movimento, pois há o entendimento de que as políticas afirmativas são paliativas e não levam à mudança estrutural. São avaliadas como simples “migalhas”, espécie de concessões dadas àqueles que reclamam. O estabelecimento de cotas para negros nas universidades, a lei contra o racismo, a progressiva mudança de postura dos meios de comunicação de massa em relação à veiculação (ou ausência) de imagens de homens e mulheres negros são estratégias forjadas por políticas afirmativas.

A lei n.10.639, de 09 de janeiro de 2003, por exemplo, sanciona: *Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.*¹⁷³ O objetivo é impulsionar uma discussão nas escolas sobre a discriminação racial no Brasil, partindo do princípio de que o racismo também ocorre no espaço das escolas. Avalia-se que a alta taxa de evasão escolar dos alunos negros tem relação direta com a formação dada a esses estudantes, ou seja, os conteúdos escolares ainda supervalorizam a cultura branca européia. A criança e o adolescente negros não desenvolvem o sentimento de pertencimento à escola em decorrência dessa educação e das situações de discriminação que sofrem. Nesse sentido, o governo busca, a partir da lei 10.639, “incluir” nos

¹⁷² PRADO, Paulo. A tristeza. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.145.

¹⁷³ BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10/01/2002. Seção 1, p.1.

currículos escolares esse debate que, no Brasil, ainda é um grande tabu porque o povo brasileiro simplesmente não se reconhece como racista.

Durante o processo de colonização ocidental (século XIX), o termo *raça* foi cunhado para hierarquizar os povos com base no fenótipo. Até então, a idéia de raça estava associada aos costumes e não ao aspecto biológico. A ciência sustentou teorias de classificação e hierarquização de raças e estudiosos se arvoraram a fazer projeções sobre o futuro do indivíduo quanto ao seu comportamento futuro.¹⁷⁴

As teorias racistas foram retomadas pelos nazistas e fascistas e assumiram novos papéis na contemporaneidade. Sabe-se da existência de grupos neonazistas responsáveis por uma série de atos violentos em todo o mundo contra negros, homossexuais, indígenas e assim por diante.

O discurso científico estabeleceu analogia entre *raça* e *gênero* durante os séculos XIX e XX. A relação entre fenótipo, raça e sexo colocava uma hierarquia na escala “evolutiva humana”. Tamanho do cérebro, mandíbulas, peso do crânio e outros elementos do corpo levavam a conclusões científicas sobre o desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo. As mulheres eram associadas às raças “inferiores” dadas suas características biológicas. Segundo Nancy Stepan,

As raças inferiores representavam o tipo “feminino” das espécies humanas, e as mulheres representavam a “raça inferior” de gênero ... Por meio de uma série de analogias entrelaçadas e sobrepostas, envolvendo freqüentemente comparações totalmente complexas e inter-relacionadas, associações e identificações, uma variedade de “diferenças” – físicas e psíquicas, de classe e de nacionalidade – foi trazida à tona junto com uma ciência biossocial de variação humana. Analogicamente às raças inferiores, a mulher, o desviante sexual, e criminoso, os pobres das cidades e os insanos eram, de um modo ou de outro, considerados “raças à parte”, cujas semelhanças entre si e as diferenças com o homem branco “explicavam” suas posições inferiores e diferentes na hierarquia social.¹⁷⁵

Os discursos científicos segregacionistas foram incorporados pela sociedade ocidental e se renovam a cada momento. Seus tentáculos se estenderam nas várias instituições fundantes da organização social, tal qual o *Estado*, a *família* e a *religião*. Romper com o individualismo e a segregação humanas implica num esforço individual exacerbado. Nesse sentido, as reflexões de Maria Lacerda e dos libertários sobre

¹⁷⁴ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁷⁵ STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.75.

objeção de consciência e emancipação feminina nos faz pensar sobre as posturas políticas que adotamos e compartilhamos socialmente.

O sistema representativo, criticado com propriedade pelos libertários, é desmascarado sempre que vivenciamos situações de abuso de poder, corrupção e privilégios. O Estado Democrático teria como função organizar a sociedade e atender às demandas da população? Não! O Estado Democrático teve como função atender aos interesses do capital.

Este país foi fortemente influenciado pelo catolicismo e viveu uma série de governos exploratórios e autoritários. O exercício de recusa às práticas e pensamentos discriminatórios e segregacionistas é uma luta constante. *Sonhar* uma sociedade *nova* pautada no amor entre os indivíduos e direcionada pelas necessidades humanas constitui num objetivo, em princípio, agregador, mas que se esvazia dado o egoísmo e individualismo reinantes.

Ao pensarmos na idéia de *objeção de consciência* em contraposição à sociedade do consumo e massificada nos colocamos diante de um conflito angustiante. Quando nos deparamos com a frase emblemática de Maria Lacerda de Moura sobre a *morte dos nossos sonhos* e reavaliamos as críticas da autora e dos libertários acerca da noção de *família, Estado e religião* esbarramos em questões pungentes da nossa história.

As propostas de negação à *autoridade e objetar de consciência* aparecem no discurso de Maria Lacerda como um caminho em direção à liberdade. O apelo da autora afirmando a manutenção dos *sonhos* é imperativo diante da realidade conflituosa que vivenciamos. A postura individual assumiu papel fundamental no discurso lacerdiano, pois a educadora apostava na autonomia do indivíduo, em particular da mulher, para criar novas perspectivas de mundo.

Acredito que a grande contribuição do pensamento da autora para os indivíduos do século XXI seja a aposta em si mesmo. Como cada indivíduo pode agir e interferir em seu meio social mesmo diante de um mundo esfacelado e em crise ideológica. A história dessa mulher, desse indivíduo, constitui-se num estímulo à luta cotidiana, prática que vem sendo extirpada da sociedade contemporânea marcada pelo consumismo, individualismo, egoísmo e frustrações políticas.

Fontes documentais

Livros

MOURA, Maria Lacerda de. **Religião do Amor e da Belleza**. São Paulo: O Pensamento, 2ª edição, 1929.

MOURA, Maria Lacerda de. **Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica**. São Paulo, Editorial Paulista, 1934.

MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!** Guarujá/SP: Editora Opúsculo Libertário, 3ª reedição, 1999.

Folhetos

MOURA, Maria Lacerda de. **A mulher e a maçonaria**. SP: Editora Typ. do Globo, 1922.

MOURA, Maria Lacerda de. **Clero e Estado**. RJ: Editora Liga Anti-Clerical, 1931.

Revista

MOURA, Maria Lacerda de (diretora). **Renascença**. São Paulo. Fevereiro a julho de 1923.

Artigos

MOURA, Maria Lacerda de. Das vantagens da educação intellectual e profissional da mulher na vida pratica das sociedades. **O Internacional**, São Paulo, n. 74, p. 1, 15/05/1924.

MOURA, Maria Lacerda de. Sciencias basicas e auxiliares da Pedagogia. **A Plebe**, São Paulo, n. 235, p.3, 24/05/1924.

MOURA, Maria Lacerda de. Guerra á guerra. **O Combate**, São Paulo, n. 4560, p. 3, 19/11/1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Desgraçada! **O Combate**, São Paulo, n. 4569, p. 2, 01/12/1927.

MOURA, Maria Lacerda de. O voto feminino. **O Combate**, São Paulo, n. 4575, p. 2, 08/12/1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Seduzidas e deshonradas. **O Combate**, São Paulo, n. 4581, p. 3, 15/12/1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Honra de gallo. **O Combate**, São Paulo, n. 4587, p. 3, 22/12/1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Abolição legal do direito de paternidade. **O Combate**, São Paulo, n. 4592, p.3, 29/12/1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Feminismo? Caridade? **O Combate**, São Paulo, n. 4598, p. 3, 05/01/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. A emancipação feminina. **O Combate**, São Paulo, n. 4604, p. 3, 12/01/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Carpe horam. **O Combate**, São Paulo, n. 4610, p.3, 19/01/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural I. **O Combate**, São Paulo, n. 4616, p. 3, 26/01/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural (continuação). **O Combate**, São Paulo, n. 4617, p. 6, 27/01/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural III. **O Combate**, São Paulo, n. 4623, p. 3, 03/02/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural IV. **O Combate**, São Paulo, n. 4628, p. 3, 09/02/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural. **O Combate**, São Paulo, n. 4635, p. 3, 17/02/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural VI. **O Combate**, São Paulo, n. 4640, p. 3, 23/02/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural. **O Combate**, São Paulo, n. 4641, p. 3, 24/02/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural VII (conclusão). **O Combate**, São Paulo, n. 4646, p. 3, 01/03/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural (conclusão). **O Combate**, São Paulo, n. 4647, p. 3, 02/03/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O Dragão e as Virgens. **O Combate**, São Paulo, n. 4651, p.3, 08/03/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O Dragão e as Virgens II. **O Combate**, São Paulo, n. 4657, p.3, 15/03/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. El hijo de Clara I. **O Combate**, São Paulo, n. 4663, p. 3, 22/03/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Han Ryner I. **O Combate**, São Paulo, n. 4675, p.3, 05/04/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Leoncio Correia Versus Mme. Chysanthéme. **O Combate**, São Paulo, n. 4680, p.3, 12/04/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Han Ryner II. **O Combate**, São Paulo, n. 4686, p. 3, 19/04/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Han Ryner III. **O Combate**, São Paulo, n. 4692, p.3, 26/04/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Ibsen e a Academia de Letras. **O Combate**, São Paulo, n. 4703, p.3, 10/05/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Han Ryner IV. **O Combate**, São Paulo, n. 4709, p. 3, 17/05/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Han Ryner V. **O Combate**, São Paulo, n. 4715, p. 3, 24/05/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Han Ryner VI (conclusão). **O Combate**, São Paulo, n. 4721, p. 3, 31/05/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Domesticando. **O Combate**, São Paulo, n. 4730, p. 2, 11/06/1928

MOURA, Maria Lacerda de. Carta aberta a Cid Franco. **O Combate**, São Paulo, n. 4734, p. 3, 15/06/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O Mexico e a Associação Internacional Biocsmica. **O Combate**, São Paulo, n. 4739, p. 2, 21/06/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O Mexico e a Associação Internacional Biocsmica (conclusão). **O Combate**, São Paulo, n. 4745, p. 3, 28/06/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. A sciencia a serviço da degenerescencia humana. **O Combate**, São Paulo, n. 4753, p. 3, 06/07/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. A Sciencia A Serviço Da Degenerescencia Humana - VORONOFF. **O Combate**, São Paulo, n. 4758, p. 2, 12/07/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Banditismo? Legalidade?. **O Combate**, São Paulo, n. 4768, p. 3, 24/07/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Voronoff. **O Combate**, São Paulo, n. 4773, p. 3, 30/07/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Ainda Voronoff. **O Combate**, São Paulo, n. 4787, p. 3, 15/08/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. De Amundsen a Del Prete. **O Combate**, São Paulo, n. 4794, p. 2, 23/08/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. De Amundsen a Del Prete. **O Combate**, São Paulo, n. 4800, p. 3, 30/08/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. De Amundsen a Del Prete (conclusão). **O Combate**, São Paulo, n. 4806, p.3, 06/09/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Manifesto aos Estudantes Brasileiros. Alerta! Mocidade. **O Combate**, São Paulo, p. 3, 12/09/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. O Futuro Imperio do Fascio. **O Combate**, São Paulo, n. 4823, p. 1, 26/09/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. A minha saudação. **O Combate**, São Paulo, n. 4824, p. 1, 27/09/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Manifesto aos estudantes brasileiros. **O Combate**, São Paulo, n. 4837, p. 3, 17/10/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Foi uma vóz isolada. **O Combate**, São Paulo, n. 4841, p. 3, 17/10/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Foi uma Vóz “Irreflectida” e Única. **O Combate**, São Paulo, n. 4851, p. 2, 29/10/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Annita Garibaldi. **O Combate**, São Paulo, n. 4870, p. 3, 21/11/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Jinarajadasa e Mussolini. **O Combate**, São Paulo, n. 4882, p. 3, 05/12/1928.

MOURA, Maria Lacerda de. Guerra á Guerra!. **O Combate**, São Paulo, n. 4895, p. 3, 20/12/1927.

MOURA, Maria Lacerda de. Sandino. **O Combate**, São Paulo, p. 2, 16/01/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. A politica clerical do sr. Antonio Carlos. **O Combate**, São Paulo, n. 5003, pp.: 7-8, 30/03/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Notas de Psychologia I. **O Combate**, São Paulo, n. 5006, p. 5, 03/04/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Bôa Sorte - Cadeia Perpetua. **O Combate**, São Paulo, n. 5015, p. 7, 13/04/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. O exterminio da civilização Incasica. **O Combate**, n. 5024, São Paulo, p. 3, 24/04/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. A Tragedia do Magisterio Chileno. **O Combate**, São Paulo, n. 5030, p. 3, 02/05/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. A Tragedia do Magisterio Chileno II. **O Combate**, São Paulo, n. 5033, p. 3, 06/05/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. A Tragedia do Magisterio Chileno III. **O Combate**, São Paulo, n. 5037, p. 3, 10/05/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. A Tragedia do Magisterio Chileno (conclusão). **O Combate**, São Paulo, n. 5044, p. 6, 18/05/1929.

BOSCOLO, José Carlos. Proletcultura I – Sociologia. **O Combate**, São Paulo, n. 5046, p. 2, 21/05/1929.

BOSCOLO, José Carlos. Proletcultura II – Arte. **O Combate**, São Paulo, n. 5047, p. 6, 22/05/1929.

BOSCOLO, José Carlos. Proletcultura III – História. **O Combate**, São Paulo, n. 5048, p. 4, 23/05/1929.

BOSCOLO, José Carlos. Proletcultura IV – História – Moral. **O Combate**, São Paulo, n. 5049, p. 4, 24/05/1929.

BOSCOLO, José Carlos. Proletcultura V – Dictadura. **O Combate**, São Paulo, n. 5050, p. 8, 25/05/1929.

BOSCOLO, José Carlos. Proletcultura VI – Educação. **O Combate**, São Paulo, n. 5051, p. 4, 27/05/1929.

BOSCOLO, José Carlos. Proletcultura VII – Ensino de odio – Ensino de amor. **O Combate**, São Paulo, n. 5052, p. 5, 28/05/1929.

BOSCOLO, José Carlos. Proletcultura VIII – Soldadinhos de chumbo. **O Combate**, São Paulo, n. 5053, p. 4, 29/05/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Notas de Psychologia (2^o). **O Combate**, São Paulo, n. 5064, p. 4, 11/06/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Homenagem a Séverine. **O Combate**, São Paulo, n. 5065, p. 3, 12/06/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Aos Estudantes de São Paulo. **O Combate**, São Paulo, n. 5067, p.:1-6, 14/06/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Santo Antonio. **O Combate**, São Paulo, n. 5070, p. 4, 18/06/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Um Dia a Bordo. **O Combate**, São Paulo, n. 5095, p.4, 17/07/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Mais um Dia a Bordo. **O Combate**, São Paulo, n. 5096, p. 4, 18/07/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Os revolucionários no exílio. **O Combate**, São Paulo, n. 5134, p. 1, 31/08/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Uma entrevista com Maria Lacerda de Moura. **O Combate**, São Paulo, p. 3, 14/09/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Embaixatriz? Não!. **O Combate**, São Paulo, n. 5149, p. 3, 18/09/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Conservadores ou Revolucionarios?. **O Combate**, São Paulo, n. 5151, p. 3, 20/09/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. Conservadores ou Revolucionarios? (conclusão). **O Combate**, São Paulo, n. 5158, p. 3, 28/09/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. O Alcoolismo e a Questão Social. **O Combate**, São Paulo, n. 5176, p. 3, 19/10/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. O Alcoolismo e a Questão Social II. **O Combate**, São Paulo, n. 5178, p. 2, 22/10/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. O Alcoolismo e a Questão Social III. **O Combate**, São Paulo, n. 5179, p. 3, 23/10/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. O Alcoolismo e a Questão Social IV. **O Combate**, São Paulo, n. 5182, p. 3, 26/10/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. O Alcoolismo e a Questão Social V. **O Combate**, São Paulo, p. 3, n. 5186, 30/10/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. O Alcoolismo e a Questão Social VI. **O Combate**, São Paulo, n. 5187, p. 3, 01/11/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. O Alcoolismo e a Questão Social VII. **O Combate**, São Paulo, p. 3, n. 5189, 05/11/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. O Alcoolismo e a Questão Social VIII. **O Combate**, São Paulo, n. 5191, p. 3, 07/11/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. A Crise do Café I. **O Combate**, São Paulo, n. 5195, p. 3, 12/11/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. A Crise do Café II. **O Combate**, São Paulo, n. 5199, p. 3, 18/11/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. A Crise do Café III. **O Combate**, São Paulo, n. 5201, p. 3, 20/11/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. A Crise do Café. **O Combate**, São Paulo, n. 5206, p. 3, 26/11/1929.

MOURA, Maria Lacerda de. A Crise do Café V. **O Combate**, São Paulo, n. 5218, p.3, 11/12/1929,

MOURA, Maria Lacerda de. A Política não me interessa. **A Plebe**, São Paulo, p. 1, 08/04/1933.

MOURA, Maria Lacerda de. Profissão de fé. **A Lanterna**, São Paulo, n. 388, p. 3, 09/02/1935.

Referências bibliográficas

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel e NAXARA Márcia (org.). **Sobre a humilhação**. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia EDUFU, 2005.

AZEVEDO, Thales. **A guerra aos páracos**. Episódios anticlericais na Bahia. Salvador: EGBA, 1991.

BAKUNIN, Mikhail. **O princípio do Estado**. Três conferências feitas aos operários do Vale de Saint-Imier. Brasília: Novos tempos, 1989.

_____. A Comuna de Paris e o conceito de Estado. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Escritos sobre a Comuna de Paris**. São Paulo: Xamã, 2002, pp.: 61-62.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia. In: **Horizontes**, Bragança Paulista, n. 19, p. 01-10, jan./dez. 2001.

CHAIA, Miguel. Biografia: Método de reescrita da vida. In: **Biografia: sintoma da cultura** (Coleção Psicanálise & Conexões). São Paulo: Hacker Editores, 1997.

CORREIA, Francisco. Mulheres libertárias: um roteiro. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.) **Libertários no Brasil - memória, lutas, cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1987.

COSTA, Rogério da. A espessura do nome. In: **Biografia: sintoma da cultura** (Coleção Psicanálise & Conexões). São Paulo: Hacker Editores, 1997.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, O silêncio dos vencidos**. SP: Brasiliense, 2ª edição, 1984.

DÉLOYE, Ives. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella e BREPOHL, Marion (organizadoras). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora UnB, 2002, pp.: 95-112.

FERNANDES, Vanusa Alves Viana. **O feminismo anarquista de Maria Lacerda de Moura**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1995, (Monografia).

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. São Paulo, SP: Papyrus, 7ª edição, 2003.

FOOT HARDMAN, F. **Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GABEIRA, Fernando. **Diários da crise**. Rio de Janeiro/RJ: Rocco, 1984.

GOLDENBERG, Ricardo. A história do fim da análise. In: **Biografia: sintoma da cultura** (Coleção Psicanálise & Conexões). São Paulo: Hacker Editores, 1997.

GUATARRI, Félix. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

GUÉRIN, Daniel. **O anarquismo**. Rio de Janeiro: Gernival, 1968.

HAHNER, June E. Anarquistas, trabalho e igualdade para as mulheres. In: **A mulher no Brasil**. Tradução de Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Título original: Women in Brazil.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. (Coleção Bases). São Paulo: Global Editora, 5ª edição, 1978, p. 17.

KROPOTKIN. [Seleção e apresentação dos textos de Maurício Tragtenberg]. Porto Alegre: L&PM, 1987.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. Maria Lacerda de Moura - imagem e reflexo. In: BARROSO, Carmen e COSTA, Albertina Oliveira (org.) **Mulher, Mulheres**. São Paulo: Editora Cortez/ Fundação Carlos Chagas, 1983.

_____. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. SP: Ática, 1984.

_____. Maria Lacerda de Moura e o anarquismo. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.) **Libertários no Brasil - memória, lutas, cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1987.

_____. Maria Lacerda de Moura e a década de 20. In: SOUSA, Vera Lúcia P. (coord.). **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, V. 3 ½, jan./dez., 1996.

_____. Aspecto do segredo: Maria Lacerda de Moura. In: FUKUI, Lia (org.) **Segredos de Família**. São Paulo: AnnaBlume, 2002.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1988.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O respeito a si mesmo: Humilhação e Insubmissão. In: MARSON, Izabel e NAXARA Márcia (org.). **Sobre a humilhação**. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. Sobre o pensamento libertário de Kropotkin: liberdade, indivíduo, solidariedade. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 27 e 28, jul./dez. 2002/ jan./jun. 2003, pp.: 557-572.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. Revista do Brasil: redespertar da consciência nacional. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp.: 35-84.

- MALCOLM, Janet. **A mulher calada**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: SOUSA, Vera L. P. (coord.). **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, V. 3 ½, jan./dez., 1996.
- MOURA, Maria Lacerda de. **A mulher e a maçonaria**. SP: Ed. Typ. do Globo, 1922.
- _____. **Religião do Amor e da Belleza**. São Paulo: O Pensamento, 2^a ed., 1929.
- _____. **Clero e Estado**. RJ: Editora Liga Anti-Clerical, 1931.
- _____. **Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica**. São Paulo: Editorial Paulista, 1934.
- _____. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!** Guarujá/SP: Editora Opúsculo Libertário, 3^a reedição, 1999.
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. SP: Brasiliense, 1981.
- ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: DUBY, Georges e outros. **História e nova história**. Lisboa: Teorema, 1986.
- PAGNI, Pedro Ângelo. **Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico**: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Ijuí: Editora UNIJUI, 2000, p.50.
- PARIS, Robert. Dossier: Biografia. Biografias e “perfil” do movimento Operário – Algumas reflexões em torno de um dicionário. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 17, n.º 33, 1997.
- PINHEIRO, Áurea da Paz. **As ciladas do inimigo**. As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.
- PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- PRADO, Antonio Carlos. **Cela forte mulher**. São Paulo: Labortexto, 2003, p.113.
- PRADO, Paulo. A tristeza. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PROUDHON**: [textos escolhidos] / [seleção e notas] Daniel Guerin; tradução Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM; 1983.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar - A utopia da cidade disciplinar (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. **Anarquismo & Feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998.

RICHTER, Liane Peters. **Emancipação feminina e moral libertária**: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

RODRIGUES, Edgar. Maria Lacerda de Moura, uma mulher diferente. In: **Os Libertários**. Rio de Janeiro: VJR, 1993.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental. Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____ A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente**. São Paulo: Ebradil, pp.: 443-475.

SEVCENKO, Nicolau O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: Fernando Novais (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, v. 3.

SOIHET, Raquel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: **Gênero e Ciências Humanas. Desafios às Ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tentos, 1997.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e anticlericalismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2000.

WOODCOCK, George. **História das Idéias e dos Movimentos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

Anexos

- 1 - Foto de Maria Lacerda (In: LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. SP: Ática, 1984, p.117)
- 2 - MOURA, Maria Lacerda de. Desgraçada! **O Combate**, São Paulo, n. 4569, p. 2, 01/12/1927.
- 3 - MOURA, Maria Lacerda de. O voto feminino. **O Combate**, São Paulo, n. 4575, p. 2, 08/12/1927.
- 4 - MOURA, Maria Lacerda de. Seduzidas e deshonradas. **O Combate**, São Paulo, n. 4581, p. 3, 15/12/1927.
- 5 - MOURA, Maria Lacerda de. Honra de gallo. **O Combate**, São Paulo, n. 4587, p. 3, 22/12/1927.
- 6 - MOURA, Maria Lacerda de. O amor plural VI. **O Combate**, São Paulo, n. 4640, p. 3, 23/02/1928.
- 7 - MOURA, Maria Lacerda de. O Futuro Imperio do Fascio. **O Combate**, São Paulo, n. 4823, p. 1, 26/09/1928.
- 8 - MOURA, Maria Lacerda de. A Politica não me interessa. **A Plebe**, São Paulo, p. 1, 08/04/1933.